



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 93

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de fevereiro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

A Reunião teve início com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido apresentados os seguintes votos:

- Voto de Congratulação ao atleta açoriano Rui Filipe Medeiros da Silveira por se ter sagrado campeão nacional de vela, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Deputado Lúcio Rodrigues, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelo Centenário do início do movimento Lionista, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pelo Deputado Félix Rodrigues, usaram da palavra os Deputados José Contente (*PS*) e José Andrade (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da Orquestra Ligeira da Câmara Municipal da Horta, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Deputado Lúcio Rodrigues, usou da palavra o Deputado Luís Garcia (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Ainda no Período de Tratamento de Assuntos Políticos, proferiram declarações políticas as Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

No primeiro caso, após a intervenção do Deputado Aníbal Pires, intervieram no debate os Deputados José San-Bento (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

No segundo, após a intervenção do Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e José San-Bento (*PS*), bem como a Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido discutidos os seguintes pontos:

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011/A”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Usou da palavra a Deputada Zuraída Soares, tendo retirado o diploma.

[- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/X – “Desafetação do regime florestal parcial de uma parcela de terreno baldio no perímetro florestal da ilha Terceira”.](#)

Lida a proposta de DLR pelo Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*), intervieram no debate os Deputados Félix Rodrigues e Artur Lima (*CDS-PP*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

O diploma em apreço foi aprovado.

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/X – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o Regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Deputado Joaquim Machado, usaram da palavra o Deputado Manuel Pereira (*PS*), as Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*) e Zuraída Soares (*BE*), os Deputados Rogério Veiros (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Submetido à votação, o projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 102/X – “Recomenda à Assembleia da República que altere a redação da alínea b) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa, no sentido da mesma passar a ter a seguinte formulação: a forma democrática de Governo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Deputado Paulo Estêvão, tendo sido, após votação, rejeitado.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 110/X – “Recomenda à Comissão Permanente de Economia que proceda à avaliação dos impactos das novas obrigações de serviço público no setor turístico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Justificada a urgência pelo Deputado André Bradford, a mesma foi votada e aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 110/X – “Recomenda à Comissão Permanente de Economia que proceda à avaliação dos impactos das novas obrigações de serviço público no setor turístico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma esteve a cargo do Deputado André Bradford. Seguidamente, usaram da palavra os Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi aprovado.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar pelos votos. O primeiro é de congratulação e refere-se ao atleta Rui Filipe Medeiros da Silveira que se sagrou campeão de Portugal de classes olímpicas na classe de *laser standard*. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia 8 de fevereiro, Rui Filipe Medeiros da Silveira sagrou-se Campeão de Portugal de Classes Olímpicas, na Classe Laser Standard, numa prova que se realizou em Portimão, organizada pela Federação Portuguesa de Vela e pelo Iate Clube da Marina de Portimão.

Rui Silveira nasceu em 1990, na cidade da Horta, e aos dez anos inscreveu-se na Federação Nacional de Vela, pelo Clube Naval da Horta, na classe Optimist. Um ano depois, participava na sua primeira prova nacional – o XV Encontro Nacional de Escolas de Vela, realizado em Pinhel.

Em 2005 começou a competir na classe Laser Radial, conquistando o título de vice-campeão regional, e, no ano seguinte, sagrou-se Campeão Regional Laser Radial.

Após a conquista destes títulos, e depois da sua participação no estágio nacional de novos talentos em Laser Radial, e de ter sido reconhecido, pela Federação Portuguesa de Vela, como atleta que reúne condições de progressão, Rui Silveira optou por deixar a terra que lhe foi berço com a ambição de continuar a “evoluir na vela”. Assim, prosseguiu os seus estudos no Instituto de Tecnologia Náutica, em Paço de Arcos, e é de lá que tem partido para participar em provas europeias e internacionais.

Em 2008, Rui Silveira realiza a sua primeira competição internacional, ao participar na Europa Cup, em Hyeres, França, obtendo a 35.^a posição entre 248 velejadores, resultados que conferiram ao atleta a entrada no Percorso de Alta Competição. No ano seguinte, atingiu o estatuto de Alta Competição e foi Integrado no Projeto Esperanças Olímpicas, ao posicionar-se em 19.^o lugar no campeonato europeu, o primeiro em que participou, o European Championship Laser Radial.

No ano de 2010, Rui Silveira passa a competir na Classe Laser Standard.

Do vasto currículo deste atleta faialense, de apenas 24 anos de idade, constam inúmeras provas internacionais, tais como a sua participação no Campeonato do Mundo de Juniores Laser Standard, em Hayking Island, na Grã-Bretanha, onde renovou o Estatuto de Alto Rendimento ou no Campeonato do Mundo realizado na Alemanha, tendo contribuído para o apuramento de Portugal para os Jogos Olímpicos de 2012.

Ao nível europeu, destaque, ainda, para a sua participação nos Campeonatos Europeus em 2012 e 2014, que lhe valeram a renovação do Estatuto de Alto Rendimento, bem como nos campeonatos inglês, espanhol. No ano passado, venceu o Campeonato Nacional Belga.

Do enorme palmarés do atleta do Clube Naval da Horta constam vários títulos nacionais. Rui Silveira sagrou-se campeão de Portugal Absoluto, na Classe Laser Standard, em 2010; campeão de Portugal de Classes Olímpicas, em 2011 e campeão nacional da Classe Laser, também em 2011. Foi, ainda, 1.^o classificado na “Cascais Laser Europa Cup - POR”, e 2.^o classificado na XIV Semana Olímpica Gran Canária, ambas as competições realizadas em 2012.

Rui Silveira regressou no passado dia 3 de fevereiro dos Estados Unidos da América (EUA), onde disputou a World Cup Miami, nos EUA, na qual ficou na 63.^a posição, integrado no Grupo de Prata.

Nesta Classe, Portugal já assegurou a presença nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, graças à excelente prestação do atleta do Clube Naval da Horta, o português melhor classificado, no Campeonato do Mundo das Classes Olímpicas, realizado em Santander, Espanha, em setembro último.

Rui Silveira, com os seus 24 anos, é o exemplo de que o esforço, a dedicação, a perseverança e a vontade de progredir são valores incontornáveis à realização dos sonhos. É, também, um modelo para todos os jovens atletas açorianos e o exemplo de que vale a pena apostar no desporto e nos atletas formados na nossa Região.

O atleta do Clube Naval da Horta já inscreveu o seu nome na história do desporto açoriano e português, contribuindo, simultaneamente, para uma excelente projeção da imagem dos Açores no mundo.

O percurso do jovem Rui Silveira é notável e merecedor do reconhecimento do principal órgão de governo próprio desta Região.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação, ao atleta Açoriano, natural da ilha do Faial, Rui Filipe Medeiros da Silveira, pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela na Classe Laser Standard, após ter ganho o VIII Campeonato de Portugal de Classes Olímpicas.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, ao Clube Naval da Horta, à Associação Regional de Vela dos Açores e à Federação Portuguesa de Vela.

Horta, sala das sessões, 12 de fevereiro de 2015

Os Deputados, *Lúcio Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento e Miguel Costa*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao centenário do início do movimento Lionista, é apresentado pelo CDS e tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo centenário do início do movimento Lionista

A história dos Lions Clube que é, neste momento, uma das maiores organizações internacionais de clubes de serviço do mundo, voltada para serviços humanitários, começa a 15 de Outubro de 1915 na cidade de San António, no Texas, Estados Unidos da América.

Mal sabiam os membros pioneiros de 1915, 1916, e 1917 que os seus esforços para realizar reuniões semanais, recrutar novos membros, incentivar à responsabilidade fiscal, e exercer uma influência combinada para a melhoria

das suas comunidades, que seriam as bases para o que é hoje os Lions Clubs International.

O Lionismo em Portugal tem a sua origem no Lionismo Brasileiro, pois foi o então Embaixador do Brasil, Negrão de Lima, quem inspirou o núcleo inicial do que viria a ser o Lions Clube de Lisboa Mater.

Neste momento, o Lions Clube International é a maior organização mundial de Clubes de serviço voluntário, atuando através do envolvimento comunitário e cooperação internacional, com 1,35 milhões de sócios que trabalham juntos para responder às necessidades que desafiam as comunidades e agrupam-se em 46 000 Clubes espalhados por 209 países e regiões.

A Assembleia Solene Evocativa dos 100 ANOS DE LIONISMO NO MUNDO, promovida pelo Lions Clube de Lagoa (Açores) e que se realizou no passado dia 27 de Janeiro, no Convento dos Franciscanos, na cidade de Lagoa, contou com a honrosa participação do Primeiro Vice-Presidente da Associação Internacional de Lions Clubs que, para o efeito, se deslocou à Ilha de São Miguel, no âmbito da sua visita oficial a Portugal.

Da declaração de missão dos Lions consta “Dar poder aos voluntários para que possam servir as suas comunidades, atender às necessidades humanas, fomentar a paz e promover a compreensão mundial através dos Lions clubes”.

Destacam-se de entre os objetivos dessa associação internacional “Criar e fomentar um espírito de compreensão entre os povos da Terra”, “Promover os princípios de bom governo e boa cidadania” e “Ter um interesse ativo pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade”, entre outros objetivos com os quais os açorianos se identificam.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração do centenário do início do Lionismo Internacional, do qual

deve ser dado conhecimento formal ao Lions Clube da Maia, ao Lions Clube do Nordeste, ao Lions Club de Rabo de Peixe, ao Lions Clube de Vila do Porto, ao Lions Clube da Lagoa, ao Lions Clube de São Miguel, ao Lions Clube de Vila Franca do Campo, ao Lions Clube Flores Pérola do Ocidente e ao Lions Clube da ilha Terceira.

O Deputado, *Félix Rodrigues*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai-se associar a este voto de congratulação porque também considera que esta grande organização internacional fundada por Melvin Jones tem uma importância fundamental e tem tido uma importância fundamental ao longo do seu percurso e da sua história, não só pela visão que tem do mundo, como também pelos seus objetivos, pelos propósitos que estão inscritos nesta organização e até pelo seu código de ética. Aliás, basta recordar que o fundador dizia que ninguém pode ir muito longe se não fizer algo pelo próximo. E neste tempo em que é preciso voltar a introduzir e a casar bem o nexo entre a dignidade humana e os direitos humanos, esta organização é, efetivamente, líder comunitário no bem-estar de muita gente e também de serviços a muitas comunidades.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa com gosto e também com sentido de interesse comunitário, que esta organização tem também nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) Deputado José Andrade (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se também ao espírito deste voto de congratulação proposto pelo CDS-PP.

O movimento Lionístico foi formalmente constituído a 7 de junho de 1917, em Chicago, nos Estados Unidos da América, quando a reunião constitutiva da Associação Internacional Lions Club corporizou o ideal solidário do empresário Melvin Jones, mas as comemorações do seu centenário, que culminarão oficialmente em 2017, já começaram, efetivamente, a ocorrer um pouco por todo o mundo, e também aqui nos Açores com uma assembleia evocativa, promovida pelo Lions Club da Lagoa, a 27 de janeiro, aproveitando a visita oficial do primeiro Vice-Presidente Internacional.

Este movimento internacional é hoje, de facto, a maior organização mundial de clubes de serviço voluntário, com mais de 1,3 milhões de sócios que trabalham a favor das suas comunidades, em 46 mil clubes distribuídos por 209 regiões e países.

Todos os anos, os Lions contribuem com 700 milhões de dólares para ajuda a projetos humanitários a nível mundial, e isso também aqui, em Portugal e nos Açores.

Três décadas depois da sua fundação, o lionismo chegou ao nosso país, a 4 de dezembro de 1953, com o Lions Club de Lisboa, e chegou também à nossa região, duas décadas depois, com a fundação do Lions Club de São Miguel, a 8 de outubro de 1979.

A nossa região conta hoje com nove Lions em quatro ilhas (nove clubes Lions, naturalmente), e esses encontram-se sedeados nas Flores, Lagoa, Maia, Nordeste, Ponta Delgada, Rabo de Peixe, Terceira, Vila Franca do Campo e Vila do Porto. Significativamente, neste ano de 2015, os Lions Club de Vila Franca e de Vila do Porto estão a comemorar as bodas de prata da sua fundação, o que será, certamente e oportunamente, assinalado também aqui, no

Parlamento dos Açores, até porque o lema dos Lions deve ser sempre aplicado em toda a parte: “Servir e não servir-se”.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O nosso último voto é também de congratulação e refere-se ao 25.º aniversário da Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25º Aniversário da Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta

O dia 28 de dezembro de 1989 marcou a estreia da Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta num concerto que decorreu na Sociedade Amor da Pátria.

Ao longo destes 25 anos de existência, a Orquestra tem-se assumido como uma referência no panorama musical Açoriano, tendo já se apresentado em público em vários espaços culturais, na maioria das ilhas do nosso Arquipélago, no Continente Português e nos Estados Unidos da América, sendo constituída por músicos provenientes das diferentes filarmónicas da ilha do Faial e de agrupamentos musicais locais

Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta é hoje indissociável da maior festa da ilha do Faial, a Semana do Mar, onde o repertório variado oferece ano após ano um espetáculo singular e de elevada qualidade, sendo um dos momentos altos de uma das maiores festividades da nossa Região.

Constata-se desta forma que a sua fundação foi uma aposta ganha pelo Município da Horta, materializando uma aposta na cultura e sobretudo na qualidade dos músicos faialenses.

Hoje a Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta desenvolve um trabalho de grande mérito, executando composições de música ligeira, tem procurado incrementar o gosto pela música regional, desenvolvendo para o efeito um trabalho de recolha, instrumentação e difusão de temas também de raiz popular.

Atualmente, a presidência desta instituição está a cargo da tocadora, Elisabete Sousa, mantendo como diretor artístico, desde a sua fundação, o professor José Maria Dutra da Silva, cujo empenho tem sido determinante para o seu sucesso e continuidade deste projeto.

No passado dia 28 de dezembro, a Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta, comemorou esta data com um concerto no Teatro Faialense, onde ficou bem patente a dedicação e o forte contributo de todos os músicos para sucesso deste projeto.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Congratulação, pelo vigésimo quinto aniversário da Orquestra Ligeira da Câmara Municipal da Horta, sublinhando o relevante papel que ao longo destes anos desenvolveu, assim como, o seu importante contributo para divulgação da cultura Açoriana, e que seja dado conhecimento deste voto à Direção da

Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, sala das sessões, 12 de fevereiro de 2015

Os Deputados, *Lúcio Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Renata Correia Botelho e Catarina Moniz Furtado*

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Social Democrata e o seu Grupo Parlamentar vão associar-se a este voto apresentado pelo Partido Socialista e, desta forma, também queremos reconhecer a importância, o papel e a qualidade da Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta.

Esta Orquestra, como também foi dito pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, não teve um percurso fácil até esta data, mas sim um percurso difícil, onde foi preciso conciliar disponibilidades e vontades. Felizmente, isso tem sido sempre possível e nessa tarefa tem-se a destacar, desde a sua fundação, o papel do maestro José Maria da Silva, cujo empenho, de facto, tem sido essencial e vital para a persistência, para a continuidade desta Orquestra.

E assim, queremos também, com esta associação a este voto, felicitar a Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta por estes 25 anos e desejar que continuem por muitos mais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às declarações políticas.

A primeira é a do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

De acordo com a estimativa do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2014, os Açores apresentavam a mais alta taxa de desemprego do país, na ordem dos 15,7%.

São muitos milhares de açorianos que não conseguem um emprego, não por culpa própria, mas em resultado da política de ruína nacional que foi subscrita, apoiada e executada pelo PS, pelo PSD e também pelo CDS.

Deputado André Bradford (PS): O senhor já fez essa declaração política!

O Orador: E isto é importante em resultado das opções de classe do Governo Regional dos Açores, de tentar assegurar os lucros das empresas em vez de apoiar o rendimento das famílias.

Mas se menciono estes números hoje, aqui, é sobretudo para demonstrar como ficam ainda e muito aquém da realidade.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Deputado Berto Messias (PS): Aliás, aprovámos ontem uma medida chamada remuneração complementar!

O Orador: Assim, por exemplo, não inclui as centenas, senão milhares, de jovens açorianas e açorianos entre os 25 e os 35 anos que emigram para os quatro cantos do Mundo porque na sua Região têm o presente negado e o futuro adiado.

Mas, também outra situação importante:

Em Dezembro do ano passado existiam, nos Açores, 4929 açorianos inscritos em programas ocupacionais, de acordo com as estatísticas mensais do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP). E sabemos que também este número peca por defeito, pois não inclui outras situações como estágios, indisponibilidades temporárias, para além do subemprego e trabalho ilegal, que não estão devidamente quantificados.

Mas, senhoras e senhores deputados, atentando apenas aos 4929 trabalhadores em programas ocupacionais, este facto, pela sua dimensão, constitui um número extremamente relevante. São quase cinco milhares de açorianas e açorianos que, sem terem emprego, trabalham, e, estando desempregados, não contam para o desemprego.

Na Região como na República, estes programas têm, na ótica dos governantes, uma enorme utilidade estatística: É que contribuem para disfarçar a verdadeira dimensão do flagelo do desemprego e até permitem, a espaços, a emissão de comunicados que celebram, com um absurdo entusiasmo, supostos ganhos de décimas de ponto percentual na taxa de desemprego. Embora, sabemo-lo nós e sabem-no bem as açorianas e os açorianos, isso não tenha representado qualquer recuperação do emprego e atividade económica no nosso arquipélago. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Não se pode deixar de reconhecer que, para quem se encontra há muito desempregado e sem perspectivas, será uma sensação positiva encontrar uma ocupação útil. Mas a verdade é que não era um programa ocupacional que procuravam, não era um período de trabalho, breve e não renovável, sem esperança de continuar, sem direitos e – em boa verdade – sem salário, entendido enquanto remuneração justa do trabalho efetuado; apenas um caritativo “subsídio”, por vezes muito abaixo do salário mínimo. Não era isto que estas açorianas e açorianos buscavam.

O exemplo extremo desta prática exploratória é o Programa Fios, destinado a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, a quem é pedido que trabalhem 4 horas por dia, 5 dias por semana, ou seja 80 horas por mês, em troca de um subsídio de... 100 Euros! Uma “generosidade” de 1,25€ à hora! Uma medonha exploração do trabalho alheio, digna do século XIX, ou mesmo de épocas bem mais recuadas!

Porque é que estes trabalhadores, desempregados sem culpa própria, podem ser discriminados desta maneira? Como é que se tornou aceitável este miserável regime de exploração em que o trabalho, Direito Humano Fundamental, passou a ser considerado uma espécie de privilégio, atribuído por caridade a cidadãos necessitados?

Estas açorianas e estes açorianos são necessitados, sim, mas de justiça!

São necessitados, sim, mas do direito ao trabalho, à remuneração e a um vínculo laboral estável, como qualquer outro trabalhador!

Estes programas, com graves injustiças em si mesmas, trazem também injustificáveis desigualdades entre trabalhadores que, exercendo as mesmas funções, fazendo o mesmo trabalho, têm condições laborais e salários completamente diferentes. Na prática, viola-se o princípio constitucional do “para trabalho igual, salário igual”, discriminando o trabalhador desempregado que foi colocado numa instituição ou serviço de numa Autarquia ou na própria Administração Pública Regional, ao abrigo de um programa ocupacional.

São as relações de trabalho com que o capital sempre sonhou:

Não há direitos, nem segurança laboral, apenas precariedade e a curto prazo;

Não há trabalho, apenas “ocupação”;

Não há trabalhadores, apenas “beneficiários”;

Não há já sequer salários, apenas “subsídios”!

Um admirável mundo velho que os partidos que nos governam conseguiram desenterrar do passado e impor novamente na Região e no país!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Quero deixar claro que não pretendo, de nenhuma forma, censurar as instituições que recebem estes trabalhadores, em especial as nossas autarquias e as nossas instituições sem fins lucrativos, vítimas de políticas de garrote financeiro, alvos de um desinvestimento cada vez mais gritante, que as deixou sem meios para responder, muitas vezes, a necessidades básicas de serviço e sem capacidade para contratar os trabalhadores de que precisam ou, no caso dos Municípios e Freguesias, por força do mando dos três da troika em sucessivos Orçamentos de Estado, proibidíssimas de contratar seja quem for. Naturalmente que precisam dos trabalhadores e, para quem não tem por vezes qualquer apoio social, esta exploração negra é melhor do que nada.

O que não se entende, nem se aceita é que estes programas ocupacionais se generalizem e massifiquem na própria Administração Regional que, assim, também ela deixa de contratar trabalhadores, especialmente nas carreiras com mais baixas qualificações, substituindo-os, paulatinamente, por trabalhadores em programas ocupacionais, muitas vezes sem lhes dar qualquer formação profissional.

Dos cerca de 5000 trabalhadores da nossa Região nestes programas quantos estão colocados em serviços da Administração Pública Regional?

E se estão em postos de trabalho permanentes, porque é que não são contratados?

Foram anos, décadas, a fio a repetirem-nos que havia funcionários públicos a mais, que era preciso reduzir o pessoal da Administração mas, afinal, esses trabalhadores fazem falta e os mesmos partidos que se esforçaram para reduzir o número de funcionários públicos, aqui e na República, até os recebem de braços abertos, desde que não tenham direitos nem expectativas.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Hoje em dia, nos nossos serviços públicos da Região, temos, na prática, três “classes” de trabalhadores, que até podem estar a trabalhar lado a lado exatamente no mesmo serviço, mas cujas condições e salários são radicalmente diferentes:

1- Os que antes tinham vínculo permanente e que transitaram para contrato de trabalho em funções pública sem termo e que, apesar de tudo, conseguiram manter alguns direitos e estabilidade de vínculo laboral;

2- Os que entraram depois, com um contrato de trabalho individual em funções públicas mas que é a prazo, e cujos direitos são reduzidos em relação aos primeiros;

3- Por fim, os trabalhadores de programas ocupacionais, sem vínculo e sem quaisquer direitos.

Já ninguém entra para a primeira categoria que mencionei e que vai, a prazo, desaparecer, como o PS e o PSD sempre quiseram.

Agora, com a generalização dos programas ocupacionais, também cada vez menos trabalhadores são contratados para a segunda. E coloca-se a pergunta:

É nisto que querem transformar a administração pública? É nisto que querem transformar mesmo os vínculos laborais? Numa massa de trabalhadores – que agora se chamam beneficiários – que “beneficiam” de verem o seu trabalho explorado em troca de nenhuns direitos e de salários miseráveis, a que agora chamam “subsídios”?

É esse o objetivo desta política, pergunto?

É esse, Sras. e Srs. Deputados, é esse, Sras. e Srs. Membros do Governo, o objetivo desta política?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito para informar que o PCP esgotou o seu tempo.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção para repudiar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Repudiar?

O Orador: ... a intervenção, a declaração política que o PCP aqui fez.

O senhor apresenta uma leitura que é injusta e desfocada e que até peca por superficialidade e que merece a nossa total discordância.

De qualquer forma, e uma vez que o senhor não tem tempo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá se eu tivesse mergulhado!

O Orador: ... eu não irei interpelá-lo diretamente, no entanto, há questões que eu gostaria de esclarecer e de deixar absolutamente claras.

Desde logo, referir que os indicadores económicos, Sr. Deputado, os últimos indicadores económicos apontam num sentido de consolidação de uma recuperação da nossa economia.

Temos dificuldades? É verdade que temos dificuldades,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nacional! Está a falar da República!

O Orador: ... mas nós estamos muito longe daquela região conformada e de braços caídos que o senhor aqui procurou descrever.

Os açorianos, com a ajuda do Governo (mais acentuada nuns casos, menos acentuada noutros, porque há muitos setores que estão a ter muita iniciativa),

estão a ter capacidade de recuperar, de empreender e de desenvolver os Açores. E é por isso que o nosso PIB cresceu 1,7 em 2013.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a generalização dos programas ocupacionais para substituir trabalhadores?

O Orador: Nós estamos a convergir com a média nacional e com a média europeia ao nível de riqueza medida por PIB *per capita*; fomos a região que melhor resistiu à crise financeira, também de acordo com informação disponível; tivemos um grande crescimento do turismo, nos últimos anos. No último ano, crescemos em turistas, em dormidas e em receita geral e também estamos a apresentar uma tendência de consolidação da recuperação ao nível do emprego e, conseqüentemente, uma baixa do desemprego.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um país imaginário!

O Orador: Este ciclo aparece a contraciclo daquilo que se está a verificar a nível nacional. Nós, nos Açores, estamos a baixar o desemprego; a nível nacional, o desemprego está a crescer.

Temos mais 3754 empregados e menos 1875 desempregados. Estamos a ter o melhor desempenho dos últimos seis anos e isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tenha vergonha na cara! É a taxa de desemprego mais elevada do país!

O Orador: ... são tendências que são comprovadas com...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... os últimos dados. E, portanto, isto é absolutamente rigoroso, não há a mínima dúvida sobre isso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Tivemos, por isso,...

Deputado Berto Messias (PS): Uma análise séria!

O Orador: ... um crescimento da população empregada de 3,8%. É também um desempenho muito bom e notável.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a utilização generalizada de programas ocupacionais para substituir trabalhadores?

O Orador: Quanto àquilo que o senhor refere, Sr. Deputado, a nossa estratégia é perfeitamente assumida em relação a essas preocupações que o senhor aqui referiu.

Aquilo que tem a ver com programas de formação e com programas ocupacionais é uma estratégia de qualificação do capital humano e é uma estratégia de luta contra o desemprego.

Isto são estratégias ponderadas, definidas, assumidas e correspondem a um planeamento e, conseqüentemente, tem uma tradução na execução de todos esses programas.

O senhor poderia ter feito uma intervenção em que salientasse outros aspetos e outros méritos que estas medidas têm; poderia, inclusivamente, ter aproveitado para ser o PCP a dar um contributo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o António Costa o ouve!...

O Orador: ... para a melhoria de algumas destas questões, mas, infelizmente, o senhor, em vez disso, acabou por perder uma oportunidade e fazer aquilo que a direita faz aqui, neste Parlamento, que é limitar-se a explorar os efeitos que as más políticas nacionais têm nos Açores e, conseqüentemente, é um exercício que acaba por ser estéril e é muito menos do que o que nós esperávamos do PCP.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor perdeu uma boa oportunidade para dar um contributo relevante, mas, em vez disso, preferiu uma denúncia absolutamente gratuita.

É muito pouco, Sr. Deputado, para quem se diz de esquerda,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...muito pouco mesmo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu acho que vocês vão ter de mudar de nome!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o dia ainda agora começou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E com boa disposição!

Presidente: Muita! Disso ninguém tem dúvida, só que o Sr. Deputado Joaquim Machado está ali há quase um minuto a tentar falar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coitadinho!

Presidente: Sr. Deputado, tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política feita pela Representação Parlamentar do PCP tem muita atualidade e pertinência, porque o fenómeno do desemprego, nos Açores, é indiscutivelmente o maior drama social que assola as nossas ilhas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É ele que nos atira para índices de pobreza que tendem a envergonhar quem governa os Açores há quase 19 anos e que, por via dessa governação de políticas erradas, de políticas falhadas,...

Deputado José San-Bento (PS): A nível nacional!

O Orador: ... nos colocam na cauda do desenvolvimento europeu.

O desemprego nos Açores é o mais alto do país,...

Deputado José San-Bento (PS): Estamos a baixá-lo, enquanto a nível nacional está a aumentar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: ... ainda que a propaganda queira dizer o contrário, e a intervenção que acabámos de ouvir, vinda da bancada do Partido Socialista, é uma intervenção surrealista,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... absolutamente desfasada da nossa realidade, mais grave ainda do que isso, ignorando o drama pelo qual passam mais de 19 mil açorianos e respetivas famílias.

Para além de termos a mais alta taxa de desemprego do país, temos ainda, a agravar tudo isso, uma enorme precariedade entre aqueles que têm trabalho, uma precariedade que, naturalmente, se traduz também em instabilidade profissional e em baixos rendimentos, porque é também nos Açores que há uma maior incidência do salário mínimo nacional, e tudo isto faz adiar a realização profissional a que cada cidadão aspira. Acresce também a este facto a circunstância de termos das mais elevadas taxas do país em termos de desemprego jovem e de desemprego feminino.

Mas vamos a alguns dados para nos situarmos na realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Convém!

O Orador: A população desempregada, nos Açores, em 2014, é a segunda mais alta de sempre da nossa história...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: (A segunda mais alta de sempre da nossa história!), que fica apenas melhor do que o ano de 2013, que foi o mais dramático da nossa história em termos de desemprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda lá isso!

Deputado José San-Bento (PS): Respondo! É ou não é verdade que estamos a baixar o aumento na região e os senhores estão a aumentar?

O Orador: Esta é que é a realidade, como também é a realidade a circunstância de a população empregada nos Açores, em 2014, ser a segunda mais baixa dos últimos 12 anos. Eu vou repetir.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Ouça, Sr. Deputado!

O Orador: Eu vou repetir!

A população média empregada nos Açores, em 2014, é a segunda mais baixa dos últimos 12 anos: 101 mil empregados, em 2014, contrastam absolutamente com os 112 mil registados em 2008 e 2009.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é uma falácia, é uma propaganda falaciosa...

Deputado José San-Bento (PS): O quê?

O Orador: ... e que atenta contra a dignidade dos milhares e milhares de açorianos desempregados vir dizer que nós estamos a crescer por aqui, por acolá e que estamos no bom caminho. Não estamos no bom caminho! Aliás, o que aconteceu desde que este Governo Regional tomou posse foi o seguinte, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: aconteceu isto que aqui está.

(Neste momento, o orador mostra um gráfico à Câmara)

Em 2012, a taxa de desemprego nos Açores, que aqui está traçada a azul, era inferior à média nacional. Nós tínhamos 15,3, o país tinha 15,7 de taxa de desemprego.

Deputado José San-Bento (PS): Isso está mal feito! Não está à escala!

O Orador: Nestes dois anos, os Açores passaram de 15,3 para 16,3.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os senhores brincam!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouçam!

Deputado Manuel Pereira (PS): Quantos é que emigraram?

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: O país baixou de 15,7 para 13,9. Esta é que é a realidade. Enquanto a nível nacional o desemprego baixou 1,8%, enquanto na Região Autónoma da Madeira o desemprego baixou, no mesmo período, 2,5%, ele subiu 1% nos Açores, e, se quisermos apurar (Sra. Presidente, vou terminar) outros dados, vamos verificar que o número de inscritos nos centros de emprego também aumentou nestes dois anos de governação do executivo de Vasco Cordeiro.

O número de ocupados nos tais programas que António Costa, na República, diz que são para disfarçar o desemprego, pois, nos Açores, o número de ocupados em programas temporários e em estágios triplicou (e termino), entre 2012 a 214, o número de desempregados nos Açores cresceu 1397 pessoas. Portanto, falharam redondamente as políticas.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Passados dois anos de governação, depois de uma Agenda para o Emprego com milhões e milhões de euros atirados sobre os problemas, temos mais açorianos desempregados, estamos mais pobres...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é uma declaração do PCP!

O Orador: ... e sem esperança, sem solução à vista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo pela última intervenção, pela intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, para lhe dizer que falácia, propaganda falaciosa e atentar contra os açorianos é aquilo que o senhor acabou de fazer.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Isso é mentira! São dados do SREA!

A Oradora: E vou explicar-lhe porquê!

Eu ouvi-o atentamente, o Sr. Deputado se quiser ter a delicadeza de me ouvir, talvez perceba por que é que eu faço esta afirmação.

À semelhança daquilo que ficou claro ontem, já na intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, temos agora um PSD-Açores empenhadíssimo em levar as açorianas e os açorianos a acreditarem que os senhores não têm nada a ver com o que se passa na República...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Com o que se passa atualmente, temos!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Está aqui, Sra. Secretária! (*O Sr. Deputado Joaquim Machado mostra um gráfico à Câmara*)

A Oradora: ... e não têm nada a ver com as medidas que foram tomadas na República.

Eu já lá vou, Sr. Deputado! Eu já lá vou! Tenha calma, que eu ouvi-o, deixe-me fazer o meu raciocínio.

É tentar fazer as açorianas e os açorianos acreditarem que os senhores não têm responsabilidades nos cortes de rendimento, nos cortes de prestações sociais, em todas as medidas levadas além da troika, como os senhores fizeram questão de assumir, que levaram o país à situação a que levaram. Mas mais grave do que isso,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O país está melhor governado antes ou agora?

A Oradora: ... Sr. Deputado, falácia maior (falácia maior, Sr. Deputado!) é o Sr. Deputado ignorar os últimos dados do INE e vir aqui,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O que tem que dizer é se o país está melhor governado agora ou antes?

Deputado Joaquim Machado (PSD): São dados do INE! Estão aqui!

A Oradora: ... deliberadamente, esconder aquela que é a evolução que se tem registado e eu vou lembrar-lhe, não sem antes dizer que, naturalmente, nós não estamos satisfeitos com os resultados e, naturalmente,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que a luta contra o desemprego deve continuar a ser a nossa grande prioridade e deve continuar a merecer todos os nossos esforços.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas vamos ao que dizem as últimas estatísticas, Sr. Deputado.

No último trimestre de 2014, aumentou a população empregada,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o IVA por que é que não baixa?

A Oradora: ... em relação ao trimestre homólogo, 3,8%, ou seja, mais 3754 trabalhadores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Em relação ao trimestre anterior, 1,1%, mais 1113 trabalhadores.

A taxa de desemprego registou um decréscimo de 1,8 pontos percentuais relativamente ao trimestre homólogo e um decréscimo de 0,2 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está aqui!

A Oradora: Ou seja, registámos, no último trimestre...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira!

A Oradora: ... de 2014, uma diminuição da taxa de desemprego.

Os senhores ficam felizes com isso? Não, os senhores ficam muito aborrecidos, porque o que os senhores querem é que as coisas corram mal.

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente!

A Oradora: Essa é que é a verdade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é que elas correm mal há muito tempo!

A Oradora: Nos últimos nove meses, Sr. Deputado, foram criados, nos Açores, em termos líquidos, 4525 empregos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde é que eles estão? Diga isso aos 19 mil açorianos que estão desempregados!

Deputado André Bradford (PS): E o senhor é o paladino da sensibilidade social?!

A Oradora: Agora, sempre que se fala de emprego, há uma questão que importa não perder de vista, embora eu entenda discordando que para a oposição não tenha interesse em perspetivar o problema como ele deve ser perspetivado.

Na Europa, um em cada cinco jovens em idade ativa não consegue encontrar emprego. Na Europa! É por isso que a Comissária para o Emprego apresentou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nos Açores é 40%!

A Oradora: ... uma proposta no sentido de disponibilizar, este ano, como sabem, mil milhões de euros da dotação da iniciativa para o emprego jovem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga isso ao António Costa!

A Oradora: Isto denota...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O modelo socialista europeu está falido!

A Oradora: ... a dimensão que o problema tem. É um problema nos Açores? É. Mas é, infelizmente, um problema muito mais vasto.

Gostaria também de referir, e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, que as medidas que o Governo tem desenvolvido e, contrariamente àquilo que pareceria resultar da sua intervenção, estão em linha com aquelas que são as recomendações das instituições internacionais, nomeadamente da Organização Internacional do Trabalho, e contrariamente àquilo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga a António Costa!

A Oradora: ... que o senhor quis fazer notar e enquanto a economia não cria tantos empregos quanto aqueles que são efetivamente necessários, estes programas desempenham um papel fundamental,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por que será?

A Oradora: ... desde logo, porque garantem, a quem tem acesso a eles, um rendimento e esse rendimento beneficia...

Presidente: Sra. Secretária, agradeço que termine.

A Oradora: Obrigada, Sra. Presidente. Vou já terminar.

... as famílias, mas beneficia a economia também. Além disso, são programas que mantêm a ligação destas pessoas ao mundo do trabalho,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tinha três ou quatro perguntas que a senhora devia responder!

A Oradora: ... são programas que lhes facultam...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos cidadãos estão nos Programas Sociais, afetos à Administração Pública Regional?

A Oradora: ... formação e que melhoram as suas qualificações e a sua empregabilidade.

Queria só esclarecer o Sr. Deputado ainda, por último, peço desculpa, Sra. Presidente, e terminarei a seguir,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos cidadãos estão em programas ocupacionais?

A Oradora: ... como fica esclarecido,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos?

A Oradora: ... o interesse e a utilidade destes programas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos?

A Oradora: ... não é estatístico,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos?

A Oradora: ... é para as pessoas que deles beneficiam...

Presidente: Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos?

A Oradora: ... e para a economia que deles beneficia.

E queria esclarecer uma coisa, Sr. Deputado, relativamente ao Programa FIOS, não é um trabalho, não é um programam ocupacional, é um programa de formação dirigido à aquisição de competências pessoais e sociais. Essas horas que o senhor referiu são horas de formação teórica e são horas de formação prática e, portanto, não se trata de uma remuneração por trabalho, trata-se de uma bolsa de formação profissional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso não é verdade!

A Oradora: E eu teria muito mais a dizer, mas não tenho tempo.

Sra. Presidente, vou ficar por aqui.

Obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também eu, mas falta-me o tempo!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 40 minutos.

Eram 11 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

A próxima declaração política é do PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O título desta declaração política é: **A crise económico-social e a desagregação governativa.**

Os Açores estão hoje a viver uma crise económica e uma degradação da situação social que não tem precedentes na História da nossa autonomia. Não se

trata aqui de fazer um discurso de crítica política gratuita por parte de um partido da oposição. Eu estou aqui a cumprir um imperativo de consciência. A dar voz a todos os que não têm voz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A dar cara por aqueles que a temem dar. A falar por todos os que já só têm energia para esboçar murmúrios de lamento e de discordância.

Deputado José San-Bento (PS): Presunção e água benta!...

O Orador: Meus senhores! Eu estou chocado com o número de sem-abrigos e de pedintes que se multiplicam nas nossas cidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Estou chocado com o número de pessoas que já só vivem da caridade alheia e de uma ocasional sopa de caridade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Estou chocado com os números gigantescos e brutais do desemprego real.

Estou chocado com as perspetivas negras que incidem sobre a agricultura açoriana sem que o Governo Regional consiga reagir. Estou chocado com o desmantelamento e a destruição progressiva do sector das pescas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Estou chocado com a paralisia total do sector da construção civil e com a incapacidade total deste governo em concretizar qualquer género de investimentos.

Estou chocado com o desempenho de um Secretário da Saúde que soma já dois anos de esforços desesperados para desmantelar o serviço regional de saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... algo que o mesmo já logrou, em grande medida, alcançar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado! O pior secretário da história!

O Orador: Estou chocado com o desempenho governativo que colocou o sistema educativo regional e as nossas escolas no último lugar de todas as tabelas que medem o aproveitamento escolar dos nossos alunos.

Meus senhores! Enquanto tudo se desmantela e cai em nosso redor, onde está o Governo dos Açores? Onde está o Governo dos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Apetece-me colocar, aqui e agora, um cartaz ao melhor estilo do faroeste a dizer: procura-se o Governo dos Açores, que se encontra em parte incerta.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foragido!

O Orador: Posso dar algumas pistas. A última vez que se ouviu falar no governo socialista açoriano foi a propósito de um assunto inexistente e do envio de uma carta do Presidente do Governo Regional para o líder da caótica bancada governamental no Parlamento. De uma carta, meus senhores! Eu ainda não sei qual foi a resposta e tenho a certeza que o Presidente do Governo também não. É que os CTT já não são o que foram.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputados Francisco Coelho e Rogério Veiros (PS): Desde que foram privatizados pela República!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foram privatizados!...

O Orador: Temo que, a este nível de regressão tecnológica, a próxima comunicação governamental nos chegue sob a forma de um papiro e que seja lida à luz das velas. Mas ainda pode piorar e com consequências graves para esta Casa. Ainda ontem vi o inefável líder parlamentar socialista, o deputado

Berto Messias, afundado em dificuldades próprias, esboçar uma espécie de sinais de fumo para Lisboa.

É que o líder parlamentar do PS é uma espécie de cabo-de-guerra feudal. Manda avançar os peões para o massacre inicial e só depois, muito depois de a batalha terminar, é que é possível, por entre a neblina da derrota, ver a silhueta intacta de um guerreiro que não compareceu no combate.

(Risos do Deputado Artur Lima e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Mas meus senhores. O que eu aqui descrevi é apenas uma caricatura da descoordenação governamental e do poder partidário que lhe está associado. Num momento grave, em que os Açores enfrentam dificuldades inauditas, o que necessitamos é de ter um governo coordenado, ambicioso, competente e inovador. O que temos é muito diferente.

O governo e o poder socialista entraram num processo de feudalização.

O atual Presidente do Governo Regional - sucessor do nosso Carlos Magno açoriano, que fugiu para Lisboa um pouco antes da borrasca - detém apenas um poder simbólico. No fundo, o que temos em vigor no poder açoriano é um triunvirato formado pelo Dr. Vasco Cordeiro, pelo Sr. Carlos César e pelo Dr. Sérgio Ávila. Não necessariamente por esta ordem.

(Risos do Deputado Artur Lima e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Abaixo deles reina o caos, no âmbito do qual emergem – cada vez mais atrevidos e descarados – pequenos potentados locais. Nestas circunstâncias, cada um dos senhores feudais do poder socialista faz mais ou menos o que lhe passa pela cabeça e corre, rumo ao futuro, em pista própria.

Não existe hoje um governo unificado nos Açores. A ação governativa é apenas reativa e está muito longe de ter uma ação concertada e planeada no tempo. O Governo Regional assemelha-se a um navio decrépito, que decidiu lançar âncora no meio de uma tempestade. Neste cenário, os tripulantes têm como única função lançar baldes de água pela borda fora enquanto o navio se afunda cada vez mais.

Meus senhores. Povo Açoriano. Isto acaba aqui. Nós, todos nós, somos os passageiros deste barco desgovernado, com a quilha já à mostra. Temos de salvar os Açores deste governo e perder qualquer ilusão de que este governo nos pode salvar.

Salvar os Açores da situação calamitosa em que nos encontramos é uma tarefa grandiosa. É uma tarefa que exige o fim do poder político que se eternizou no governo dos Açores, sem qualquer precedente no âmbito do poder democrático da Europa Ocidental.

Pedir ao atual governo que se demita talvez seja pedir demais a um partido que se enquistou e parasita atualmente o corpo da sociedade açoriana. Mas é um serviço patriótico que é exigível pedir a alguém que demonstrou, de forma insofismável, que não tem capacidade para resolver os graves problemas com que se confronta a sociedade açoriana.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso peço. Demitam-se, meus senhores! Demitam-se e prestem assim o único serviço que estão em condições de prestar ao Povo dos Açores. Demitam-se de uma tarefa que não está ao vosso alcance. Demitam-se! Tenham a coragem de prestar esse derradeiro serviço ao Povo dos Açores.

Viva os Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado André Bradford (PS): Se tivesse maior representatividade política, mas não tem! Se ele não tivesse só 50 votos!

Deputado Rogério Veiros (PS): Ele já dizia isso no mandato anterior e os açorianos não lhe deram razão!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar...

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do Partido Popular Monárquico invoca-nos para aquilo que é a realidade da Região Autónoma dos Açores, que é uma realidade que, infelizmente, continua a surpreender-nos, mas sempre pela negativa.

Continuamos a ser a região onde os índices de pobreza e de exclusão social são mais elevados.

A Sra. Secretária pode soprar à vontade, mas é a realidade que lhe puseram ao colo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Secretária não sopra, suspira!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Suspira.

Mas é a realidade. Nós temos os piores indicadores sociais do país, mesmo tendo o país empobrecido por via do acordo que V. Ex.^{as} firmaram com a troika.

Deputado Francisco César (PS): Que grande lata!

O Orador: E a cada medida, e a cada indicador que nos é trazido, somos sempre lembrados de que apesar do socialismo nos Açores se vangloriar, não se

sabe com que resultados, a realidade é que quando vamos analisar aquilo que se passa, temos o quádruplo, por exemplo, da incidência do Rendimento Social de Inserção na região, mesmo com as medidas que foram aprovadas de melhor atenção na aplicação desse apoio social. Ou seja, mesmo com algumas restrições e melhor análise daquelas pessoas que realmente precisam do Rendimento Social de Inserção,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É preciso ter lata!

O Orador: ... a verdade é que continuamos a ter, nos Açores, muitos milhares de açorianos que precisam desse apoio para levar o seu dia a dia, um apoio que apenas se destina a combater a maior fragilidade da pobreza extrema em que vivem alguns açorianos.

Temos, nos Açores, uma realidade que nos envergonha enquanto região que se diz,...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: ... pela voz oficial do Partido Socialista e do Governo Regional, sempre na charneira e à frente de qualquer medida em termos de preocupações sociais.

Temos o maior desemprego do país. Temos a maior taxa de pobreza do país...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A maior taxa de pobreza!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: ... e não a temos agora, temo-la tido mesmo antes da austeridade que foi aplicada a Portugal.

Deputado André Bradford (PS): Onde é que está o gráfico?

O Orador: E a realidade dos Açores é tão grave, Sr. Deputado (é tão grave!), que nós olhamos para a realidade nacional, a começar, de alguma forma, o país a conseguir levantar a cabeça...

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é a vossa visão!

O Orador: A nossa e a de toda a comunidade internacional. Só não é a visão do Partido Socialista, curiosamente.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não, a realidade não é essa!

(Apartes inaudíveis do Deputado Lúcio Rodrigues e da Deputada Graça Silva)

O Orador: E, portanto, quando temos essa vertente da realidade atual da situação nacional e dos Açores, o que vemos nos Açores é precisamente o inverso, é um Partido Socialista que enfia a cabeça na areia e consigo leva o afundamento das políticas sociais e da realidade social no arquipélago.

Aquilo que nos é dado a conhecer por todos esses indicadores sociais que nos envergonham, como o abandono escolar, o insucesso escolar,...

Deputado José San-Bento (PS): Temos melhorado muito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem, tem!...

O Orador: ... os indicadores de pobreza, a pobreza extrema, a pobreza persistente, os novos pobres, o desemprego, o desemprego jovem, tudo isso devia-nos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só tem aumentado o emprego partidário!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: ... levar a que tivéssemos uma atitude mais consciente e realista sobre o que, de facto, se está a passar, porque, hoje em dia, não se alimentam

famílias inteiras apenas com discursos e apenas com conversa. A verdade é que as vossas políticas, as vossas atitudes...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado parece um ministro!

O Orador: ... e o vosso modelo de governação levaram a que os Açores chegassem a esta triste realidade, que os senhores fazem questão de dizer, quando são alertados para ela,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que nós estamos a puxar os Açores para baixo.

Deputado André Bradford (PS): Isso é verdade!

O Orador: Já é assim há muitos anos.

Eu posso dar o meu testemunho pessoal (Vou terminar, Sra. Presidente), da minha atividade enquanto membro deste Parlamento. Há seis anos que aqui estou e há seis anos que vou ouvindo o mesmo discurso da vossa parte e a realidade não muda, piora.

E, portanto, não é pelo facto dos senhores passarem, ano após ano, orçamento após orçamento, plano após plano, a dizerem que temos que elevar a moral e a autoestima dos açorianos, que tem melhorado a realidade da região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os indicadores sociais e os indicadores de extrema pobreza que se vivem nos Açores deviam envergonhar-vos e deviam fazer-vos mudar de atitude.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A mim, pelo menos, envergonha-me a pobreza que se começa a ver nos Açores. Os pedintes aumentam de dia para dia, infelizmente, gente que já não tem a quem recorrer a não ser o pedir esmola na rua.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: E isso devia envergonhar-nos a todos, mas não envergonha à bancada do Partido Socialista.

Devia envergonhar-nos que, ao fim de 40 anos de autonomia, temos a mais elevada taxa de pobreza do país, e não vale a pena escondê-la em discursos, porque ela é real e existe.

São os mesmos organismos que dizem que as nossas contas públicas estão muito equilibradas e que são credíveis para isso que também nos dizem que a taxa de pobreza nos Açores é a maior a nível nacional...

Deputado Francisco César (PS): Então, está tudo certo!

O Orador: ... e uma das maiores da Europa.

E o que é o paradoxo e que não se entende é se temos dinheiro, por que é que não se combate a pobreza? Estamos à espera que os outros o façam! É ter a maior taxa de desemprego do país, se temos dinheiro, por que é que não se criam postos de trabalho? E se é verdade que um em cada cinco jovens europeus está desempregado, aqui, em cada cinco dois e meio estão à procura de trabalho, ou seja, quase 50%.

Mas o que se assiste é de um partido que defende o Estado Social e que tem feito ultimamente o maior ataque, desbragado ataque ao Serviço Regional de Saúde,...

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... com um secretário apostado em desmantelar o Serviço Regional de Saúde, apostado em dificultar o acesso dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde, um secretário e um governo para quem o sofrimento dos açorianos não lhes mexe com um sentimento.

Não somos nós que o dizemos, são os títulos dos jornais. Tenho vários, mas tenho aqui um e o título é este: “Pode ter morrido alguém nos Açores por não ter tido o diagnóstico esclarecido”.

Os senhores querem pior do que isto? Os senhores querem pior do que isto? “Pode ter morrido alguém nos Açores por não ter tido o seu diagnóstico esclarecido.”

E o que é que o secretário faz? Em vez de resolver rapidamente o assunto, não, quer demorar ainda mais o assunto, e, segundo este raciocínio, para morrer mais gente, eventualmente. Quer reavaliar os exames complementares de diagnóstico feitos em 2012. O que é que isto quer dizer? Isto é da maior gravidade! E chega a uma altura em que já não é possível responsabilizar quem é inimputável; chega uma altura em que este Secretário da Saúde passará a ser inimputável, e devemos responsabilizar diretamente o Sr. Presidente do Governo e o Governo Regional dos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: ... por uma situação destas em que as pessoas sofrem,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: ... estão à espera de um diagnóstico e o Sr. Secretário anda em propaganda absolutamente demagógica sobre cuidados continuados, sobre isto, sobre aquilo, sem fazer nada para resolver o assunto e as pessoas, nos Açores, segundo os jornais, estão a morrer à míngua e à miséria...

Deputado Berto Messias (PS): Como nas urgências do continente!

O Orador: ... com o cobertor enrolado na cabeça. Não têm outra solução! Está aqui escrito, ninguém o desmentiu. Está aqui escrito, ninguém o desmentiu,...

Deputado Berto Messias (PS): E a hepatite c!

O Orador: ... e eu vou citar o Sr. Presidente do Sindicato e também do Conselho Regional da Ordem dos Médicos.

Deputado Francisco César (PS): É sempre bom ouvi-lo falar em sindicatos!

O Orador: “É evidente que é uma situação inaceitável, na medida em que exames pedidos em 2012 para esclarecimentos de diagnóstico [para esclarecimentos de diagnóstico, entenda-se] ou para um seguimento planeado para situações médicas, precisavam de ser feitos na altura e que os atrasos podem ter prejudicado gravemente os doentes, inclusive pode ter morrido alguém por não ter tido o exame esclarecido”, disse Jorge Santos, não sou eu que o digo, Sra. Secretária. A sociedade civil também já começa a apontar ao Governo dos Açores a irresponsabilidade da política economicista, apenas economicista,...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: ... (economicista!) do Governo dos Açores. Não olha aos doentes, não olha ao sofrimento, apenas ao dinheiro que anda, nem é a poupar,...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é no Ministério da Saúde!

O Orador: ... Sra. Secretária, porque, Sr. Deputado Berto Messias, tenha pelo menos a decência (tenha pelo menos a decência!) ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... de respeitar quem sofre (de respeitar quem sofre!),...

Deputado Francisco César (PS): Isso é no Ministério da Saúde!

O Orador: ... que os senhores não conseguem resolver quem, há três anos, está à espera de um exame complementar de diagnóstico e isso não lhe mexe com um dedo, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Não aceito lições suas sobre respeito, nem eu nem nenhum deputado desta bancada!

O Orador: O senhor tenha, pelo menos, respeito...

Deputado Berto Messias (PS): Não aceito lições de respeito do senhor!

O Orador: ... pelo sofrimento dos outros, que é coisa que o senhor não tem.

O senhor e a maioria dessa bancada...

Presidente: Sr. Deputado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é, Sr. Deputado! É Sr. Deputado Berto Messias!

Deputado Berto Messias (PS): Fiz um aparte!

O Orador: ... não têm respeito pelo sofrimento dos doentes. O senhor não tem respeito pelo sofrimento dos doentes. Envergonhe-se, Sr. Deputado! Tenha vergonha da sua atuação, tenha vergonha, e a sua bancada, das pessoas que estão a morrer...

Deputado Berto Messias (PS): Não aceito lições suas sobre respeito, nem eu nem nenhum deputado desta bancada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e os senhores não se importam com isso.

Presidente: Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: É a vergonha, tenha vergonha, não tem respeito...

Presidente: Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... pelo sofrimento das pessoas.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, eu estou no uso da palavra e estou a ser interrompido sistematicamente pelo Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Presidente: Eu já ontem disse e volto a repeti-lo. Não é possível,...

O Orador: Não olhe para mim, olhe para ali, se faz favor.

Presidente: ... não é possível...

O Orador: Para aqui não olha.

Presidente: ... gerir os trabalhos se não me ouvem. Eu não posso chamar a atenção seja de quem for...

O Orador: Pode, pode!

Presidente: ... se não me ouvem. Não há outra forma! Eu estou pelo menos há três ou quatro vezes a dizer “Srs. Deputados”. Alguém tem que parar de falar para eu poder dizer que o Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra e que, como tal, tem que acabar a sua intervenção. Só assim é que é possível. E apelo, mais uma vez, para que o dia de hoje corra dentro da normalidade, que todos possamos respeitar, pelo menos, a Mesa desta Assembleia.

Sr. Deputado Artur Lima, eu também já lhe tinha chamado a atenção que o seu tempo estava a terminar, mas naturalmente...

O Orador: Não tinha ouvido.

Presidente: ... dar-lhe-ei alguma tolerância para poder concluir a sua intervenção.

O Orador: Não ouvi chamar-me à atenção e por isso peço desculpa.

Sra. Presidente, quem me interrompeu sistematicamente foi o Sr. Deputado Berto Messias e apenas e só o Sr. Deputado Berto Messias devia ter sido chamado à atenção. Apenas e só.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Eu fiz um aparte. Que eu saiba é regimental!

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente, dizendo-lhe o seguinte.

O Sr. Deputado Berto Messias ainda não se inscreveu, a bancada do Partido Socialista ainda não falou e, portanto, tinha todas as oportunidades para se inscrever e falar...

Deputado Berto Messias (PS): Eu fiz um aparte, que é regimental como o senhor bem sabe!

O Orador: ... e ininterruptamente estabeleceu um diálogo aqui e, portanto, quem me interrompeu, quem faltou aqui às regras, não foi um aparte, foi o Sr. Deputado Berto Messias e apenas e só o Sr. Deputado devia ter sido chamado à atenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Peço desculpa, mas é a verdade.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Berto Messias (PS): Eu fiz um aparte porque o senhor me estava a acusar de não ter vergonha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo inaudível entre alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado André Bradford (PS): Já não há critério de aplausos aí nessa bancada!

Presidente: Eu espero que possamos continuar o debate sobre esta declaração política.

O Sr. Deputado José San-Bento inscreveu-se. Tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do PPM é um registo próprio de um deputado que defende a greve de fome e não merece grandes comentários.

(Burburinho de algumas bancadas da Câmara)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Coisa bem diferente foram as intervenções que aqui foram realizadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pelo Grupo Parlamentar do PSD.

E nós sabemos bem das dificuldades que, neste momento, atravessam famílias e empresas nos Açores. Os deputados do PS conhecem muito bem esta realidade e a questão não é se há ou não dificuldades - claro que há dificuldades -, a questão é o que é que nós estamos a fazer para lutar contra essas dificuldades. Esta é que é a questão.

E, portanto, também não podemos ignorar cinicamente que uma autonomia que tem 39 anos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Uma autonomia que tem 39 anos?

O Orador: ... e que atravessa a maior crise financeira dos últimos 80 anos obviamente não tenha indicadores que nos colocam numa situação inédita em relação ao passado. Isso é absolutamente elementar e é da mínima honestidade intelectual partir desse quadro de análise para podermos ter um debate fortuito, um debate leal e um debate contundente como nós defendemos.

Nós estamos chocados com uma oposição que não reconhece os indicadores económicos que ainda há pouco eu aqui referi do INE: crescimento do PIB, consolidação da baixa do desemprego,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... consolidação da nossa recuperação financeira e económica, consolidação de um reavivamento económico de vários setores, como é o caso do turismo,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... como é o caso da agricultura, como é mesmo ao nível de alguma indústria e de serviços.

Eu estou chocado com uma oposição que não reconhece, Sr. Deputado Bruto da Costa (e esta é para si), os passos que se estão a dar precisamente na área da educação. Uma taxa de abandono precoce que diminuiu, em 10 anos, de 57% para...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... 35%.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Deputado, mas o que é isso?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Uma melhoria de 21%! Isto é um percurso que nos honra. Uma taxa de desistência que foi eliminada no 1.º ciclo, passou para zero;...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Seja coerente!

O Orador: ... eliminada no 2.º ciclo, baixou 95% no 3.º ciclo e foi reduzido em 68% no ensino secundário.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Eu estou chocado com uma oposição que não tem coragem de reconhecer esses números, porque esses números representam um grande esforço dos açorianos, da classe docente e também do Governo e do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu estou chocado com uma oposição que apoia o Governo da República, que faz cortes e mais cortes,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores apoiam o Syriza!

O Orador: ... que reduz os apoios sociais, que aumenta os impostos. Nós aqui compensamos os cortes...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores procedem na República e os senhores vêm aqui com um discurso absolutamente demagógico...

Deputado Bruno Belo (PSD): O país está melhor governado agora ou antes? É isso que os senhores têm que dizer!

Deputado Duarte Freitas (PSD): José Sócrates!

O Orador: ... e inaceitável.

Nós criamos medidas para preservar o rendimento das pessoas, com impostos mais baratos, com remunerações complementares – 19 milhões de euros nessas prestações para apoiar o rendimento das famílias. Nós criamos regimes de proteção social que despendem 25 milhões de euros para apoiar 37 mil idosos para compensar as medidas do vosso Governo da República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Eu estou chocado com esta oposição, chocado com uma oposição que não reconhece que há 9,5 milhões de euros de medidas de discriminação dos idosos, abonos de família complementares. Temos apoios a medicamentos, temos um conjunto de apoios a essas famílias que são, precisamente, uma prova da nossa capacidade de reagir e de apoiar quem mais precisa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, é isso que deve ser destacado, porque nós, no conjunto de todas essas medidas, criamos uma discriminação superior a 230 milhões de euros de apoios e de benefícios que não existem...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos? Quantos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS é como aquela anedota daquela menina que se pinta!

O Orador: ... em qualquer outra região do país. E, portanto, esta é que é a verdade.

E, portanto, aqui chegados, nós temos que ser absolutamente claros, Srs. Deputados. Se os senhores têm essa visão maniqueísta e radical do tudo bem ou

tudo mal, do preto e do branco, então, se tudo o que está mal é culpa do Governo, então tudo o que está bem nos Açores é mérito do PS.

Deputados Ricardo Cabral e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E é isso que nós temos que dizer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dê-me lá um exemplo de um bom indicador social nos Açores!

O Orador: E as coisas só não estão melhores, a nossa recuperação não é mais robusta e mais expressiva porque as más políticas nacionais prejudicam as boas medidas e as boas políticas regionais.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é que é a verdade e é isto que vos incomoda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece aquela anedota da Maria por que é que te pintas?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai se não fosse o dinheiro da República!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não é o dinheiro da República, é dos açorianos!

A Oradora: ... Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, mesmo sem ter fixado recompensa, eu quero dizer que pode terminar a sua procura: o Governo está aqui.

Sr. Deputado Bruto da Costa, eu quero começar por ler aqui dois parágrafos (vai-me permitir que leia dois parágrafos) de um inquérito, do resultado de um trabalho promovido por uma entidade estatística nacional, que penso que é de irrefutável competência, e que diz o seguinte sobre o tal país que o senhor falou há pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora cita sempre um inquérito que não fala dos Açores. Por que é que não cita um inquérito que fala dos Açores?

Deputada Judite Parreira (PSD): Da OCDE, por exemplo!

A Oradora: Diz assim: “O inquérito às condições de vida,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O nosso país é Portugal!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora cita sempre um inquérito que não cita os Açores!

A Oradora: Pois, é o nosso país. Exato, o nosso país.

... realizado em 2014, sobre rendimentos do ano anterior, indica que 19,5% das pessoas estavam em risco de pobreza, em 2013, face a 18,7%, em 2012. Apesar do aumento do contributo das transferências sociais [felizmente] relacionadas com a doença, a incapacidade, a família, o desemprego e a inclusão social, o risco de pobreza aumentou. O aumento do risco de pobreza abrangeu todos os grupos etários, tendo sido mais elevado no caso dos menores [de 18 anos, naturalmente], relativamente aos quais passou de 24,4% para 25,6%. A presença das crianças num agregado familiar está associada ao aumento do risco de pobreza,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E nos Açores?

A Oradora: ... sendo de 23% para as famílias com crianças dependentes e de 15,8% para as famílias sem crianças dependentes”.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): E nos Açores?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E em Portugal?

A Oradora: Queria agora dizer-lhe, este é o quadro nacional, portanto, não é aquele que o senhor transmitiu das mil maravilhas, dos grandes méritos adquiridos nos últimos anos, antes pelo contrário. Temos de ser realistas e, portanto, a queda, como já foi referido, das transferências sociais, o aumento do desemprego condicionaram de forma inquestionável o rendimento das famílias e, naturalmente, as suas condições de vida, o que levou à degradação generalizada das condições de vida no país.

Portanto, queria felicitar o PSD, porque, de facto, há um dos “E” que definiu como grande objetivo da sua política governativa, que foi o Empobrecimento...

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que está, sem dúvida, alcançado. Objetivo cumprido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça que há um Sócrates por detrás disso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Estão de parabéns os senhores!

A Oradora: O outro “E”, Sr. Deputado, foi o Emigrar que,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já não há emigrantes! E a senhora não conhece os que estão a emigrar!

A Oradora: ... como sabem, emigrar foi também um dos grandes desígnios da governação dos últimos três anos. Objetivo alcançado. Os jovens deste país estão a emigrar e, portanto,...

Deputada Judite Parreira (PSD): E os dos Açores também!

A Oradora: ... ficam V. Ex.^{as} satisfeitos exatamente pela queda dos índices de desemprego nos jovens do país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nos Açores não emigram!

A Oradora: Mas não é, infelizmente, porque eles tenham conseguido trabalho no seu país, é porque emigraram e foram encontrar trabalho fora de Portugal.

Este é o país em que vivemos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Falta de memória!

A Oradora: Naturalmente que nesse país em que vivemos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estávamos melhor com Sócrates! Já percebi!

A Oradora: ... e do qual as Regiões Autónomas são parte integrante, as medidas de redução de prestações têm um impacto direto e efetivo também na população açoriana.

(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)

A Oradora: Deixe-me também dizer-lhe, Sr. Deputado, agora centrando-me nas questões associadas aos Açores. Quando fala mais uma vez no Rendimento Social de Inserção e na importância que teve o apertar do cerco. O apertar do cerco administrativo conduziu, sim, a uma saída administrativa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nos Açores?!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não tem a ver com a autonomia administrativa!

A Oradora: Foi isso que objetivamente aconteceu. Não teve a ver com melhorias da fiscalização, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os Açores?

A Oradora: Não foi nada, nada disso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem, Sra. Secretária!

A Oradora: E, portanto, as quedas do Rendimento Social de Inserção a nível nacional têm a ver exatamente com isso: medidas administrativas que foram adotadas, como o senhor muito bem sabe, nos últimos três anos.

Um aspeto que é importante referenciar e que já foi aqui por mim dito uma vez e que é importante termos sempre em consideração. Eu li um parágrafo deste relatório do INE que referia os agregados com dependentes e a forma como esses agregados com dependentes são efetivamente mais penalizados em situações desta natureza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que os senhores chumbaram a nossa proposta que trazia benefícios para as famílias!

A Oradora: E agora deixe-me fazer um enquadramento, porque isto também é estatístico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não ouvi foi nada da sua parte que resolva a questão!

A Oradora: Sabemos que nos Açores (nos Açores!) temos uma mais alta taxa de agregados familiares com dependentes. Isso é um aspeto naturalmente positivo, quer dizer que em determinadas ilhas dos Açores, felizmente, ainda temos uma população mais jovem. Noutras não, mas noutras sim.

Presidente: Sra. Secretária, o seu tempo está a terminar.

A Oradora: Deixe-me só concluir, Sra. Presidente, com a sua bondade.

E, portanto, naturalmente que se temos agregados familiares com maior número de dependentes, são estes os mais penalizados pela pobreza, objetivamente que sim. E também sabemos que é exatamente nesses agregados que há maior incidência do Rendimento Social de Inserção.

Portanto, aqui também é uma questão estatística. É uma questão lógica e estatística.

Outra questão que lhe queria referir.

O Governo dos Açores, todas as medidas (e não são de agora, já algumas têm alguns anos) que vem adotando ao nível das prestações sociais são exatamente de reforço ao rendimento das famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que chumbaram a nossa proposta do RSI!

A Oradora: Aliás, como diversos organismos internacionais acusam o país de reduzir as prestações sociais e nós, nos Açores, contrariamos essa tendência de há uns anos a esta parte, reforçando, como já foi aqui muito bem referenciado pelo Deputado José San-Bento,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os impostos? O IVA não toca no rendimento dessas pessoas?

A Oradora: ... o rendimento das famílias, desde os mais novos até aos mais velhos, o Complemento Regional de Pensão, o complemento ao Abono de Família,...

Presidente: Sra. Secretária, tem mesmo de terminar.

A Oradora: ... um conjunto de medidas que visam exatamente combater as dificuldades ao nível do rendimento.

Naturalmente que mesmo ao nível do Rendimento Social de Inserção temos mil programas de inserção em curso, na região, para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Já hoje foi aqui falado no programa FIOS, que se destina a beneficiários do Rendimento Social de Inserção e que potencia a sua capacitação com vista à integração no mercado de trabalho.

Podíamos estar aqui, com certeza que não é esse o propósito e não foi esse o propósito, não sei se terá sido ou não...

Presidente: E também não tem muito mais tempo, Sra. Secretária, para continuar.

A Oradora: ... o propósito do Sr. Deputado do PPM, mas o Governo dos Açores trabalha diariamente para a qualificação de todos os açorianos e açorianas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai ter de explicar a essas pessoas que têm pouco como é que vão pagar mais IVA!

A Oradora: ... dos mais novos aos mais velhos. Evidentemente que entendemos que a qualificação é um aspeto determinante para a sua inserção no mercado de trabalho e este é um combate diário e do qual nós não nos afastaremos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que ia terminar com “Juntos conseguimos!”!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Rogério Veiros (PS): Sra. Secretária, a lógica é só para alguns! Alguns não chegam lá!

Presidente: Não havendo, então dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, o senhor é um deputado que, numa ocasião normal, não merece uma vírgula, uma referência. O senhor pertence àquele

género de deputados que veio das “jotinhas”, que nunca fez nada na vida, que não tem qualquer tipo de habilitações...

Presidente: Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... e que veio para aqui e é um político profissional.

(Burburinho geral)

Presidente: Oh, Sr. Deputado!

O Orador: O senhor não merece qualquer tipo de referência. É isto mesmo! É isto mesmo!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente!

O Orador: O senhor é um tipo de político...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... que vive da política, não tem emprego conhecido, nunca fez outra coisa...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... a não ser a atividade política.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária que me acompanhem à Sala da Mesa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No meio da minha intervenção?!

Eram 12 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Eram 13 horas e 23 minutos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa. Sempre vai fazer. Peço desculpa. Tinha ficado com a ideia, na Conferência, que já não ia fazer o encerramento da declaração política.

Sendo assim, o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai fazer o encerramento da declaração política e depois então, sim, encerramos os trabalhos para o almoço.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive a oportunidade de realizar hoje, aqui, uma declaração política muito cáustica, uma declaração política que transmitia a posição do meu partido, da minha representação parlamentar em relação à atuação do Governo. E é muito negativa.

Esta declaração política, na sua parte final, foi interrompida pela Sra. Presidente do Parlamento, tratando-se de um ato sem precedentes no âmbito do Parlamento açoriano. Ou seja, eu estava no meu uso da palavra (estava no uso da palavra!) e não pude continuar porque a Sra. Presidente marcou um intervalo no meio da minha intervenção. E, por isso, eu devo dizer aquilo que já disse em outras circunstâncias e que disse também na reunião que acabámos de ter.

Considero que a Sra. Presidente, dado a gravidade do sucedido, deve equacionar a sua permanência no cargo, sendo certo que, da nossa parte, a posição que nós defendemos é que não reúne essas condições.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos encerrar então os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos, nomeadamente na Agenda.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Terminámos ontem o ponto 7 da nossa Agenda. Entramos agora no ponto...

Sr. Deputado José San-Bento, pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para uma interpelação.

Eu tinha-me inscrito. A senhora não me deu a palavra e eu queria saber se tem esse registo, senão eu quero usar a figura da defesa da honra.

Presidente: O Sr. Deputado tinha-se inscrito antes do intervalo.

Deputado José San-Bento (PS): Sim, senhora.

Presidente: Mas não lhe vou dar a palavra, Sr. Deputado. Considero que este assunto ficou encerrado. No entanto, fica o registo que estava inscrito para falar, mas este assunto fica encerrado por aqui.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, eu...

Presidente: Para uma interpelação, Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): É para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** É para deixar registado que, face à conclusão do debate desta manhã, esta é a única forma que eu tenho que fique

registado que eu esperava um pedido de desculpa do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado não conhece a minha vida,...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, eu não vou permitir que continuemos...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Respeite a Sra. Presidente, Sr. Deputado!

O Orador: ... fez aqui declarações que eu não posso...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento,...

O Orador: ... permitir...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, eu não...

O Orador: ... e queria só...

Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, o senhor já fez a sua interpelação, já pediu para que ficasse registado que se tinha inscrito para protestar ou, neste caso, pedir a defesa da honra face às declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão. É o que ficará registado no Diário das Sessões.

O Orador: Eu lamento, Sra. Presidente, que não me seja dada oportunidade de censurar uma atitude que eu acho que foi lamentável neste Parlamento.

Presidente: Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos entrar então no ponto 8 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011/A”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para a apresentação da iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda tem tido um trajeto atribulado, contraditório, atípico, ou não, ou nem tanto, mas o certo é que a intenção que lhe subjaz, que é dar um apoio aos estudantes do ensino superior, aos nossos

estudantes, aos estudantes açorianos do ensino superior, seja na região, seja no território continental, ou até mesmo na Madeira, na outra Região Autónoma, e que por razões económicas e de carência económica, quer suas, quer do seu agregado familiar, são obrigados a interromper a sua formação superior, cuja completude tão necessária é para a nossa região, e volto a dizer, porque quanto maior for a massa crítica que a nossa região tiver, mais iniciativa, mais capacidade de propositura e até de crítica existe nesta região e todos e todas ganhamos com isso e a democracia também, apesar da intenção que lhe subjaz, dizia eu, continuar viva e nós não termos desistido dela, dada a turbulência do seu trajeto e também a existência, e admitimo-lo, de algumas dificuldades de compatibilidade em alguns dos seus artigos, o Bloco de Esquerda retira esta iniciativa legislativa e compromete-se a voltar ao princípio e, tão breve quanto possível, a apresentar uma outra que possa, de uma forma clara, adquirir e conquistar a unanimidade e o consenso de todos, sobretudo da maioria parlamentar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Fica então retirada esta iniciativa.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 9: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/X – “Desafetação do regime florestal parcial de uma parcela de terreno baldio no perímetro florestal da ilha Terceira”.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*):

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me um pequeno enquadramento relativamente a este diploma e àquilo que, de facto, se pretende, com algumas referências àquilo que foi a história do Clube de Golfe na ilha Terceira.

Data de 1954, quando, nesse ano, entre a Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, o comandante da Zona Air Transport Station e o comandante da Zona Aérea n.º 4 foi firmado um acordo ao abrigo do qual nasceu o Clube de Golfe da ilha Terceira e ao qual foi atribuído, na zona das queimadas, onde ainda hoje se situa, um terreno exclusivamente dedicado a essa atividade e que não podia ter outra utilização, nos termos desse acordo, que não a prática do golfe.

Em abril de 1951, portanto, cerca de sete anos mais tarde, foi publicado um decreto, no Diário do Governo, de 14 de abril, que constituía o perímetro florestal da Terceira, englobando os terrenos baldios de todas as freguesias da ilha Terceira, mas excluindo, num dos seus artigos, as parcelas onde o Clube de Golfe estava implantado e exercia a sua atividade, num dos artigos desse diploma que refere esta circunstância, permitindo que ele continuasse a exercer a sua atividade, embora com a posse dos terrenos a título precário. E assim tem sido ao longo destes últimos 60 anos.

Mais recentemente, o Clube de Golfe manifestou o seu interesse e a sua intenção de registar todo o património edificado que, entretanto, foi construindo ao longo da sua atividade.

Para que isto possa ser possível é necessário desafetar os terrenos onde ele está implantado do perímetro florestal.

Não havendo, da parte do Governo, intenção de desenvolver qualquer atividade florestal na zona onde atualmente funciona o Clube de Golfe e onde estão edificadas as suas instalações e considerando também o interesse que o Clube de Golfe tem no desenvolvimento da ilha Terceira na prática deste desporto, do seu ponto de vista desportivo e turístico, o Governo não vê qualquer problema

nesta circunstância e daí propor este decreto legislativo regional, que mais não visa do que desafetar do perímetro florestal da ilha Terceira os terrenos onde o Clube de Golfe está implantado para permitir, de facto, o registo das suas instalações e garantir o seu pleno funcionamento nos moldes em que ele atualmente se encontra.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu gostaria de um esclarecimento relativamente a esta proposta para precisar exatamente o sentido de voto, porque há algumas dúvidas que se nos colocam.

Uma delas tem a ver com o facto de passarmos um terreno baldio para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, de uma área que é ocupada pelo campo de golfe da ilha Terceira, e o que eu gostaria é que, se fosse possível, explicassem que implicações terá a passagem dessa área para a responsabilidade do município da Praia da Vitória no normal funcionamento do campo de golfe da ilha Terceira. Ou seja, o município terá a possibilidade de cobrar taxas para a utilização desse espaço? Porque parece existir aqui algo muito complexo do ponto de vista da utilização desse espaço, que é uma utilização histórica, que tem contornos que não estão bem delimitados, uma vez que o campo de golfe é construído aquando da presença de militares norte-americanos e que teve uma gestão feita essencialmente por norte-americanos e, muito mais tarde, passou a ter uma gestão feita pelos portugueses. Esta entrega deste espaço à Câmara Municipal da Praia da Vitória que consequências ou que

impactos é que tem na utilização normal pelas pessoas que praticam golfe nesta zona concreta? Se me pudesse explicar estas questões, agradecia-lhe.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*):

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito também a oportunidade para esclarecer o Sr. Deputado Félix Rodrigues relativamente a esta matéria.

Como sabe, os terrenos baldios são terrenos públicos partilhados entre Governo (a sua gestão) e os municípios. E são geridos também por uma figura que, na região, não está definida, que são as assembleias de partes, que é aquilo que acontece no espaço nacional. Não havendo esta assembleia constituída nos Açores, a gestão tem sido feita partilhadamente pelo Governo e pelas autarquias. Aliás, tem sido assim ao longo dos anos e é assim em todas as ilhas da nossa região.

Portanto, foi a forma que se encontrou para se poder fazer a desafetação destes terrenos, permitindo que, de facto, o Clube de Golfe exerça a sua atividade nos moldes atuais, sem qualquer problema, sem qualquer pagamento de taxas, sejam elas quais forem, apenas para regularizar toda esta atividade.

Portanto, não há, pelo menos não vislumbramos qualquer intenção, nem é possível cobrar nenhum tipo de taxas nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: É apenas uma dúvida que eu queria esclarecer.

Segundo a lei dos baldios, acho eu, os baldios são inapropriáveis, e sendo inapropriáveis, segundo a lei, o que está aqui a dizer é que o Governo desafeta e passa para a administração do município.

O que eu quero perguntar é: essa administração quer dizer o quê? O município depois pode alienar esses terrenos e passá-los para o campo de golfe? É porque aí está-se a apropriar de uma coisa inapropriável. Uma coisa é apenas a administração e outra coisa é isto permitir a liberdade de fazer com esses baldios o que quiser. E os baldios, salvo melhor opinião, e se não estiver enganado, são inapropriáveis.

Muito obrigado, Sr. Secretário. Agradeço um esclarecimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário, vai responder? Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que estamos, de facto, aqui a propor não é a alienação de coisa nenhuma, é apenas a desafetação do regime florestal dos terrenos onde o Clube de Golfe tem as suas instalações e está a funcionar.

Portanto, é isso que está, isso consta no diploma, é este o papel do Governo nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o n.º 2 do artigo 1.º diz: “A desafetação da parcela de terreno referida no número anterior tem carácter definitivo e destina-se à regularização dos terrenos onde está implantado o campo de golfe”, que atrás diz “bem delimitado”.

Ora, o que se deduz daqui é que isto fica definitivamente na posse do campo de golfe, corrigindo a área.

Eu acho que aqui estamos perante a apropriação de uma coisa que é inapropriável, que são os baldios, que não têm dono nem são transacionáveis.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa, mas a dúvida suscitada pelo Sr. Deputado Artur Lima merece uma resposta do Sr. Secretário, porque senão, digamos, levantada uma dúvida que o Bloco de Esquerda não tinha, mas uma vez que foi aqui levantada, o Bloco de Esquerda solicita ao Sr. Secretário que a esclareça, porque isso condicionará, com certeza, o sentido de voto que tínhamos previsto para este diploma.

Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou então que isto baixe a comissão para esclarecer!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que já esclareci o conteúdo do diploma. Não intervim uma segunda vez porque penso que na minha primeira intervenção as coisas ficaram devidamente esclarecidas.

O que se pretende com este diploma é desafetar do regime florestal o terreno onde está implantado o Clube de Golfe da ilha Terceira.

Nos terrenos das regras dos baldios, naturalmente que estas regras terão de ser respeitadas. Não podemos ir contra aquilo que está instituído nas regras dos baldios. Agora, aquilo que se está aqui a propor é que se desafete esses terrenos do perímetro florestal da ilha Terceira para que, de facto, se possa, num passo seguinte, fazer os registos dos edifícios e da área ocupada pelo Clube de Golfe, no respeito pelas regras dos baldios, obviamente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

(*Pausa*)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de decreto legislativo regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 14 do PSD; 3 contra do CDS-PP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE; e 1 do PCP.

Presente: Vamos então agora passar à votação na especialidade.

Os três artigos deste diploma não foram alvo de propostas de alteração, por isso coloco à Câmara a possibilidade de os votar em conjunto.

Julgo não haver oposição.

Sendo assim, está à votação os artigos 1.º, 2.º e 3.º desta proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS; 14 do PSD; 3 votos contra do CDS-PP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE; e 1 do PCP.

Presente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global: a proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 14 do PSD; 3 contra do CDS-PP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE; e 1 do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente este diploma que esteve aqui em discussão, porque esta questão dos terrenos onde está instalado o Clube de Golfe da ilha Terceira já é uma questão antiga e que importava regularizar.

O Clube de Golfe da ilha Terceira é um ativo importante em termos quer da prática desportiva que lá se realiza, quer em termos da atratividade turística que o golfe representa para a região.

Ao contrário daquilo que acontece em muitos sítios, o golfe na Terceira não é elitista, é altamente democratizado e o praticante vai desde o antigo *caddy*, antigo trabalhador no clube, até ao empresário, e, portanto, entendemos que é importante resolver este problema e que o golfe é importante para a Terceira e é importante para a região.

No entanto, e tendo em conta as dúvidas que aqui foram levantadas quanto à legalidade deste processo, nós fazemos o apelo para que o Governo Regional não deixe pontas soltas neste processo e para que este procedimento de enquadramento dos terrenos onde está instalado o Clube de Golfe, na legalidade, não venha, no futuro, a suscitar nenhum tipo de dúvidas, porque, de facto, aquele ativo é muito importante, e tendo em conta aquilo que tem sido a discussão transversal a toda a esta semana de trabalho e que tem a ver com a Terceira e com a Base das Lajes, é mais uma possível fonte de riqueza e de atratividade turística para aquela ilha.

Portanto, contamos que esta situação fique cabalmente resolvida e que não restem mais pontas soltas para o futuro.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): O pior é que não está esclarecida!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, o senhor sabe fazer melhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou, obviamente, fazer aqui e invocar a Base das Lajes para cometer uma ilegalidade, e, portanto, não vou também invocar aqui que é um ativo, que é uma riqueza. E para ser uma riqueza, não me vou apropriar do património de

ninguém que é de todos nós. E o que aqui está e que eu pedi ao Sr. Secretário que esclarecesse e que não foi esclarecido e, portanto, voto vencido nessa matéria, o Grupo Parlamentar do CDS vota vencido nesta matéria.

Isto teria sido melhor voltar à comissão, ser devidamente esclarecido, porque ninguém quer prejudicar o Clube de Golfe, Sr. Deputado Luís Rendeiro. Agora, eu não quero é favorecer ninguém cometendo uma ilegalidade. E o que o Sr. Secretário acabou por dizer aqui foi que isto passava para o nome do Clube de Golfe, que toda a gente sabe como é que se legaliza uma casa que não tem o chão no seu nome. É preciso passar o chão para o nome do proprietário para o proprietário legalizar o edifício. É isso que os senhores estão a fazer. Estão a passar o chão para o nome do Clube de Golfe para o Clube de Golfe legalizar os edifícios que lá estão, com outra gravidade, é que esta área é imensamente maior que os edifícios que lá estão.

E, portanto, eu estou convencido, e não posso deixar passar isto, que isto é uma ilegalidade. E eu pedi para ser esclarecido, não fui esclarecido e por isso votamos vencido, seja elitista ou não seja elitista, seja na Terceira ou não seja Terceira, votaria de acordo com aquilo que eu acho.

Os baldios são, segundo a lei, inapropriáveis. O que se está aqui a fazer é a apropriar-se de parcelas de terreno baldio que são do povo, são de todos, não têm dono. São administrados, mas não têm dono. O que aqui se está a fazer é dar um dono a uma parcela de baldio. Ponto final parágrafo.

E foi isso que o Sr. Secretário acabou por confirmar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 10 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/X – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo

Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o Regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Este projeto de DLR foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, no entanto colocava à Câmara a seguinte situação.

O nosso Regimento, no seu artigo 136.º, nomeadamente no n.º 4 e no n.º 5, define que as propostas de substituição a decreto legislativo regional devem ser colocadas à votação para se definir qual delas é que segue depois para a especialidade.

Uma vez que esta substituição integral, que foi distribuída por todos, foi subscrita e consensualizada em sede de comissão, e, aliás, como já aconteceu também no passado, eu colocava à Câmara a possibilidade de debatermos apenas sobre a proposta de substituição integral e ser esta apenas a única iniciativa a ser votada, até porque também as propostas de alteração que já foram entregues à Mesa e distribuídas só sobre esta proposta é que incidem.

Portanto, não havendo oposição, então o que vai estar em debate é apenas a proposta de substituição integral.

Sendo assim, Sr. Deputado Joaquim Machado, para a apresentação da iniciativa, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa condição arquipelágica e o rigor que a natureza por vezes nos impõe conferem importância acrescida ao trabalho desenvolvido pelas nossas associações humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Em situações difíceis da nossa vida coletiva, por vezes até em situações dramáticas da nossa vida coletiva, os Bombeiros Voluntários estiveram presentes, dando o melhor de si, tantas vezes com o risco da própria vida,

minimizando o sofrimento das vítimas, consolando as famílias, impedindo maiores danos materiais e morais.

Seja no combate a incêndios, em situações de catástrofe, como no socorro a acidentados ou no transporte de doentes, os nossos bombeiros dão o melhor de si com absoluto altruísmo, com verdadeiro sentido de voluntariado. Por isso, nunca é demais reconhecer publicamente essa dedicação, esse relevante e imprescindível serviço à comunidade e fazê-lo nas palavras como nos atos, sem esquecer também o espírito de dedicação e entrega ao bem comum a que dão corpo os órgãos sociais das associações humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Passados quase oito anos sobre a publicação do diploma nacional que define o regime jurídico aplicável aos Bombeiros, no qual se fixam deveres, direitos e regalias dos bombeiros, e bem assim o seu regime de proteção social, o regime de seguros, a organização da atividade operacional, a estrutura de comando e carreiras, dizia, passados mais de sete anos, fazia-se já tarde na adaptação de algumas destas matérias à nossa especificidade, até porque a Região Autónoma da Madeira já o tinha feito em 2010.

E, portanto, com esse objetivo, o PSD entregou neste Parlamento um projeto de decreto legislativo consagrando, no âmbito de uma matriz regional açoriana, um conjunto de deveres, direitos e regalias para os nossos Bombeiros.

Há precisamente um ano, em fevereiro de 2014, quando o PSD-Açores apresentou publicamente esta iniciativa, como é habitual, o Governo Regional apressou-se a desmerecer a proposta. Imagine-se! O Secretário Regional da Saúde, que tutela a Proteção Civil, foi ao ponto de dizer que o PSD estava distraído e que propunha regalias existentes na região desde 2012. E vou citá-lo, Sr. Secretário, e dizia, na altura, “regalias, inclusivamente, de forma mais alargada”. Terminava depois as suas considerações de propaganda gratuita com aquela lapidar superioridade com que normalmente se dirige aos adversários,

dizendo o seguinte, e vou voltar a citá-lo: “O PSD não se preparou corretamente”, fim de citação.

Quem fez esta afirmação, o Sr. Secretário Regional da Saúde, é, nem mais nem menos, o responsável político pela Proteção Civil de um Governo Regional que nada fez para adaptar aos Açores esta legislação nacional de 2007. E, portanto, nada tendo feito, era, todavia, o PSD que estava mal preparado.

Mas também aqui o tempo foi bom conselheiro e se, em fevereiro de 2014, o Secretário Regional da Saúde tinha aquela posição, em junho, na audição em sede de Comissão de Política Geral, já reconheceu a necessidade de se adaptar a legislação nacional, conformando-a com a nossa realidade insular. Ou seja, reconheceu a validade e a oportunidade da proposta do PSD.

Independentemente destes ruídos políticos, mantivemos a determinação de tudo fazer para garantir aos Bombeiros dos Açores maior reconhecimento pela importante e decisiva atividade que desenvolvem em prol das nossas populações.

E nesse espírito de procura do bem comum, fizemos baixar a proposta de diploma novamente à respetiva comissão a fim de acolher as sugestões que o Partido Socialista entretanto se dispusera a fazer e acabou fazendo essas propostas já no passado mês de janeiro.

O texto final que aqui temos é, portanto, fruto desse trabalho, mas também o resultado de um processo construtivo que pode contar com a preciosa colaboração de diversas associações de Bombeiros Voluntários, que se dispuseram a partilhar o seu saber e a experiência neste domínio.

Entre outras disposições, este diploma consagra o reembolso das propinas e taxas de inscrição da frequência no ensino superior até o montante de uma vez e meia o salário mínimo regional, ou seja, prevê uma majoração de 50%; prevê também a isenção dos Bombeiros do pagamento de taxas moderadoras na prestação de cuidados de saúde primários e hospitalares, ainda que fora do

exercício da sua atividade e a justificação das faltas dadas ao trabalho pelos Bombeiros para efeitos de frequência de ações de formação promovidas ou reconhecidas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Esta adaptação legislativa não resolve, nem de perto nem de longe, todos os problemas das nossas associações. A fragilidade financeira daquelas instituições, a estruturação da carreira de bombeiros e respetiva remuneração, a exiguidade dos meios em face das solicitações são questões sempre prementes, apesar dos mecanismos institucionais estabelecidos e do importante e decisivo financiamento que a região faz através do Governo Regional para assegurar a atividade das corporações. Mas o que agora aqui trazemos é, acima de tudo, reconhecer publicamente a dedicação e o relevante e imprescindível serviço que os Bombeiros e os seus dirigentes associativos prestam à comunidade e vamos, naturalmente, além das palavras.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este trabalho de adaptação desta legislação à realidade dos nossos Bombeiros nos Açores foi fruto de um trabalho de diálogo e de cooperação que existiu entre os dois grupos parlamentares, em princípio, e, mais tarde, no âmbito da Comissão de Política Geral e devo dizer, não querendo entrar em polémica (se até agora não o fizemos), que as nossas propostas também apareceram finalmente concertadas já em janeiro, mas também a versão final do PSD chegou-nos no dia 21 de janeiro deste ano. Não interessa entrar em termos técnicos. Esses dados que importa, se calhar, referir, é que é uma proposta substancialmente diferente da proposta inicial, o que prova o trabalho que

também foi feito pelo Grupo Parlamentar, designadamente pelo Deputado Joaquim Machado.

E, portanto, foi conseguida uma plataforma de entendimento bastante alargada, de forma a aperfeiçoar o documento inicial e que penso que isto é um grande contributo para definir claramente e atribuir mais e melhores regalias e benefícios sociais aos nossos Bombeiros.

A proposta em si comporta as definições das entidades regionais que têm competência na área da Proteção Civil e dos Bombeiros. A definição, adaptação e majoração de benefícios sociais, como o Deputado Joaquim Machado referiu, designadamente na educação, a regulamentação das carreiras dos Bombeiros, adaptando-as, e bem, à nossa realidade, ao contrário do que existe no continente, que os corpos de Bombeiros são destinados essencialmente ao combate de incêndios, designadamente incêndios florestais, que nós, felizmente, não temos esse flagelo.

Se existiu um largo consenso na elaboração da presente proposta, este não foi total, como já referi. Essencialmente reporta-se às áreas que é estender os benefícios sociais aos membros executivos dos órgãos sociais das associações, designadamente na isenção de taxas moderadoras e justificação de faltas. Depois, naturalmente, na especialidade, poderemos ter oportunidade de expor, cada um de nós, os seus pontos de vista sobre esta matéria.

Portanto, permitam-me, desde já, que para além das propostas de alteração apresentadas àqueles artigos que fizemos chegar, que foram todos distribuídos, quer do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer do Grupo Parlamentar do PSD, entendemos, desde já, fazer alguma justificação que foram feitas a artigos que, no nosso entendimento, não estariam bem clarificados. Desde logo, no artigo 3.º, a definição das matérias e competências da Federação dos Bombeiros dos Açores que a nossa proposta refere claramente a que se reportam e não na

substituição integral das competências da Liga Nacional dos Bombeiros de Portugal.

No que respeita aos seguros de acidentes pessoais, também a redação que lhe é introduzida, penso que clarifica e reporta, reflete aquilo que foi necessário fazer através de portaria a nível nacional, designadamente contemplando os infantes, cadetes e os membros executivos dos órgãos sociais das associações, colocando em pé de igualdade os nossos Bombeiros em termos de seguros contra acidentes pessoais relativamente ao todo nacional.

Finalmente, a questão da mobilidade, entendemos que deve ser dado parecer, respeitado parecer vinculativo das entidades detentoras, uma vez que são no fundo elas (entre aspas) as entidades patronais daquelas instituições e fará todo o sentido que além do parecer dos comandantes dos Bombeiros também o haja da parte dos corpos diretivos.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já nesta Casa, em outras ocasiões, tivemos a oportunidade de fazer referência ao trabalho efetuado pelos Bombeiros da nossa região e cuja atividade difere da dos Bombeiros em Portugal continental.

Os Bombeiros nos Açores têm uma atividade menos intensa no combate aos incêndios do que os seus colegas no continente, incidindo a sua função sobretudo na área da saúde.

A iniciativa do PSD procura adaptar à Região Autónoma dos Açores a legislação nacional que define o regime jurídico aplicável aos Bombeiros portugueses. As adaptações que surgem a esta iniciativa são sobretudo

adaptações orgânicas e também a introdução de novos benefícios e a majorações de outros já existentes.

Penso que as majorações introduzidas nas regalias no âmbito da educação e no âmbito dos programas de apoio à habitação, entre outras, poderão ser encaradas como um incentivo à adesão ao corpo dos Bombeiros da região e, portanto, pertinentes, uma vez que em algumas ilhas o número de novos aspirantes a Bombeiros inscritos é bastante reduzido.

É uma iniciativa que tentou consensualizar propostas que melhoraram o documento, embora tenham ficado de fora algumas questões que, julgo, também serem pertinentes, como é o caso da justificação das faltas.

É justo que os Bombeiros dos Açores tenham um mecanismo equilibrado em relação às suas faltas no exercício das suas nobres funções. É também justo que as suas entidades patronais sejam devidamente compensadas pela ausência do trabalhador bombeiro quando este falta ao trabalho pelo exercício da atividade operacional, tendo o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, enquanto entidade tutelar, uma responsabilidade acrescida nesta matéria.

As formações e reuniões que são promovidas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores a que estão sujeitos os Bombeiros, quer sejam eles profissionais ou voluntários, não deveria ser um empecilho nem causar constrangimentos à entidade patronal nem ao funcionário, uma vez que promovem a atualização e aquisição de conhecimentos que permitem melhorar o serviço prestado às populações.

Este documento traz aos Bombeiros açorianos um conjunto de direitos e regalias adaptados à realidade dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de adaptação do regime jurídico aplicável aos Bombeiros à região da autoria do Grupo Parlamentar do PSD adequa a nomenclatura dos órgãos que constam do diploma da República à orgânica da região e, mais importante do que a acomodação da terminologia, adequa à região os procedimentos e as entidades inerentes ao acesso a um conjunto de direitos e regalias, a saber: isenção e/ou comparticipação de propinas; isenção de taxas moderadoras e a justificação e compensação salarial devido a faltas para exercício da atividade e formação.

Sabemos que as Associações de Bombeiros atravessam dificuldades financeiras, mesmo aquelas que se pautam por uma gestão rigorosa, e que muitas dessas corporações são obrigadas, apesar de prestarem um valioso serviço público, a recorrer a expedientes criativos para obterem receitas que lhes permitam sobreviver.

O dinheiro decorrente das transferências do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros não é suficiente para pagar salários de funcionários com 20 e 30 anos de serviço, mesmo não sendo bombeiros ativos, mas que foram contratados, porque são necessários, pelas várias Associações de Bombeiros da região.

A proposta do Grupo Parlamentar do PSD não resolve este subfinanciamento, pois compete ao Governo Regional o cumprimento de tal desiderato, ou seja, a opção por um maior investimento num serviço essencial que, no caso dos Açores, é sobretudo um serviço de saúde.

A proposta do Grupo Parlamentar do PSD também não soluciona o pagamento das horas de trabalho que não são auferidas, por exemplo, por parte dos Bombeiros Voluntários que trabalham no setor privado, mas a Inspeção Regional do Trabalho deveria ser mais atuante e zelar para que se cumprisse a lei nestes locais privados de trabalho.

A proposta do Grupo Parlamentar do PSD inclui o pagamento e a dispensa das horas de trabalho correspondentes à frequência de ações de formação, o que constitui, sem dúvida, na opinião do Bloco de Esquerda, uma mais-valia, o reconhecimento pela atividade do Bombeiro.

É preocupante a falta de pessoal voluntário para o exercício de cargos dirigentes nas Associações de Bombeiros e, ao contrário da opinião do Sr. Secretário Regional da Saúde, julgamos que se trata, de facto, de um cargo de risco, de natureza distinta, quando comparado com o risco de operacional, considerando que são cargos dotados de grande responsabilidade, incluindo a responsabilidade criminal. E não sabemos se a isenção de pagamento das taxas moderadoras será suficientemente compensador face à responsabilidade que é imputada ao exercício destes cargos.

Portanto, na generalidade, nós votamos favoravelmente a proposta do PSD, relativamente às propostas de alteração, manifestar-nos-emos uma a uma.

Se a Sra. Presidente me conceder essa faculdade, eu gostava de aproveitar esta oportunidade para repor a verdade dos factos relativamente a uma situação menos feliz ocorrida no Plenário de ontem entre mim e o Sr. Deputado Rogério Veiros. E quero dizer aqui, no mesmo sítio onde ontem me manifestei, que o Sr. Deputado Rogério Veiros foi tendencioso na interpretação das minhas palavras, mas não foi mentiroso. Rima, mas não é a mesma coisa.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado Rogério Veiros percebeu bem que aquilo que eu queria dizer é que a ilha de São Jorge precisa de mais massa crítica, de mais iniciativa, de mais propositura, de mais dinamismo, de mais vida, de mais economia, mas entendeu ser tendencioso na interpretação. Mentiroso, ao contrário do que eu disse, não foi.

Muito obrigada.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Muito bem, Sra. Deputada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu queria aqui ressaltar e registar a sua coragem e a sua atitude. O seu ato é um ato que está ao alcance das pessoas com grande elevação, com grande formação e com grande caráter. É mais importante do que nós pedirmos ou nos retratarmos em relação ao debate, e da minha parte a senhora estará sempre desculpada no calor do debate por alguma palavra (e ao contrário também espero da sua parte), é sabermos reconhecer, por vezes, que algo precisa de ser corrigido. E essa sua atitude é mais importante como exemplo para toda esta Assembleia, porque se todos nós soubéssemos ter essa atitude de elevação e de grande capacidade, era muito mais fácil à Sra. Presidente conduzir os trabalhos desta Assembleia e era um bom exemplo para esta Assembleia, para a nossa democracia e para todos os açorianos,...

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... e é disso que os açorianos esperam e que esse exemplo sirva para todos nós dentro desta casa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Obrigada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Apesar de tudo e apesar da nobreza dos atos, também é preciso relembrar que estas duas intervenções desviaram-se completamente do âmbito...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Mas eu pedi autorização à Sra. Presidente!

Presidente: ... da discussão, mas, naturalmente, às vezes, a bem da verdade e da reposição das coisas, é preciso também termos alguma flexibilidade.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para demonstrar a satisfação do Governo por este Parlamento, no uso das suas competências constitucionais e com um elevado sentido de consensualização, vir aqui propor a confirmação e a melhoria das regalias aos Bombeiros na região.

É com enorme satisfação que o Governo assim o vê, independentemente das questões de paternidade do documento ou da versão que agora, aqui, se aprova ser uma substituição integral da versão que inicialmente tinha sido proposta. Mas é isso mesmo que é importante e que releva neste facto.

Foi possível e o Governo, infelizmente, não participou desse debate, dessa consensualização de uma forma direta, mas é possível, quando nós todos estamos, como políticos, determinados em melhorar, neste caso, as regalias dos Bombeiros, chegar a um consenso e é isso que aqui, hoje, se verifica e que o Governo, de uma forma muito clara, manifesta a sua satisfação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(*Pausa*)

Não havendo, penso então que podemos iniciar a votação deste projeto de DLR. Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade.

Os artigos 1.º e 2.º não sofreram propostas de alteração. Penso que poderei colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 3.º.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta de alteração refere aqui, e penso que de uma forma clara, as competências que são atribuídas à Federação de Bombeiros dos Açores que não estavam definidas e que são da competência, neste momento, da Liga de Bombeiros Portugueses e que se referem às carreiras de oficial bombeiro - bombeiro voluntário e bombeiro especialista. Aliás, são também os artigos que sofreram adaptações, dadas, como já aqui foi dito, as especificidades dos nossos corpos de Bombeiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar então agora o artigo 3.º do projeto de DLR com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento: o artigo 4.ºA.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra. Para uma interpelação' Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente:

Considerando que esta proposta de aditamento que o PSD apresenta versa a mesma matéria que a proposta, na versão do Partido Socialista, uma proposta de alteração, mas que na verdade se trata de uma proposta de aditamento que vem numerada com o número 5, sugeria que nós fizéssemos a apreciação primeiro do artigo 5.º, que tem uma proposta de alteração do PS, e depois, em conjunto, apreciássemos, porque se trata apenas de uma questão de numeração.

Nós entendemos, no PSD, que este aditamento podia vir aqui nesta posição, no 4.ºA, o Partido Socialista entende que devia vir depois, posteriormente ao artigo 5.º, mas, como é a mesma matéria, e esta é uma daquelas em que nós conseguimos consensualizar posições, para fazermos o debate em conjunto e não haver votações separadas, que podem prejudicar ou uma ou outra das propostas que estão presentes.

Portanto, a sugestão seria, para sintetizar, nós, de imediato, apreciarmos a proposta de alteração ao artigo 5.º, apresentada pelo Partido Socialista, e depois, em conjunto, a proposta de aditamento, artigo 4.º A, do PSD e 5.ºA do PS, porque versam a mesma matéria.

Presidente: Sr. Deputado, percebo aquilo que me pede, mas a verdade é que a votação tem que ser feita por ordem de apresentação. O máximo que pode acontecer é haver o debate propriamente dito agora uma vez que no debate na especialidade tem sido praxe desta Casa que é debate e votação. Portanto, pode iniciar-se o debate agora e depois procedermos à votação de seguida. Parece-me talvez que fará mais sentido porque terei mesmo que fazer a votação número a número.

Tem a palavra então, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Aceito perfeitamente o seu veredito sobre esta matéria. Com certeza que sim. Não vem daí mal nenhum ao mundo, bem pelo contrário.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de aditamento que o PSD faz está relacionada com a isenção de taxas moderadoras e uma parte desta proposta está em sintonia com aquilo que também propõe o Partido Socialista, isto é, de que, na Região Autónoma dos Açores, se faça a isenção das taxas moderadoras na prestação de cuidados de saúde primários e hospitalares aos Bombeiros, ainda que essa prestação de cuidados se faça fora ou decorra de situações não geradas pelo exercício da atividade de bombeiro.

Até aí estamos de acordo. A discordância está entre o Partido Socialista e o PSD quando, da nossa parte, nós propomos que a isenção de taxas moderadoras seja alargada aos órgãos executivos, portanto, às direções das Associações de Bombeiros Voluntários. E é esta a proposta que nós fazemos.

Fazemos a proposta no entendimento de que estes concidadãos que se dispõem a um trabalho muito aturado, de grande dificuldade, considerando a exiguidade dos recursos financeiros das nossas Associações de Bombeiros Voluntários, que vivem, dia a dia, em permanentes dificuldades, dificuldades que resultam nomeadamente de dívidas contraídas para garantir a prestação de serviços às

comunidades. E a propósito, não posso deixar de citar o Sr. Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários da Povoação, que, há poucos dias, confrontado pela comunicação social sobre a dívida daquela associação e a perspetiva da construção do novo quartel, por iniciativa do Governo Regional, dizia, quase *ipsis verbis*, o que aqui vou citar: que se tivesse de escolher entre o pagamento da dívida, que é de 300 mil euros, e a construção do novo quartel, não hesitava, preferia sempre o pagamento da dívida, porque essas dificuldades financeiras condicionam muito a atividade dos Bombeiros.

E, portanto, esse trabalho é no reconhecimento desse trabalho aturado que desenvolvem os corpos sociais e, no caso concreto da nossa proposta, os órgãos executivos das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários que nós fazemos essa proposta, isto é, de alargar aos dirigentes executivos esta isenção de taxa moderadora, que não deixa de ser uma coisa muito simbólica. As taxas moderadoras têm um valor que vai até aos 7, 8, 10 euros, se tanto (se tanto!).

E, portanto, não vemos razão para o Partido Socialista não aceitar esta proposta, que é simbólica, é, sim senhor. Mas é também uma forma de nós dizermos, de este Parlamento, enquanto legítimo representante do povo dos Açores, dizer que reconhece também o voluntariado que é exercido pelos corpos dirigentes das nossas associações, que, como muito bem lembrou a Sra. Deputada Zuraida Soares, é também uma atividade de risco. Não é uma atividade de risco enquanto operacionais, porque eles não combatem os incêndios, não socorrem os acidentados, mas respondem, com os seus próprios bens pessoais, por aquilo que são as suas decisões em sede de direção.

E, portanto, era esse simbolismo que, não deixando de ser exatamente isso, um simbolismo, nós entendemos que este Parlamento devia dar um sinal.

Mas deixo também aqui uma questão lançada ao Partido Socialista, que, se entende o Partido Socialista que esta legislação que nós estamos a transpor para a região se deve fazer menos nos Açores do que se faz para o resto do país, ou

seja, se faria sentido nós retirarmos direitos através da adaptação de um diploma, retirarmos algum direito àquilo que já está consagrado na lei nacional. Deixava também essa pergunta, ainda que lateralmente à nossa proposta de aditamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu entendo o que aqui foi alegado de simbolismo, de proposta simbólica, estender esta regalia aos membros executivos das Associações de Bombeiros, mas era uma proposta simbólica que criaria, e hoje já tivemos a oportunidade de falar sobre isto, uma situação de desigualdade com todas as outras associações, os corpos sociais de outras associações que exercem uma atividade voluntária, nos Açores, nos mais variados ramos.

E, portanto, se me permitem, não fará sentido discutir esta questão das taxas moderadoras neste âmbito, mas sim num âmbito mais alargado e aí, naturalmente, a questão será equacionada.

Referiu o Sr. Deputado Joaquim Machado que o Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros da Povoação que entre um quartel novo e o pagamento das dívidas preferia que lhe pagassem as dívidas. Sr. Deputado, eu acredito que sim, que fosse esse o sentimento do Sr. Presidente da Direção. Claro! Não estou a pôr isso em causa sequer. Agora, também devo dizer, o Governo não tem tutela sobre as associações. As associações têm os seus corpos dirigentes, têm as suas organizações, organizam-se dentro da sociedade onde estão inseridas e, naturalmente, se tiverem o rigor na gestão dos fundos próprios que têm, não criarão situações de dívidas e não vamos aqui entrar em particularidades de nenhuma associação que sabemos que, às vezes, gerir dinheiros públicos, que

no fundo são, é um bocado difícil, nem toda a gente está habilitada e cometem-se exageros e depois...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Apoiado!

O Orador: ... não vamos pedir à Administração Regional ou Central para fazer esse pagamento.

Portanto, é por uma questão de princípio e não por uma questão de ilegalidade até sobre a tutela que tem o Serviço Regional de Proteção Civil sobre as Associações de Bombeiros a razão pela qual o Grupo Parlamentar não concorda com esta alteração.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a estes dois artigos A, 4.ºA do PSD, 5.ºA do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a proposta do PSD e justifica porquê. O Sr. Deputado Manuel Pereira, fiquei satisfeita, se bem entendi, mostrou uma certa abertura para que, hipoteticamente ou eventualmente, se possa discutir neste Plenário as taxas moderadoras de uma maneira geral. Era muito bom que o fizéssemos, porque, de facto, aquilo que já foi considerado o “raiozinho de sol” socialista, que está a faltar nesta região, poderia começar a ser trazido para cá quando nós acabássemos de vez, nesta região,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com as taxas moderadoras na saúde e fizéssemos novamente da Região Autónoma dos Açores um exemplo onde o solzinho de raio socialista pode brilhar.

Enquanto isso não acontecer, a posição do Bloco de Esquerda é muito clara: não é por que uns pagam que os outros também têm que pagar. Não! É ao

contrário! Têm que começar alguns a não pagar que é para chegarmos ao ponto de ninguém pagar estas taxas moderadoras.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A saúde é um direito constitucional, para a qual os cidadãos e as cidadãs desta região descontam com os seus impostos e descontam com tudo aquilo que têm à mão mais do que aquilo que têm e, portanto, não têm que pagar taxas moderadoras, sejam bombeiros, bombeiras ou empregados da construção civil.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD propõe a isenção de taxas moderadoras aos membros das direções das Associações de Bombeiros Voluntários pelo simbolismo que já aqui invoquei, mas por mais esta razão: esta isenção existe no resto do país. O diploma que nós estamos aqui a adaptar aos Açores, no seu artigo 45.º, Sr. Secretário (e o PSD é que não estava bem preparado!), da Lei n.º 249 de 2012, diz o seguinte: “O disposto nas alíneas b) e f) do n.º1 do artigo 5.º e dos artigos 19.º, 20.º, 22.º e 23.º do presente decreto-lei, aplica-se aos elementos que integram os órgãos executivos das Associações Humanitárias de Bombeiros e da Liga de Bombeiros Portugueses nas condições previstas para os Bombeiros Voluntários dos quadros ativos e de comando”.

Deputado André Bradford (PS): E acha isso bem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor acha mal?

O Orador: E os artigos 20.º, 22.º e 23.º remetem-se à assistência médica e medicamentosa, à isenção de taxas moderadoras e ao seguro de acidentes pessoais. Ou seja, a legislação nacional prevê,...

Deputado André Bradford (PS): E? Qual é o mal?

O Orador: ... estabelece que os corpos executivos das Associações Humanitárias têm direito, Sr. Secretário, a assistência médica e medicamentosa, a seguro de acidentes pessoais e a isenção de taxas moderadoras.

O que os senhores estão aqui a propor é que, na região, estes corpos diretivos não tenham acesso a essas regalias, a esse reconhecimento que a lei nacional prevê.

E, portanto, o que nós estamos a fazer ao propor ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É contra o Estado Social!

O Orador: ... a isenção de taxas moderadoras para os membros das direções das Associações Humanitárias é apenas fazer com que aqui, nos Açores, estes voluntários, que trabalham em prol do funcionamento das Associações Humanitárias de Bombeiros, tenham o mesmo que têm os seus colegas do resto do país.

Portanto, nós nem sequer estamos a pedir mais, estamos a propor que tenham exatamente a mesma coisa. É isto que está no artigo 45.º, Sr. Secretário. Se o senhor não leu o diploma, se os seus serviços não o informaram devidamente, eu lamento imenso, mas, se for necessário, volto a ler o artigo 45.º da Lei n.º 249 de 2012. É isto que diz.

E, portanto, da parte do PSD, nós não admitimos, não podemos estar de acordo que uma adaptação legislativa de transposição de legislação nacional para o plano regional sirva para retirar direitos...

Deputado André Bradford (PS): Direitos? Oh, senhor!

O Orador: ... que estão consagrados na lei.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o voto favorável à proposta do PSD, porque consideramos, tal como outros nesta Câmara, que as taxas moderadoras são taxas que dificultam o acesso ao Serviço Regional de Saúde e, como tal, não deviam existir. Não deviam existir por isso, mas não deviam existir também porque nós pagamos o funcionamento do Serviço Regional de Saúde através dos nossos impostos e, portanto, estamos a ser duplamente penalizados e duplamente cobrados pelo acesso a um serviço que devia ser universal e gratuito.

E, portanto, será, com certeza, para os Bombeiros, para as direções das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... como para todas as outras as associações desportivas, culturais, etc., que não deviam pagar taxas moderadoras, isto para dizer que, nos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para os mordomos das touradas!!

O Orador: ... não se deviam, nem no país, se deviam pagar taxas moderadoras.

Deputado André Bradford (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Aliás, como muito bem disse e lembrou a Deputada Zuraida Soares, o não se pagar taxas moderadoras nos Açores era, segundo o antigo Presidente do Governo Regional, Carlos César, aquilo que fazia a grande diferença, a marca do Partido Socialista...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor percebeu mal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era isso e os impostos mais baixos!

O Orador: Ah, percebi mal? Pronto! É que eu às vezes tenho algumas dificuldades de compreensão, mas isto, Sr. Deputado, acontece.

A verdade é que foi garantido durante muito tempo pelo Partido Socialista, nos Açores, que não haveria lugar ao pagamento de taxas moderadoras, entretanto elas foram introduzidas e essa premissa do Partido Socialista caiu, mas realmente tinha associado uma outra coisa que era o pagamento da radioterapia,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade!

O Orador: ... que, entretanto, enfim, sobre isso também poderíamos conversar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Precisava saber para onde é que foi parar o dinheirinho das taxas moderadoras!

O Orador: A verdade é que as taxas moderadoras não servem rigorosamente para nada a não ser impedir a acessibilidade dos cidadãos ao Serviço Regional de Saúde.

E, portanto, nós daremos o apoio a esta proposta do PSD, que alarga e, portanto, faz parte da luta contra as taxas moderadoras.

Vai cair a vossa proposta, o PS já o garantiu, e a seguir votaremos a do Partido Socialista. Não é até onde queríamos ir, mas é alguma coisa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é onde queremos ir, é onde estamos a nível nacional!

Deputado André Bradford (PS): Por que é que temos de fazer a mesma coisa!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(Burburinho geral)

(*) Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, agradeço que termine o diálogo entre bancadas.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, a lei, o Sr. Deputado leu, eu li a lei...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, o senhor não leu!

Deputada Graça Silva (PS): Leu há três anos e leu agora!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Imponha-se!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu nunca pus em causa nenhuma das suas afirmações, agradeço que também não o faça em relação a mim.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem, Sr. Deputado, muito bem!

Deputada Graça Silva (PS): Está a chamar-lhe mentiroso!

Deputado André Rodrigues (PS): Imponha-se!

O Orador: E o que está aqui em questão é, eu não ponho em causa que exista a nível nacional, agora, que existe a nível nacional relativamente a todos os outros membros que integram associações do género (voluntárias) é um regime de privilégio...

Deputado Luís Garcia (PSD): Privilégio?

O Orador: ... e que nós, pelo facto de uma coisa estar mal a nível nacional, não implica que nós não o corrijamos aqui na região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a assistir a uma situação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Troikista”!

O Orador: ... que é difícil adjetivar.

Nós estamos a fazer a adaptação de um diploma nacional aos Açores e, ao fazê-lo, estamos a retirar direitos que estão consagrados na lei...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para o resto do país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas veja-se só mais isto, Sra. Presidente, é que até hoje, até hoje,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ou melhor, até ao dia, até ao dia...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Estamos a discutir taxas moderadoras para todos e não só para os Bombeiros!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Pode continuar. Toda a gente já fez apertes neste Plenário e eu estive calada. Portanto, vou fazer sempre que entender!

O Orador: A situação é difícil de adjetivar porque até ao dia em que for publicado este decreto legislativo que estamos a apreciar vigora nos Açores o Decreto-Lei n.º 249/2012, que consagra este direito às nossas associações.

Portanto, hoje, por via da legislação nacional que está em vigor, os corpos sociais das Associações Humanitárias de Bombeiros dos Açores têm o direito...

Deputada Graça Silva (PS): Não têm!

O Orador: ... da isenção de taxa moderadora quando se deslocarem a uma unidade de saúde dos Açores. E o que o Partido Socialista está a fazer é a impedir que esse regime de isenção continue.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os dirigentes!

O Orador: Esta é uma das situações que, a par de tantas outras, leva tantos concidadãos nossos a perguntarem, a questionarem para que serve a autonomia.

Porque se a autonomia é para ficarmos pior, concluem alguns que ela não vale a pena.

E, portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Há um direito consagrado na legislação que, hoje, abrange todas as Associações Humanitárias de Bombeiros do país,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): As direções das Associações Humanitárias!

O Orador: ... incluindo das nossas nove ilhas, mas que o Partido Socialista, por via de uma proposta que também está sobre a mesa, quer terminar.

Eu julgo que é uma má decisão (uma má decisão!), não só porque ela prejudica as direções de Associações Humanitárias de Bombeiros, sobretudo porque ela resulta de uma teimosia, de uma forma prepotente de exercer a maioria sempre e cada vez que se confronta com uma proposta da oposição e particularmente do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a chamada autonomia castradora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então continuar a votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

Está à votação a proposta de aditamento, artigo 4.ºA, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha o Estado social!

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 5.º.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora então à votação o artigo 5.º da proposta com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a votar a proposta de aditamento apresentada pelo PS ao artigo 5.ºA.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que nós agora vamos votar é uma proposta singular, não é exclusiva, mas tem alguma singularidade na nossa autonomia, porque é, de facto, uma proposta que retira aos açorianos direitos que estão consagrados na lei.

Deputada Graça Silva (PS): Aos açorianos?

O Orador: Aos açorianos. Aos açorianos de Santa Maria ao Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado, Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: ... porque em todas essas ilhas existem corporações de Bombeiros e, até hoje ou até à publicação deste decreto legislativo, essas Associações de Bombeiros têm direitos que a aprovação deste artigo lhes vai retirar.

Isto é um ato, pode não ser único, mas tem o seu quê de particular e quando o Partido Socialista insiste no seu discurso com a insensibilidade social ela está aqui bem à vista.

(Apartes inaudíveis dos Deputados André Bradford e Ricardo Cabral)

O Orador: Quando o Partido Socialista fala, ou afirma, quando o Partido Socialista afirma que isentar das taxas moderadoras aos membros da direção das Associações de Bombeiros Voluntários é um privilégio, é um exagero que está mal, nós ficamos espantados até porque o próprio Partido Socialista na República aprovou esta lei...

Deputado André Bradford (PS): E?

Deputado Francisco César (PS): E depois!

O Orador: ... que consagra este direito. É um direito que...

Deputado André Bradford (PS): Está a falar o deputado ou o vogal da direção dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é lamentável!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado está no uso da palavra.

O Orador: Sra. Presidente, eu estou no uso da palavra...

(Burburinho da Câmara)

O Orador: ... e regimentalmente o Sr. Deputado André Bradford fez a seguinte pergunta: se está aqui a falar o deputado ou se está a falar o membro da direção da Associação de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

Deputado André Bradford (PS): Exatamente!

O Orador: O aparte, sendo regimental, não deixa de ter a sua insinuação. E vamos à insinuação.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu sou membro da direção dos Bombeiros de Ponta Delgada há vários anos,...

Deputado André Bradford (PS): Há alguma mentira aqui? Já devia ter dito!

O Orador: ... o senhor se fosse mais competente (o senhor se fosse mais competente!) ou politicamente honesto sabe que eu fiz uma declaração de interesses, como todos nós fizemos no início de atividades e isso está lá. Portanto, o senhor já devia saber isso.

Deputado André Bradford (PS): Mas não disse aqui no debate!

O Orador: Mas eu não acredito que, ao seu lado, o Sr. Deputado Ricardo Cabral, quando defende determinadas coisas na área da saúde,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ou no desporto!

O Orador: ... ou no desporto,...

Deputado André Bradford (PS): Não chame os outros que não têm nada a ver!

O Orador: ... esteja a fazer a defesa de interesses pessoais em relação às atividades que exerce, ou se, ao seu lado direito, o Sr. Deputado Pedro Moura,...

Deputado André Bradford (PS): Eu nunca faria o que o senhor fez! Mas somos diferentes!

O Orador: ... ao defender determinados princípios também se está a puxar para o benefício de atividades que possa desenvolver, ou que seus familiares desenvolvam, e assim sucessivamente ao longo da bancada do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Mas tinha dito!

O Orador: E, portanto, só mesmo um caráter político à dimensão de V. Ex.^a é que consegue fazer a pergunta que fez.

Deputado André Bradford (PS): Se tivesse dito, estávamos conversados! Não disse!

O Orador: Fica com quem a fez. Agora, vamos todos conhecendo mais um bocadinho o caráter do Sr. Deputado André Bradford.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra. Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Protestar a?

Deputado Berto Messias (PS): Tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Joaquim Machado ao caráter do Sr. Deputado André Bradford, à competência e tendo em conta a reunião que nós tivemos, hoje, da Conferência de Líderes.

Presidente: Sra. Deputado Berto Messias, pede a palavra para um protesto à bancada.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente:

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ele que peça a defesa da honra!

O Orador: Nós tivemos alguns incidentes aqui, de manhã. Nós tivemos uma Conferência de Líderes onde o Sr. Deputado Duarte Freitas acusou o Grupo Parlamentar do PS e os deputados do PS de estarem sistematicamente a desrespeitar a Sra. Presidente, porque não cumpriam as regras e atacavam sistematicamente os deputados do PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): E é verdade!

O Orador: Tenho a informação que o Sr. Deputado Duarte Freitas teve a prestar declarações à comunicação social a pôr em causa a competência da Sra. Presidente para dirigir os trabalhos e, quando não é o nosso espanto, o Sr. Deputado Joaquim Machado...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Com amigos destes, Sra. Presidente!

O Orador: ... acaba de proferir as afirmações que fez relativamente ao carácter e à...

Deputado Luís Garcia (PSD): E o aparte que o Sr. Deputado fez?

O Orador: ... competência do Sr. Deputado André Bradford.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: Sra. Presidente, eu não posso compactuar com este tipo de atitudes. Isto é profundamente desagradável e eu lamento esta atitude e a postura e as afirmações do Sr. Deputado Joaquim Machado, que não dignificam em nada este Parlamento e o trabalho que aqui fazemos em nome dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem direito à palavra para um contra protesto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo, neste contra protesto, por registar que, tendo-me dirigido sempre ao Sr. Deputado André Bradford, e tendo questionado o carácter político dele, tenha sido o Sr. Deputado Berto Messias...

(Burburinho geral)

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... a vir em sua defesa.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado tem direito ao contra protesto. Permitam que ele possa falar.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado.

O que eu disse do caráter político do Sr. Deputado André Bradford mantenho.

Deputado José Ávila (PS): O senhor tem caráter para isso!

O Orador: Do caráter político. Porque a insinuação que foi feita no aparte do Sr. Deputado André Bradford foi pessoal, não foi política.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

O Orador: Pessoalmente, não lhe fiz nenhuma acusação; politicamente, continuo a dizer que tem um baixo caráter político pela insinuação que aqui fez.

Deputado André Bradford (PS): Afinal vou ter de fazer um protesto! A primeira vez ainda passa, à segunda vai ter de ser!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, eu não lhe vou dar a palavra, apesar de entender que houve aqui algumas afirmações menos próprias. Mas nós não podemos continuar a eternizar este tipo de debate e, portanto,...

Deputado André Bradford (PS): Tive o azar de ter calhado a mim, porque até agora toda a gente tem usado da palavra para protestar.

Presidente: Sr. Deputado, eu compreendo que, efetivamente, houve afirmações menos próprias, mas também compete-me a mim...

Deputado André Bradford (PS): Gerir!

Presidente: ... gerir e perceber que tem que haver uma altura em que todos temos que parar.

Eu não vou permitir que se eternize o debate sobre esta matéria, que está completamente fora daquilo que está em discussão.

Sr. Deputado Manuel Pereira, estava inscrito. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Centrando novamente o debate, o que se passa aqui, eu penso que, e não entro nestas divagações que aqui existiram, mas, e reafirmo, é uma questão de igualdade entre todos os outros órgãos de outras instituições que, de forma voluntária, exercem as suas funções.

E, portanto, por uma coisa estar mal na República, não quer dizer que a gente a replique aqui na região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a compreensão da Sra. Presidente, porque aquilo que vou aqui referir não tem exatamente a ver com o diploma que estamos a tratar...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Então! Agora já fica pior!

Deputado José Ávila (PS): Agora é que sim!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Eu já explico, Sra. Presidente, se me permitir.

Presidente: Mas então pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Orador: Exatamente. Sim, senhora, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: Porque o Sr. Deputado Berto Messias colocou aqui algumas afirmações que eu supostamente teria proferido e eu quero aqui clarificar aquilo que disse na Conferência de Líderes, perante todos...

Deputado José Ávila (PS): Peço desculpa, mas isso não pode ser assim!

Presidente: Senhor...

O Orador: ... e também perante a comunicação social.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, eu lamento, mas o senhor para fazer uma interpelação à Mesa, regimentalmente, tem que se dirigir à Mesa e, neste momento, tal como o fiz em relação ao Sr. Deputado André Bradford, eu não vou permitir que se eternize...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas permitiu ao Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: ... o debate em matérias paralelas àquilo que nós estamos a discutir. Lamento, mas não lhe posso dar a palavra.

O Orador: Eu registo, Sra. Presidente, e respeito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu disse exatamente o mesmo que disse na Conferência de Líderes! Vais ouvir! Disse que a Sra. Presidente é que tinha condições para avaliar a vossa falta de respeito.

Os açorianos é que vão avaliar! Eu respeito o que a Sra. Presidente decide! O meu respeito foi bem diferente do do Sr. Deputado Francisco Coelho, ontem!

Deputado Francisco Coelho (PS): O que é que tem o Deputado Francisco Coelho?

Presidente: Pergunto se há mais inscrições sobre a matéria.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar então à votação.

Está à votação...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a votar.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a votar.

Está à votação a proposta de aditamento do artigo 5.ºA apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

Nós estamos a votar. Eu peço silêncio.

Nós estamos a votar a proposta de aditamento do artigo 5.ºA, apresentada pelo PS.

Portanto, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 27 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 19 votos contra do PSD.

Presidente: Os artigos 6.º, 7.º e 8.º não têm propostas de alteração, por isso irei colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo PSD, artigo 8.ºA.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A divergência entre o PSD e o PS relativamente à justificação de faltas tem a ver com uma coisa muito importante, aliás, com duas. Com a possibilidade de os membros das direções dos Bombeiros também terem as suas faltas justificadas quando convocados pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, e isso pode acontecer, mas também com outra coisa fundamental que é a justificação de faltas. Para além, disso implica muitas vezes prejuízo para os próprios Bombeiros, porque faltando ao seu emprego, ao seu trabalho é preciso, de duas uma, ou ressarcir a entidade patronal ou então o próprio bombeiro retirar ao seu tempo de férias uns dias para poder frequentar ações de formação, algumas delas até obrigatórias, de acordo com a legislação.

E, portanto, as pessoas que já dão do seu tempo de forma voluntária para prestar ajuda às populações têm ainda de retirar tempo às suas férias para poderem exercer esse voluntariado. E, tratando-se de ressarcir as entidades patronais, nós não achamos razoável que esse encargo vá acrescer às responsabilidades das Associações Humanitárias, porque as dificuldades financeiras são tantas que se tiverem de suportar ainda os encargos dos dias de trabalho em falta às entidades patronais dos respetivos bombeiros, isto significa um agravamento da situação das Associações de Bombeiros Voluntários.

E, portanto, esta adaptação da legislação nacional à região não pode fazer de conta que dá com uma mão para, no fundo, retirar com as duas, porque já retirou com uma a isenção de taxas moderadoras às direções e agora vamos obrigar as Associações de Bombeiros a pagarem às entidades patronais estas faltas para formação, para formação que é feita e convocada pela Proteção Civil ou reconhecida pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros. Não se trata de uma formação realizada aqui por umas entidades abstratas, que se vá

passar férias aqui ou acolá, trata-se de formação feita ou reconhecida pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros.

Julgo que o mínimo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por acaso não é entidade idónea, mas pronto!

O Orador: ... que se pode admitir é de que essas faltas sejam pagas exatamente por quem faz a convocatória ou reconhece ou obriga os Bombeiros a fazerem essa formação.

E, portanto, é só disso que se trata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu penso que estamos a falar de coisas diferentes, porque, e permitam-me que faça... Portanto, há a questão da numeração, mas o que nos diferencia não é o que o Sr. Deputado Joaquim Machado acabou de dizer. Não, desculpe, mas não. Não quero fazer a afirmação, porque o senhor não leu a proposta que nós apresentamos. Mas o que nós divergimos é no alargamento das faltas, da justificação de faltas aos membros dos órgãos executivos das Associações de Bombeiros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não!

O Orador: Sim. É isso que está aqui em questão. E mais. E porquê? Para já, e já aqui foi dito, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros não tem tutela sobre as Associações de Bombeiros, tem tutela sobre a parte operacional dos corpos de Bombeiros. Todas as ações de formação promovidas pelos serviços ou reconhecidas pelos serviços estão plenamente contempladas na nossa proposta. E, portanto, o que não está, porque não há ações de formação para membros executivos das Associações de Bombeiros, não há necessidade

de haver. A única vez em que são feitas, que é a Comissão Regional de Bombeiros, que é uma vez por ano, essas despesas não são imputadas às associações mas sim ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, que é a entidade que os convoca. Portanto, que é uma vez no ano e é normalmente ao fim de semana.

Portanto, é essa a nossa divergência. Não tem a ver com os voluntários. Oh, Sr. Deputado, não tem a ver com voluntários, não tem a ver com coisíssima nenhuma, tem apenas a ver com a diferença entre os órgãos executivos e os Bombeiros. É só.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem, Manuel!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Pereira só se referiu a metade do problema e esqueceu outra parte, que é a mais relevante e, portanto, a mais importante. Quem é que paga às entidades patronais dos Bombeiros as faltas que estes derem por frequência em ações de formação realizadas ou convocadas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, algumas das quais são de frequência obrigatória para os Bombeiros poderem exercer determinadas atividades, nomeadamente ser tripulante de ambulância? Quem é que paga essas faltas às entidades patronais? Essa é que é a questão. E para essa matéria é que o senhor não teve uma palavra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar a proposta de aditamento apresentada pelo PSD.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está explicado!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 9.º.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na votação ou na apreciação da proposta do PSD fiz uma pergunta e a pergunta é a mesma para este artigo proposto agora para o Partido Socialista. Ficamos sem resposta e ficamos sem resposta porque a motivação do Partido Socialista era exatamente aquela que eu tinha referido: o Partido Socialista discorda que seja o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros a pagar às entidades patronais dos Bombeiros as faltas que estes derem para frequência de ações de formação, algumas delas obrigatórias, convocadas ou reconhecidas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. E, portanto, o Partido Socialista está a retirar, com as duas mãos, direitos aos Bombeiros e está a obrigar as Associações de Bombeiros, que vivem já em grandes dificuldades financeiras, o pagamento de mais este encargo ou então a exigir que os Bombeiros Voluntários tirem do seu tempo de lazer, do seu direito constitucional a férias para poderem ser voluntários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que estamos a discutir, a apreciar a proposta de aditamento que o PS fez ao artigo 9.º.

Presidente: Apesar de que ainda estamos na proposta de alteração ao artigo 9.º.

O Orador: Exato, exato! Ao artigo 9.º.

Portanto, e sobre esta matéria, penso que a pergunta do Sr. Deputado Joaquim Machado seria na seguinte.

Mas o que aqui queremos dizer é que, na questão da mobilidade, os corpos de Bombeiros emitam parecer sobre os pedidos e não apenas se fique com os pareceres dos comandantes dos Bombeiros e do Serviço Regional de Proteção Civil.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 9.º da proposta do projeto de DLR com esta alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, artigo 9.ºA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 17 votos contra do PSD; e 1 do PPM.

Presidente: Os restantes artigos deste diploma não sofreram qualquer proposta de alteração. Pergunto se os posso colocar à votação em conjunto.

Não havendo oposição, então estão à votação todos os restantes artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Votação final global: o projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se com a aprovação deste decreto legislativo regional e o que nós acabamos agora, aqui, de fazer naturalmente que é um contributo importante para a atividade das Associações de Bombeiros dos Açores.

Mas politicamente também este ato deixa duas notas relevantes. A primeira, que confere razão ao PSD quando há exatamente um ano, em fevereiro de 2014, apresentou publicamente um decreto legislativo que fazia a adaptação aos Açores de legislação nacional que vinha desde 2007. Portanto, havia aqui um vazio, que, apesar de toda a adjectivação que, na altura, foi proferida pelo Sr.

Secretário Regional da Saúde, havia, de facto, aqui uma lacuna que acabou por ser suprida por essa iniciativa legislativa do PSD.

Dentro desta nota, não posso deixar também de registar que, apesar disso, o Partido Socialista, passado algum tempo, reconheceu a utilidade da proposta e juntou-se ao PSD para, de uma forma séria, com um contributo que foi dado quando entendeu, ainda que haja aquele registo que fiz, ainda agora, de janeiro, mas deu um contributo importante para, de facto, consensualizarmos muitas matérias e em algumas (também é preciso que se diga) até foi mais além porque interveio em matérias que não eram objeto da proposta inicial do PSD e isto é saudável.

A segunda nota relevante é que enquanto a primeira deu razão a quem tomou a iniciativa e a quem a ela se juntou, esta segunda nota significa que por uma (eu vou adjectivar assim) teimosia em dois artigos, o Partido Socialista acabou por tirar razão à autonomia, porque a autonomia existe para fazermos aqui, agora e sempre diferente e melhor e o Partido Socialista esqueceu-se destes requisitos ao impedir que os Bombeiros dos Açores, que as Associações Humanitárias de Bombeiros dos Açores tenham, num caso pelo menos, os mesmos direitos que podiam usufruir se estivessem abrangidas, como ainda estão hoje, pela legislação nacional, e, no outro, que as Associações de Bombeiros dos Açores, que vivem já em tão grandes dificuldades financeiras, vejam a sua situação agravada pela impossibilidade do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros pagar às entidades patronais dos Bombeiros as faltas que estes derem para frequência de ações de formação.

Todavia, e apesar disso, apesar dessa singularidade de atitude do Partido Socialista, julgo que valeu a pena e que os nossos Bombeiros têm ao seu dispor mais alguns instrumentos, sobretudo instrumentos que significam o apreço que os legítimos representantes do povo dos Açores têm em relação à atividade muito meritória que eles desenvolvem em prol das nossas comunidades.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José Andrade (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa primeira apreciação, devo dizer que a primeira nota que o Sr. Deputado Joaquim Machado, em nome do PSD, deu sobre esta proposta que agora acabamos de aprovar é verdadeira. Houve um esforço conjunto de aproximação, houve um melhoramento substancial da proposta inicial e, portanto, o rigor que demonstrou em dizer isto aqui, nesta Casa, nesta altura, é de elogiar.

Sobre a segunda nota, permita-me discordar e se, por um lado, já foi tudo explicado nas diversas intervenções que temos, mas que não existe da parte do Partido Socialista o entendimento que a tutela tem poderes sobre as associações (as associações são livres) e que, de facto, o que se sabe é que as associações vivem, muitas delas, com dificuldades, é certo, muitas delas, algumas delas, fruto de constrangimentos próprios, mas também, Sr. Deputado Joaquim Machado, e que esta Câmara fique a saber que outras há que, de facto, vivem em situações de desafogo e nós também temos conhecimento disso, felizmente.

E, portanto, uma palavra: pensamos que demos um contributo importante para a melhoria das regalias sociais dos Bombeiros nos Açores e é isso que importa, dotar os nossos corpos de Bombeiros das melhores condições que podemos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17h30m.

Eram 16 horas e 56 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Entramos agora no ponto 11 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 102/X – “Recomenda à Assembleia da República que altere a redação da alínea b) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa, no sentido da mesma passar a ter a seguinte formulação: a forma democrática de Governo”. Este projeto de resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM e, para a sua apresentação, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até ao dia 5 de outubro de 1910, o Partido Republicano Português participou na vida política da monarquia constitucional perfeitamente integrado e com inteira liberdade. Prova disso é que, entre 1893 e 1896, o Partido Republicano Português chegou mesmo a constituir uma coligação eleitoral (a Coligação Liberal) com o Partido Progressista, o grande partido da esquerda monárquica.

As últimas eleições do sistema constitucional monárquico realizaram-se no dia 28 de agosto de 1910. Nesse ato eleitoral, o Partido Republicano Português foi derrotado pelos partidos monárquicos constitucionais. Elegeu apenas 14 deputados no âmbito de um parlamento que então totalizava 146 parlamentares.

É verdade que essas eleições confirmaram o crescimento eleitoral do PRP (que em 1880 apenas possuía um deputado no Parlamento), mas é forçoso reconhecer que o PRP continuava a ser uma força política muito minoritária no âmbito do sistema político da monarquia constitucional. Representava, em agosto de 1910, apenas 7% do eleitorado.

Tenha-se em conta que a monarquia constitucional portuguesa era, sob muitos aspetos, um dos regimes políticos mais democráticos e socialmente avançados da Europa de então. “A separação de poderes estava constitucionalmente consagrada desde 1822, o direito de voto abrangia cerca de 70% da população masculina, a alternância partidária no poder sucedeu com grande frequência e, a partir de meados do século XIX, a vida política e social decorreu com grande estabilidade, com o exército subordinado às autoridades civis”.

Do ponto de vista social, o progressismo e a modernidade da monarquia constitucional portuguesa ficou também, ao longo desse período, bem patente. Portugal foi, por exemplo, um dos primeiros países do mundo a consagrar constitucionalmente a abolição da pena de morte e dos primeiros a estabelecer o ensino primário obrigatório (logo em 1835, embora sem os resultados e a continuidade desejada).

O regime republicano que sucedeu à monarquia constitucional não foi uma democracia. Existia uma espécie de direito de tendência no campo republicano, mas os partidos monárquicos estiveram, durante muito tempo, proibidos. A base jurídica do Estado, nomeadamente no âmbito da independência do poder judicial e do respeito pelas liberdades e garantias individuais, foi duramente afetada através das ingerências de um poder político que ostentava a legitimidade revolucionária.

A base censitária do regime político diminuiu cerca de 75%, uma vez que os republicanos diminuíram drasticamente o número de cidadãos com direito de voto. A I República representou, em relação ao sistema monárquico constitucional, uma regressão brutal no âmbito das liberdades e garantias dos cidadãos.

A ditadura militar e o Estado Novo, que sucederam à I República, mantiveram a forma republicana do Estado. Aliás, o artigo 7.º da Constituição Política da República Portuguesa definia o Estado português como “uma República

unitária e corporativa”. O artigo 74.º da mesma Constituição estabelecia mesmo que “são inelegíveis para o cargo de Presidente da República os parentes até ao 6.º grau dos reis de Portugal”. A ditadura salazarista foi mais um produto repressivo da História do republicanismo em Portugal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: O 25 de Abril de 1974 pôs termo à II República. No entanto, o novo regime continuou a negar aos portugueses uma escolha livre entre república ou monarquia. A Constituição da República Portuguesa de 1976 foi elaborada num contexto de tutela militar e de uma pressuposta legitimidade revolucionária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: O texto constitucional, que resultou da soma destes condicionalismos, foi o possível no âmbito de um processo político muito condicionado pela esquerda militar, de tal forma que ficou consagrado constitucionalmente o tal destino manifesto “para uma sociedade socialista”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

O Orador: Como não podia deixar de ser nestas circunstâncias e condicionalismos ideológicos, a III República retirou ao povo português a possibilidade de optar, de forma livre, entre a monarquia ou a república. Os republicanos postularam a superioridade democrática da república em relação à monarquia e impuseram, de forma dogmática e coerciva, um regime que não pode ser livremente referendado pelos cidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Importa, neste contexto, assinalar que um regime republicano não corresponde, necessariamente, a uma democracia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Países como a Coreia do Norte ou a China são, do ponto de vista constitucional, repúblicas, no entanto poucos classificarão estes países como democracias.

Deputado André Bradford (PS): A Arábia Saudita!

O Orador: Por outro lado, é inegável que monarquias europeias como a Holanda, a Dinamarca, a Bélgica, a Suécia, o Reino Unido, a Noruega, o Luxemburgo ou a Espanha se encontram entre as democracias mais prósperas e estáveis do mundo. O mesmo se pode afirmar em relação a outras monarquias não europeias,...

Deputado André Bradford (PS): É as europeias. E as outras?

O Orador: ... como o Japão, a Nova Zelândia, a Austrália ou o Canadá.

Isto mesmo se prova através da análise de alguns indicadores internacionais que examinam a qualidade dos diversos sistemas políticos nacionais. Por exemplo, o índice que mede a qualidade de governo elaborada pela Universidade de Gotemburgo constata que as monarquias, embora estejam em vigor em apenas 22% dos países do mundo, ocupam cerca de 50% das melhores classificações no que diz respeito à qualidade democrática das instituições governamentais.

Deputado André Bradford (PS): Diga isso à Infanta Cristina!

O Orador: O comportamento das monarquias é também excepcional no âmbito da lista de países referenciados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluído no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nele se constata que as monarquias ocupam dez dos primeiros dezoito lugares.

Por aqui se pode concluir que a qualidade das democracias e dos sistemas de governo em nada é afetada pela existência de um sistema político monárquico. Os resultados apontam, precisamente, para a conclusão inversa. Em muitos países, a monarquia significa democracia, estabilidade e prosperidade. A estabilidade política que propiciam, a convergência do esforço nacional que

motivam e a adaptação social que permitem - a partir da solidez e da união do projeto nacional - demonstram que monarquia e modernidade são dois conceitos convergentes.

Em Portugal, a república encontra-se blindada na Constituição. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, este país não pode ser outra coisa que não uma república.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

O Orador: A alínea b) do artigo 288.º da Constituição estabelece, como limite material de revisão constitucional, a “forma republicana de governo”. A República Portuguesa impede, através da vigência da norma constitucional referida, a realização de um referendo a respeito da forma de governo.

Numa verdadeira democracia não deveria ser reconhecido à população o direito de decidir, de forma livre, a natureza política do seu regime democrático? Não constitui esse condicionalismo constitucional uma intolerável limitação à liberdade de escolha dos portugueses? Não constitui esse facto a derradeira herança política da I República e do Estado Novo: a legitimidade revolucionária e a natureza irrevogável da forma republicana do Estado?

Um regime que não vai a votos, não é verdadeiramente democrático. O atual regime é uma democracia para os republicanos e uma ditadura de regime para o conjunto da nação portuguesa. A nação portuguesa e a república portuguesa não são dois conceitos equivalentes. Os monárquicos portugueses integram a nação, mas não a república.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A monarquia representa a independência e a equidistância do chefe de estado. É necessário voltar a ter um chefe de estado moderador, neutral e representativo do conjunto social e político da nação. Um chefe de estado que represente a continuidade histórica do projeto nacional e a plena soberania da nação portuguesa.

O sistema político republicano, monopolizado por fações partidárias incapazes de realizar qualquer compromisso nacional e de convergir em nome do supremo interesse nacional, destruiu a independência nacional e promete destruir qualquer ideia de futuro para o povo português. A descrição constitucional do Presidente da República como símbolo da unidade da nação e da neutralidade no exercício do poder é uma ficção. Na prática, os presidentes da república são chefes de fação e representam pouco mais que os cerca de 50% dos eleitores que votaram neles. Representam tendências ideológicas e partidárias que transportam para a chefia do estado.

Neste âmbito é interessante notar que os quatro Presidentes constitucionais foram, em algum momento da sua atividade política, líderes de partidos políticos. Representam um árbitro escolhido, que integra uma das equipas que participa no jogo institucional. O papel que desempenham é, assim, exatamente o contrário do que lhes está consignado constitucionalmente. Representam um fator de instabilidade política no âmbito da coabitação institucional e revelam um paternalismo político beneplácito se partilham a mesma origem partidária do governo.

Nestas condições políticas e de regime, importa que a nação portuguesa, única detentora da soberania nacional, possa escolher, em liberdade, a forma política do Estado. Que possa optar livremente entre república ou monarquia.

Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se pode pedir a um dos mais antigos partidos portugueses, fundado a 23 de maio de 1974, que abdique do princípio fundamental do seu programa político: a defesa da instauração em Portugal de uma monarquia constitucional. A existência legal do Partido Popular Monárquico é permitida no seio da República Portuguesa, tal como também a Monarquia Constitucional permitiu a existência – e a representação parlamentar – do Partido Republicano Português.

O que é inaceitável - e até maniqueísta - é que se permita a existência legal do Partido Popular Monárquico e depois não se permita que esse mesmo partido possa apresentar e defender as suas propostas no âmbito do sistema parlamentar português.

Em geral, a argumentação produzida no sentido de impedir a discussão e a votação democrática das iniciativas parlamentares que visam garantir o livre sufrágio do povo português em relação à questão da natureza republicana ou monárquica do Estado, está acantonada na tese da inalterabilidade dos limites materiais da revisão constitucional.

A verdade é que as novas gerações de portugueses têm direito a decidir e a exercer a sua plena soberania, inclusivamente no âmbito da questão da definição da natureza do sistema político democrático. A vontade de uma geração desaparecida há décadas, coagida e limitada nas suas opções, não pode sobrepor-se ao direito de sufrágio livre dos cidadãos de hoje. A verdade é que a breve e penosa História da III República demonstrou que os limites materiais da revisão constitucional estão longe de constituir uma espécie de impenetrável “Muralha de Adriano”.

Aqui chegados, importa relembrar as declarações, datadas de 2006, de Manuel Alegre, histórico dirigente do Partido Socialista, em relação a este assunto. Nessa data, o jornal “Público” referia que “Manuel Alegre admite a possibilidade de vir a defender um referendo à monarquia em Portugal. Ressalvando que votaria sempre pela manutenção da república - e não tomaria a iniciativa de alterar a Constituição -, o ex-candidato presidencial justificou esta posição com o argumento de que não há tabus em democracia. Alegre salientaria, depois, que existem repúblicas que não são democráticas e monarquias que são democracias exemplares”.

Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa deixar aqui registado que os privilégios em razão da ascendência foram abolidos pelo constitucionalismo monárquico português. As constituições republicanas nada trouxeram de novo nesta matéria. O mesmo sucede nas constituições monárquicas atuais, facto que a leitura das constituições de países como a Suécia, a Dinamarca ou a Espanha deixaria bem evidente.

No que se refere aos cargos políticos vitalícios é curioso verificar que o exercício do cargo de membro do Conselho de Estado por parte dos antigos presidentes da república não está definido como vitalício, mas a verdade é que também não está previsto em que momento e circunstâncias terminam estes ilustres conselheiros o seu mandato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E outras coisas!

O Orador: A duração do “mandato” de um monarca constitucional depende da vontade do Parlamento e do seu respetivo povo, uma vez que o instrumento referendário está presente nas monarquias modernas, tal como aconteceu recentemente na Austrália (em que triunfou a monarquia). No caso norueguês, por exemplo, o Parlamento deve confirmar, periodicamente, o seu apoio à monarquia.

No entanto, verifica-se que em algumas repúblicas, como a Coreia do Norte, a transmissão do poder é realizada numa lógica claramente hereditária.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793 consagrou, no artigo 28.º, um princípio basilar para a liberdade dos povos: "Um povo tem sempre o direito de rever e reformar a sua Constituição. Nenhuma geração pode sujeitar as gerações futuras às suas leis". É precisamente este princípio que se pretende alcançar com este Projeto de Resolução.

A atual formulação constitucional da alínea b) do artigo 288.º da Constituição permite, em tese, que o atual sistema político republicano possa evoluir para uma “democracia popular” de tipo cubano – um regime formalmente republicano – a fim de construir “uma sociedade socialista”, como estabelece o

preâmbulo constitucional. Constata-se, no entanto, que a maioria esmagadora da população portuguesa tem como referencial democrático o sistema político de reinos como a Suécia, a Noruega, a Dinamarca ou a Holanda e não o sistema político vigente em repúblicas como Cuba ou a Venezuela.

Deputado André Bradford (PS): Por que é que o senhor não compara com a Alemanha?

O Orador: Ou seja, o nosso sistema político está muito mais próximo, pelo menos no que diz respeito às expectativas da população e ao funcionamento do sistema parlamentar, do sistema constitucional holandês do que do sistema constitucional cubano.

Assim, a verdadeira rutura do sistema político e da “Constituição real” – a tal “sociedade socialista” representa apenas uma espécie de arqueologia revolucionária – ocorreria apenas no caso de se procederem a alterações constitucionais que nos aproximassem do paradigma constitucional cubano e nunca no caso de essas alterações nos aproximarem do paradigma constitucional das grandes democracias monárquicas já citadas. No fundo, o que é essencial num sistema político é a sua matriz democrática.

É nesta perspetiva e neste convencimento que aqui se apresenta um Projeto de Resolução que recomenda à Assembleia da República que altere a redação da alínea b) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa, no sentido da mesma passar a ter a seguinte formulação: a forma democrática de governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 1 do BE; 1 do PCP; 3 a favor do CDS-PP; 1 do PPM; e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu fiz a minha parte, como deputado do Partido Popular Monárquico, e fiz a minha parte como Presidente Nacional do Partido Popular Monárquico: discuti o assunto. Não deixei que o assunto fosse tabu e permite que aqui se pudessem discutir livremente, como é próprio do Parlamento e de um sistema parlamentar, uma discussão livre sobre este assunto.

Evidentemente, não faço referências sobre os silêncios e as votações, faço apenas uma referência que é esta: eu trouxe aqui este assunto para ser discutido democraticamente. Cumpri a minha missão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar ao ponto 12 da nossa Agenda: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução...

Sra. Deputada, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18h15 minutos.

Eram 18 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 19 minutos.

Vamos então dar continuidade à nossa Agenda.

Concluimos o ponto 11, entramos agora no ponto 12: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 110/X – “Recomenda à Comissão Permanente de Economia que proceda à avaliação dos impactos das novas obrigações de serviço público no setor turístico”. Este pedido de urgência é apresentado pelo Partido Socialista e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão desta iniciativa prende-se diretamente com o facto de nós estarmos muito próximos da data de entrada em vigor das novas Obrigações de Serviço Público, o que significa que, para o grupo de trabalho ser consequente e eficiente, ele deve ser constituído o mais depressa possível. Portanto, daí a nossa urgência.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar este pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado André Bradford para então apresentar o diploma.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

A iniciativa que o PS traz à apreciação desta Câmara parte da convicção de que o novo regime de Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas entre os Açores e o continente e os Açores e a Madeira não é o fim de um processo em que o Governo dos Açores, como sabemos, em articulação com o Governo da República, teve inegáveis méritos, mas é sobretudo o início de uma nova era para os agentes do setor turístico da região e para todos aqueles setores associados a esta atividade económica.

As novas e melhoradas condições de acessibilidade à região e mobilidade aérea para a região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... que não só reforçarão as nossas condições de competitividade enquanto destino turístico, como, na outra face da moeda, trarão naturalmente um conjunto acrescido de desafios aos nossos operadores turísticos, aos nossos empresários da hotelaria, da restauração e também dos serviços de animação turística.

Desde logo, temos o desafio da quantidade, porque todos nós estimamos (talvez com a exceção do Sr. Deputado Artur Lima) que este novo sistema de Obrigações de Serviço Público trará necessariamente um aumento do lado da procura e, por essa via, uma maior pressão sobre os agentes e operadores do

setor turístico. Mas também não é só a questão da quantidade, é também a questão das exigências associadas à qualidade do serviço prestado neste setor de atividade.

E, portanto, a nós preocupa-nos, achamos necessário que este processo mereça um acompanhamento por parte desta Assembleia, através da criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, que tenha por objeto o estudo e a análise em conjunto e em proximidade com os agentes do setor e com inteira disponibilidade da nossa parte e numa abrangência global da nossa região, portanto, atendendo às especificidades das várias ilhas, dizia eu, um grupo de trabalho com o prazo de nove meses de mandato e que tenha como objetivo final a produção de um relatório que inclua não só as conclusões daquilo que for feito, mas também um conjunto de recomendações, se se chegar à conclusão que esta Casa tem meios e deve dar prossecução a legítimas necessidades e preocupações dos empresários do setor turístico e dos setores associados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não nos cumpre (nós temos essa consciência), não pretendemos substituir-nos ao risco inerente à atividade empresarial, nesta como em outras áreas. Também não queremos ser gestores em vez dos próprios interessados. O que nós queremos, como responsáveis regionais, é estar atentos, disponíveis e próximos daqueles que sentirão o impacto do novo regime de Obrigações de Serviço Público.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Queria só perceber a quem se destina este trabalho da Comissão de Economia, porque fala aqui nas novas Obrigações de Serviço Público. Eu não vejo em que é que as novas Obrigações de Serviço Público vão trazer um aumento de turismo e de acessibilidades para as ilhas por elas abrangidas. Ou os senhores também incluem aqui as rotas liberalizadas?

É porque essas estão fora do serviço público. E, portanto, parece-me que essa resolução não está. Se é isso, quero perceber primeiro o que é que os senhores querem avaliar: se querem avaliar o impacto das rotas liberalizadas nas acessibilidades e no turismo nos Açores, se querem avaliar as novas Obrigações de Serviço Público.

Deputado Berto Messias (PS): Queremos avaliar tudo!

O Orador: E, já agora...

Não, senhor, não são.

E, já agora...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Não senhor. O Sr. Deputado está a confundir, aliás, já confundiu nas suas declarações excessivas que fez para a comunicação social como Presidente da Comissão de Economia...

Deputado Francisco César (PS): Nem falei nisso!

O Orador: ... e que nessa matéria o que se sabe é que terá sugerido que o CDS votou contra as novas OSP, isso não é verdade. O CDS votou contra as regras de reembolso do subsídio de mobilidade, as regras que estão instituídas de subsídio de mobilidade.

(Risos do Deputado Francisco César)

O Sr. Presidente da Comissão de Economia está a rir-se,...

Deputado Francisco César (PS): Estou, estou!

O Orador: ... não devia estar, mas não foi isento. Não foi isento!

Deputado Francisco César (PS): Onde é que o senhor ouviu isso?

O Orador: E, portanto, foram aprovadas, mas a região teve de dar parecer, Sr. Deputado André Bradford. E o parecer que o Grupo Parlamentar do CDS deu foi sobre as regras do subsídio de mobilidade ao passageiro e não sobre as OSP, como erradamente foi sugerido pelo Sr. Presidente da Comissão de Economia.

Deputado Francisco César (PS): Onde é que o senhor ouviu isso? O senhor ouviu-me dizer isso?

O Orador: E, portanto, o Sr. Presidente falou que não tinha sido por unanimidade.

Deputado Francisco César (PS): Onde é que o senhor ouviu isso? O senhor ouviu-me dizer isso?

O Orador: Não ouvi o senhor, ouvi as suas declarações.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: E, das suas declarações, depreende-se isso.

Deputado Francisco César (PS): Não ouviu, porque eu não disse!

Presidente: Srs. Deputados, não vamos entrar em diálogo...

Deputado Francisco César (PS): Não disse!

Presidente: ... entre bancadas.

Se for necessário, depois pode-se inscrever para...

O Orador: Exatamente! Faz favor de se inscrever. Inscreva-se! Inscreva-se!

E, portanto, recomenda a Comissão Permanente de Economia que proceda à avaliação dos impactos das novas Obrigações de Serviço Público no setor turístico. Eu acho que isto está errado! E, portanto, eu quero saber se ficam de fora as rotas liberalizadas. É a pergunta que tenho para fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Já agora, informar que a Representação Parlamentar do PCP também votou contra o novo modelo de Obrigações de Serviço Público, por dois motivos. Um tem a ver com a fórmula de reembolso. Nós não consideramos que esta seja a forma de o fazer, isto é, utiliza-se o cidadão para financiar a companhia aérea, designadamente as companhias aéreas privadas ao invés de se compensar diretamente a companhia aérea. E, portanto, isto é mais uma manigância para que o dinheiro público entre nas companhias aéreas privadas, não por via direta, mas por via indireta através dos cidadãos.

Mas não foi só por isso, foi porque estas Obrigações de Serviço Público têm associado a liberalização de algumas rotas para a Região Autónoma dos Açores. E, portanto, para que fique claro, o PCP também teve esta posição.

Relativamente à proposta que estamos a analisar, a discutir, dizer o seguinte.

Na nossa opinião, esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PS peca por ser pouco detalhada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se efetivamente se quer fazer um estudo sobre o impacto do novo modelo de transportes aéreos... E eu julgo que a designação e o âmbito deveria ser sobre o novo modelo de transportes aéreos para a Região Autónoma dos Açores e não sobre o impacto das novas Obrigações de Serviço Público no setor do turismo. Porque como muito bem perguntou o Deputado Artur Lima, há aqui uma questão que é a seguinte, e uma pergunta que se impõe: este estudo, este acompanhamento por parte da Comissão de Economia destina-se apenas às rotas do serviço público ou também às rotas que foram liberalizadas, isto é,

Terceira e Ponta Delgada com as ligações para o continente? Importa perceber isso.

E gostaria que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esclarecesse por que é que não quer avaliar o impacto que têm as *low cost*...

Deputado Berto Messias (PS): Está a confundir!

O Orador: Não está cá, Sr. Deputado!

... o impacto que tem a liberalização, ou que vai ter a liberalização no setor do turismo.

A proposta é pouco detalhada, mas não é só isso. Aliás, para a Representação Parlamentar do PCP, julgo que esta proposta do Partido Socialista, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nem faz grande sentido, porque a Comissão de Economia poderia muito bem decidir, no seu seio, sem ser mandatada pelo Plenário, para criar um grupo de trabalho que acompanhasse os impactos do novo modelo de transportes aéreos para a Região Autónoma dos Açores. Portanto, não precisava de estar a fazer este número aqui no Parlamento para mandar a Comissão de Economia...

Deputado Berto Messias (PS): Legítima. Aliás nem é a primeira vez, nem é inovador!

O Orador: ... para acompanhar os impactos das novas Obrigações de Serviço Público.

Oh, Srs. Deputados, vamos lá a ver. Oh, Srs. Deputados, vamos lá a ver uma coisa. Sim, senhor, já não é a primeira vez, mas agora estamos a falar desta. Agora estamos a falar desta. Pronto! Estamos a falar desta. E sobre esta, o que eu quero reafirmar, o que a Representação Parlamentar do PCP quer reafirmar é que não havia necessidade e depois que ela... Eu não queria dizer uma palavra que às vezes utilizo para a Juventude Socialista, que é indignância,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, não desrespeite essa grande organização!

O Orador: ... não vou utilizar, porque esta não veio da Juventude Socialista, mas que esta proposta é claramente insuficiente ou então traz associada uma determinada estratégia que nós gostaríamos de perceber, pelo menos a Representação Parlamentar do PCP gostaria de perceber, que estratégia é que traz associada quando apenas refere o impacto das novas...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, pode votar contra!

O Orador: ... Obrigações de Serviço Público e mais, mais ainda. Oh, Sr. Deputado! Oh, Srs. Deputados do Partido Socialista, mais ainda! Por que é que deixa, se vem ao Plenário para mandar a Comissão de Economia para a criação de um grupo, por que é que o Plenário não decide também e por que é que não propõe ao Plenário também alguns parâmetros para fazer essa avaliação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... como, por exemplo,...

Mas eu dou-vos umas dicazinhas! Eu dou-vos umas dicazinhas! Mas isto é um projeto de resolução. Eu não posso fazer propostas de alteração. Mas, por exemplo, de entre outras questões, de entre outros parâmetros de avaliação, poderiam lá estar o prazo médio de marcação das viagens nas diversas rotas;...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: ... os processos de viagens e o preço médio dos operadores em cada mês para os vários destinos...

Deputado Francisco César (PS): Não é sobre isso!

O Orador: Ah, não?

Deputado André Bradford (PS): Não!

Deputado Francisco César (PS): É sobre os impactos!

O Orador: Eu sei! E depois, isto não tem importância?

Deputado André Bradford (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Ah, mas então têm de dizer! Ah, não é isto! Ah, não é isto que V. Ex.^{as} querem. Então, digam lá o que é que querem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente:

Em primeiro lugar, eu quero pedir-lhe desculpa pela forma manifestamente excessiva como estive aqui, há pouco, no Plenário. Não é próprio de um deputado manifestar-se dessa forma e por esse facto peço-lhe desculpa.

Em segundo lugar, quero dizer o seguinte.

Nós conhecemos muito bem e todas as Sras. e Srs. Deputados conhecem muito bem, e até os senhores jornalistas conhecem muito bem, as técnicas parlamentares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até já fala para os jornalistas! Santa paciência!

O Orador: Quando há propostas com que nós concordamos genericamente, os partidos da oposição o que fazem sempre é tentar arranjar um “pequeno pormenor” para a desmerecer.

(Risos do Deputado Artur Lima)

É sempre assim que acontece, porque é...

(Burburinho de algumas bancadas)

O Orador: ... quase, penso eu, impossível para um partido não querer estudar os impactos das novas Obrigações de Serviço Público dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas quem é que disse que não queríamos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PCP votou contra a liberalização!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Querias conversa, mas não vais ter!

O Orador: Bom, podem não querer.

Mas a minha intervenção prende-se sobretudo com as declarações feitas pelo Sr. Deputado Artur Lima, que não correspondem, de facto, ao que eu referi na comunicação social.

O facto de o CDS ter votado contra o diploma que estabelece o novo modelo de pagamento ou do subsídio de mobilidade aos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem um nome. Chama-se subsídio de mobilidade!

O Orador: Exatamente o que eu acabei de dizer! Subsídio de mobilidade.

... passageiros residentes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... está presente no relatório e curiosamente este diploma é o diploma que faz parte da estruturação das novas Obrigações de Serviço Público que irão regulamentar os transportes aéreos nos Açores.

Sem o subsídio social de mobilidade, sem as novas Obrigações de Serviço Público modificadas, sem a liberalização do espaço aéreo, ou seja, dessas novas Obrigações de Serviço Público, não seria possível estarmos a debater este diploma. É isto que está em causa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: É exatamente isto que está em causa.

Os senhores podem não gostar desta proposta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não. Os senhores foram atrás do PSD!

O Orador: ... pelo facto do Partido Socialista ter sido quem a apresentou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que apresentaram!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso! Não foi nada disso!

O Orador: Porque nós sabemos que, muitas das vezes, as Sras. e Srs. Deputados da oposição propõem comissões para estudar novas alterações na sociedade açoriana. O PSD apresentou a iniciativa para um relatório sobre as cooperativas.

Deputado Berto Messias (PS): E as quotas leiteiras!

O Orador: No âmbito da Comissão de Economia! Um trabalho muito bem feito pela parte da Comissão de Economia, pelo Deputado Duarte Moreira do Partido Socialista, na questão do leite também.

Nós não viemos aqui dizer, “Bom, olhe que tecnicamente há aqui uma coisa que não está certa”. Não! Nós viemos aqui dizer, “Bom, iremos aprovar e iremos trabalhar na Comissão de Economia”.

Portanto, eu gostava que os Srs. Deputados, em vez de andarem à procura de algum preciosismo numa declaração que eu possa ter feito, que, inclusive, não fiz, porque eu conheço muito bem as minhas declarações à RDP, os Srs. Deputados que discutam se querem ou não querem avaliar o impacto dessas propostas no setor turístico da região.

Por aqui me fico.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Com base nas intervenções iniciais dos Srs. Deputados Artur Lima e Aníbal Pires, será caso para dizer “Que grande confusão que os senhores têm ou geram a partir da nossa proposta!”. Eu vou tentar ser esclarecedor.

Parece-me que a questão não é se os senhores gostam ou não gostam desta proposta, a questão é que os senhores gostariam de outro tipo de grupo de trabalho. E estão no vosso inteiro direito. Deviam até propô-lo. O que os

senhores queriam fazer era uma comissão que avaliasse o modelo que foi aprovado de novas Obrigações de Serviço Público e que dissesse “Não gostamos do sistema de reembolso, não gostamos do sistema do número de voos, das *Gateways*, *etc.*, *etc.*”. Isso é outra coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem medo de ser avaliado!

O Orador: Por isso é que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, como diria a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Deputado André Bradford está a dar a resposta!

O Orador: São coisas diferentes e essa comissão, qualquer um dos senhores e dos vossos grupos e representações parlamentares tem legitimidade para propor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores chumbam!

O Orador: É que aqui está em debate outra comissão, com outro objeto, ou outro grupo de trabalho.

Tentando explicar melhor: qual é o objetivo deste grupo de trabalho?

Em primeiro lugar, estranho muito a dúvida colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, no sentido de tentar justificar que o objeto aqui definido está errado, porque o novo Sistema de Obrigações de Serviço Público não prevê ou abrangeria outro tipo de rotas que aqui não estão previstas.

No considerando três, fala-se das rotas liberalizadas; no considerando quatro, fala-se das rotas não liberalizadas. Portanto, os dois modelos de rota, ou os dois estatutos de rota estão aqui previstos. E, por outro lado, não haveria rotas liberalizadas se não tivesse havido um novo Sistema de Obrigações de Serviço Público.

E, portanto, quem quer estudar o impacto que esse sistema terá no turismo, obrigatoriamente está a partir do sistema e das consequências do sistema.

E, portanto, estão aqui as rotas liberalizadas e as rotas não liberalizadas e todas elas são para estudar, são todas elas para analisar.

Agora, e para terminar esta tentativa de esclarecimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fracassada!

O Orador: Acho muito estranho (muito estranho!) que nas intervenções dos Srs. Deputados não tenha havido nenhum tipo de consideração sobre o âmago, a essência da nossa iniciativa que é: E que impacto terá o novo sistema no setor turístico? E estará o setor turístico regional preparado para o aumento de procura? Que tipo de aumento de procura? Que consequências isso pode trazer? Em que é que nós podemos ser úteis enquanto representantes políticos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ilhas!

O Orador: Em que é que nós podemos ser úteis? Como é que podemos estar junto dos empresários, das aspirações, das necessidades dos empresários?

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Eu julgava que era esse debate que nós íamos fazer aqui.

Deputados Rogério Veiros e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Em vez de debatermos isso, estamos a debater se os senhores gostam ou não gostam do sistema de reembolso das Obrigações de Serviço Público.

Deputados Rogério Veiros e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esse debate já nós fizemos, podemos voltar a fazê-lo, mas não a propósito desta iniciativa, que não tem nada a ver com esse assunto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Estavam a dizer-lhe como é que faz!

O Orador: Nem sequer vou responder a essa provocação por parte do Sr. Deputado Francisco César. Nem sequer vou responder à sua provocação, para evitar novos episódios. Mas é bom que se saiba (estou falando também para os senhores jornalistas) que o senhor acaba de tentar provocar outro episódio. Mas eu não vou responder.

Eu devo dizer, em relação ao seguinte, que vou votar favoravelmente a vossa iniciativa. Vou votar favoravelmente a iniciativa do Partido Socialista e vou votar, meus senhores, porque eu já concordava com a liberalização das rotas quando os senhores queriam manter um monopólio que preservaram ao longo de todos estes anos e um sistema que não funcionava.

Já aqui se tinha chegado, do ponto de vista político, há muitos anos, e eu não vos ouvi, até há dois anos, defender este modelo nem nenhum outro que implicasse a liberalização das rotas. Alguém ouviu o Partido Socialista, nos últimos anos, na legislatura anterior e nas outras, defender um modelo que não fosse o monopólio da SATA e da TAP em relação a esta matéria?

E é por isso, meus senhores, que estando a favor deste modelo, eu também quero conhecer e trabalhar as suas consequências. Eu também quero conhecer.

Agora, o que considero que é fundamental é que este grupo de trabalho (é a pergunta que eu faço ao proponente), que é a comissão permanente de que eu faço parte, venha a constituir e venha a ser integrado por todos os partidos que integram a comissão permanente. Eu penso que essa questão é uma questão fundamental,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não está aqui dito!

O Orador: ... como devem compreender.

Não está dito! Não está dito! Não está dito e por isso eu gostava que o proponente, em relação a esta matéria, assumisse algum compromisso ou não, depende da vossa perspetiva. Mas eu considero muito importante que estejam representados todos os partidos que fazem parte da Comissão Permanente de Economia. A questão é esta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O projeto de resolução que é objeto deste debate,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Jorge, vamos ver lá o que é que vais dizer!

O Orador: ... na sua verdadeira interpretação à letra, exclui as rotas liberalizadas.

É verdade que quando se refere que vamos estudar em sede de Comissão de Economia o impacto no turismo, podia ser noutra coisa qualquer, podia ser até na mobilidade dos açorianos, mas aqui refere o impacto no turismo das novas Obrigações de Serviço Público, só existem Obrigações de Serviço Público nas *Gateways* de Santa Maria,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... Pico e Faial.

Mas podemos ter uma interpretação benevolente relativamente a essa iniciativa do Partido Socialista.

O PSD, desde o início, se manifestou satisfeito com o modelo inteligente que foi conseguido no transporte aéreo de e para os Açores. Disse, desde o início, que o modelo encontrado foi uma espécie de quadratura do círculo, porque permitia que todos os açorianos sem exceção pudessem passar a pagar no máximo 134 euros após o reembolso da diferença entre aquilo que pagam à

cabeça, como diz o nosso povo, e aquilo que é o custo máximo que vai ter uma viagem desde qualquer ponto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que isso é feito?

O Orador: ... de qualquer ilha dos Açores até Lisboa, Porto ou Funchal.

E, portanto, manifestamos, desde o início, essa satisfação, manifestamos, desde o início, a concordância com este modelo e as novas Obrigações de Serviço Público também implicam o seguinte: implicam que por só imporem Obrigações de Serviço Público em três *Gateways*,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: ... permitem que as outras, por não terem Obrigações de Serviço Público, sejam liberalizadas. Ou seja, numa interpretação à letra daquilo que está aqui escrito, a Comissão de Economia só deveria debruçar-se sobre os impactos no turismo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... relativamente às *Gateways* que têm Obrigações de Serviço Público, mas também pelo facto de só nessas *Gateways* é...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já não está bem!

O Orador: ... que haver Obrigações de Serviço Público implica...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está induzido!

O Orador: ... que nas outras há, por exceção, por exclusão de partes (faltava-me o termo), também implica que nas *Gateways* de Ponta Delgada e da Terceira existam rotas liberalizadas pelo simples facto de não estarem para essas rotas definidas Obrigações de Serviço Público.

Fica um pouco ao critério do proponente.

Pela parte do PSD, nós entendemos que a formulação tal como está, pese embora não seja rigorosa, permite que a Comissão de Economia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não senhor!

O Orador: ... estude o impacto em todas as *Gateways*, umas que têm Obrigações de Serviço Público e as outras pelo facto de não terem Obrigações de Serviço Público também têm o impacto porque passam a ser liberalizadas. É uma interpretação um bocadinho rebuscada, nós reconhecemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito!

O Orador: Mas permite-nos trabalhar nesse sentido.

Como sabe, este projeto de resolução não baixou à comissão, até foi votada a urgência da dispensa de exame em comissão, agora mesmo antes desta discussão, e, portanto, se o proponente assim o quiser, poderia aprimorar a sua redação no sentido de colocar preto no branco aquilo que nós vamos fazer. Se o proponente entender que assim está bem, nós percebemos que é assim, foram um bocadinho apanhados na curva, mas não é por isso que o PSD não irá esforçar-se,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim, perfeitamente! O PSD é o “centrão”!

O Orador: ... com todo o seu conhecimento, com todo o seu empenho, na Comissão de Economia, para que seja avaliado o impacto no turismo para todo o modelo de transporte aéreo e não apenas nas ilhas que têm *Gateways* sobre as quais recaem Obrigações de Serviço Público.

Obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado André Bradford, não lhe vou obviamente explicar nada sobre os considerandos. O senhor sabe que os considerandos não são publicados e, portanto, valem zero daquilo que aqui está. O que vale aqui é a parte resolutiva e eu vou ler...

Senhor, o que faz...

Deputado Francisco César (PS): Não sou eu!

O Orador: O senhor publica o que o senhor quiser.

“A Assembleia Legislativa resolve proceder ao estudo e avaliação dos impactos do novo modelo [não sei por que é que lhe chamam novo] de Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas entre os Açores e o continente e os Açores e a Madeira no setor turístico.”

Portanto, à letra, o que aqui está escrito, como já foi dito, eu já disse na minha primeira intervenção, o Deputado Aníbal já disse, o Deputado Jorge Macedo já disse, e, portanto, aqui não há à letra nem sem ser à letra, nem é uma leitura mais abrangente ou menos abrangente. É o que aqui está escrito! Senão, começamos todos a fazer interpretações sobre as coisas, não é?

E, já agora, podiam também ter incluído aqui as novas Obrigações de Serviço Público regionais para nós também acompanharmos,...

Deputado André Bradford (PS): Quais?

O Orador: ... para nós também sabermos.

E, já agora, Sr. Deputado...

As novas, foram anunciadas, que estão em concurso, regionais, inter-ilhas. As inter-ilhas, Sr. Deputado. As inter-ilhas!

E, já agora, o Sr. Deputado vai-me explicar

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai ser apresentada amanhã!

Deputado André Bradford (PS): Ah! Amanhã! Então, não existem!

O Orador: E, já agora, o Sr. Deputado vai-me explicar...

É! Existem! Quando for publicado já existe, Sr. Deputado André Bradford!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aos agentes económicos é amanhã. Aos deputados sabe-se lá quando!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, isto quando for publicado, elas já existem.

E agora a urgência é os senhores já terem explicado nessas sessões nos comícios que andam a fazer aí pelas ilhas, é efetivamente como são feitos os

reencaminhamentos, como são feitos, Sr. Deputado Jorge Macedo, agradeço que me explique, se eu quiser embarcar na *Ryanair*, de Ponta Delgada, no dia 2 de maio, para Lisboa, eu quero saber como é que eu faço, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém sabe!

O Orador: Eu quero saber, eu quero saber...

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, oh, Sr. Deputado Francisco César, eu se quiser marcar uma viagem na *Ryanair* ou na *EasyJet*, de Ponta Delgada para Lisboa, como é que eu faço?

Deputado Berto Messias (PS): A coordenadora do Bloco de Esquerda já esteve na sessão de esclarecimentos em Ponta Delgada!

O Orador: Da Terceira ou do Faial ou das Flores ou de São Jorge? Como é que eu faço? Quem paga a viagem da SATA? Quais são as regras? Como é? Porque não me vendem o bilhete, porque eu já fui tentar e não me fazem a reserva. Fazem se eu pagar o Terceira/ Ponta Delgada, porque, senão, não há nada para ninguém.

E, portanto, os senhores nem sabem o impacto que vai ter nos nossos bolsos, como é que fazemos e já querem estudar uma outra coisa.

Deputado André Bradford (PS): E o senhor não quer estudar?

O Orador: E os senhores vão ter que saber como é e se querem e as rotas liberalizadas não fazem parte do Serviço Público. Não fazem parte do Serviço Público! Repito: as rotas liberalizadas não fazem parte do Serviço Público!

Deputado André Bradford (PS): Fazem. Já vai perceber!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu vou-me dispensar de ler a parte resolutiva, que também tinha aqui para o fazer, porque, efetivamente, não são os considerandos, mas sim a parte resolutiva deste projeto de resolução que determina qual é o mandato deste grupo de trabalho. E, portanto, ele é claramente insuficiente e não responde, de facto, às questões que aqui estão a ser colocadas.

Relativamente à intervenção do Deputado André Bradford, ela foi efetivamente esclarecedora, mas deixa-me aqui um outro problema. Eu pensei, se calhar mal, que este novo modelo tivesse associado já a um estudo sobre a capacidade de resposta do setor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: ... do turismo a este novo modelo, porque, senão, corremos aqui um risco, a região corre aqui um risco. Com essa vaga de turistas que vão invadir a região, a partir do Verão IATA,...

Deputado Rogério Veiros (PS): A Coreia do Norte?

O Orador: (*Risos*)

... se isso não está estudado, pode acontecer aí algum colapso. Pode haver aí algum colapso.

Oh, Sr. Deputado, sinceramente, eu pensei que esse estudo estava feito. Pensei que esse estudo estava feito! Se não está feito, eu começo a ficar preocupado. Uma coisa é saber se a região tem ou não tem uma capacidade instalada para responder a essa vaga de turistas que vai invadir a região a partir de março.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E para que ilhas!

O Orador: E para que ilhas, exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o reencaminhamento de turistas!

O Orador: Agora, a parte resolutiva...

Há ainda uma outra questão que o Deputado Paulo Estêvão chamou à atenção e chamou à atenção muito bem. É que V. Ex.^a está a pressupor que o grupo de

trabalho é constituído por todos os partidos que têm assento na comissão permanente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Perguntei!

O Orador: Ah, perguntou! Então, peço desculpa pelo abuso da interpretação que eu fiz da sua intervenção.

Mas a verdade é esta. É que também a própria constituição do grupo devia estar na parte resolutiva e não está. Não está, Sr. Deputado! O que quer dizer que V. Ex.^a pode não fazer parte do grupo de trabalho. Está de acordo comigo, certamente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com certeza!

O Orador: Não estando aqui, quer dizer que V. Ex.^a pode ficar fora do grupo de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por isso é que eu perguntei!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, nós, pelo menos a Representação Parlamentar do PCP não quer um outro tipo com um outro grupo de trabalho. A Representação Parlamentar do PCP quer que este grupo de trabalho tenha um conjunto de parâmetros bem definidos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um assunto destes a ser debatido na Horta e o Sr. Secretário não está!

O Orador: ... e eles não estão. É isso, Sr. Deputado! É isso, Sr. Deputado!

Quanto ao Deputado Francisco César, dizer-lhe o seguinte.

Oh, Sr. Deputado, não é um “pequeno pormenor”.

Deputado Francisco César (PS): Não?

O Orador: Não! As questões que aqui foram levantadas ou que aqui estão a ser levantadas por alguns partidos da oposição relativamente a este projeto de resolução não são “pequenos pormenores”, são “pormaiores”. E, quanto a truques,...

(Pausa)

Sim, sim, Sra. Presidente.

... Sr. Deputado, isso foi o que V. Ex.^a fez, foi um “truquezinho”, porque não esclareceu nada daquilo que lhe foi colocado e falou de uma outra coisa qualquer. Mas não esclareceu nada sobre o conteúdo deste...

Deputado Francisco César (PS): Já respondo, Sra. Presidente!

O Orador: ... projeto de resolução.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou já terminar, Sra. Presidente.

De facto, esta proposta é insuficiente e ficamos por aqui, porque a proposta é dos seniores não é da juventude.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Eu já percebi que poucos querem discutir a substância.

Querem agarrar-se aos pormenores.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Aníbal Piões (PCP): Designadamente o que se diz na Comissão de Economia!

O Orador: Mas para acabarmos com esta, digamos, manobra de diversão de uma vez por todas,...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Manobras de diversão é este projeto!

O Orador: ... eu gostava de vos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Este projeto é uma manobra de diversão!

O Orador: Como é que fazes, Marinho? Esperas um bocadinho, não é?

... ler um documento que foi distribuído na última sessão plenária pelo Sr. Secretário, que era, até a altura em que foi feita esta proposta, a única noção que nós tínhamos das novas Obrigações de Serviço Público e era “Proposta de revisão do modelo de Obrigações de Serviço Público entre o continente português e a Região Autónoma dos Açores...”. Vou ler de novo: “Proposta de revisão do modelo de Obrigações modificadas de Serviço Público entre o continente português e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira”. Esta proposta é consubstanciada com os seguintes aspetos. Obrigações de Serviço Público, portanto.

“Acesso ao mercado. Liberalização do acesso ao mercado de serviços aéreos regulares entre o continente português e as *Gateways* de Ponta Delgada e da Terceira. Imposições de obrigações de Serviço Público para o transporte aéreo de carga e correio entre Lisboa, Terceira, Ponta Delgada, Lisboa, com o objetivo de dinamizar o transporte aéreo de carga e de passageiros. Adaptação das Obrigações de Serviço Público relativas aos serviços aéreos regulares Lisboa/ Horta, Lisboa/ Santa Maria, Lisboa/ Pico, Funchal/ Ponta Delgada/ Funchal.

Ou seja, nós temos novas Obrigações de Serviço Público para todas as nossas *Gateways*, quer ao nível de passageiros, quer ao nível da carga. E isto é um facto! Foi distribuído a todos os deputados. Obviamente que este é o modelo chapéu, que, depois, tem várias nuances: subsídio de mobilidade, Obrigações de Serviço Público modificadas por umas determinadas *Gateways*, tem, depois, a constituição da liberalização. Agora, esta é uma proposta que vos foi distribuída a todos e é isso que consubstancia a nossa proposta de resolução.

Venham com o que quiserem. Os senhores podem tentar arranjar um pormenor,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): A gente dá isso de barato. Eu atirei a boia de salvação. Vocês agarrem-na. A boia é do PSD, os senhores não a querem agarrar!

O Orador: ... podem vir com todas as teorias. Agora, nós temos documentos que foram distribuídos a todos(as) os(as) Srs.(as) Deputados(as) que consubstanciam aquilo que nós sempre dissemos. Vamos à substância, que é para isso que estamos aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para voltar à minha função de procurar esclarecer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é fácil!

O Orador: ... as dúvidas dos Srs. Deputados renitentes.

Nós, depois da intervenção da bancada parlamentar do PSD, ficamos a perceber a diferença entre a boa-fé e a má-fé em relação a esta proposta. É que o Sr. Deputado Jorge Macedo diz que também não percebeu muito bem, mas tem amplitude para admitir que está lá. Outros não perceberam, mas não querem perceber. E, portanto, vai ser uma coisa que vai demorar muito tempo e provavelmente até ao fim do debate, mas, mesmo assim, eu vou tentar continuar a explicar.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima disse: “As rotas liberalizadas não fazem parte do serviço público”. Isto é uma citação. Fazem tanto parte do serviço público como a morte faz da vida, quer dizer, a gente para estar viva não pode morrer. Mas uma das consequências da vida é a morte. Aqui é a mesma coisa. Se há rotas que têm serviço público, também, por exclusão de partes, há outras que não têm serviço público. Mas por haver...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... um sistema...

Para aí! Vamos com calma! Vamos com calma! Eu vou explicar melhor!

Mas por haver rotas com Obrigações de Serviço Público estabelecidas e outras que não estão estabelecidas, não significa (e o Sr. Deputado Artur Lima devia ouvir esta parte porque, se calhar, era interessante, digo-lhe eu)... Porque o que é que acontece...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: É verdade! Eu peço desculpa.

O que é que acontece, por exemplo, nas rotas relativas à Terceira se não aparecer no sistema liberalizado nenhuma companhia interessada a assegurar o serviço? Aplicam-se as regras, as novas OSP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Não é falso, é o que lá está escrito.

E, portanto, nas rotas que estão liberalizadas, na ocorrência de não haver interessados, aplicam-se as regras das novas OSP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: E, portanto...

É verdade, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Então, basta ler, basta ler!

E, portanto, penso que está esclarecido, mas isto realmente não é a matéria que nos traz à análise desta iniciativa do PS. A iniciativa do PS não tem por objetivo avaliar o modelo de Obrigações de Serviço Público, tem por objetivo avaliar os

impactos desse modelo na atividade económica e essa preocupação julgo que é bem mais relevante nesta altura.

Eu não vou alongar-me muito no que diz respeito às dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, até porque ele não está a ouvir, mas o Sr. Deputado Aníbal Pires está habituado a um tipo de economia que é chamada de economia não espontânea. Não há empresas, não há iniciativa privada,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está enganado! Está no modelo do PCP!

O Orador: ... ninguém faz nada. Há um Estado que diz quando é que se faz e como é que se faz e então o Sr. Deputado Aníbal Pires queria que nós aqui também aplicássemos o modelo de planificação económica às questões do turismo. Nós somos de outra escola, Sr. Deputado, somos da escola social-democrata, como o senhor gosta de dizer, ou da escola socialista democrática moderna, e a nossa escola convive com o mercado, mas também convive com a necessidade de Estado. E, portanto, é assim que nós trabalhamos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Social-democrata. O vosso problema é exatamente esse!

O Orador: ... não vamos conseguir falar sobre isso, porque estamos em mundos muito diferentes sobre essa matéria.

Para terminar, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Claro que a nossa vontade, a nossa disponibilidade é absoluta para, na linha do que vem acontecendo com grupos deste tipo já criados no âmbito da Comissão de Economia e de outras comissões, todos os partidos com assento na comissão fazerem parte do grupo de trabalho. E, portanto, é esse o nosso compromisso assumido aqui em Plenário. Sempre tem sido assim e assim continuará a ser.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, é curioso, eu tive o cuidado de ir brevemente ver, é outra iniciativa anterior a esta, parecida com esta, ou do mesmo âmbito desta, e também não dizia lá se os deputados de todos os partidos podiam participar,

mas ninguém levantou essa dúvida. Em relação a esta iniciativa em concreto, anda tudo a levantar dúvidas existenciais sobre pormenores que não são da gravidade que se presume.

E, portanto, Sr. Deputado, fique descansado, todos farão parte.

Obrigado.

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Deputado André Bradford não foi rigoroso na afirmação...

Oh, Sra. Presidente, apenas o seguinte. O Deputado André Bradford não foi rigoroso e eu quero apenas aqui corrigir uma expressão que foi utilizada relativamente ao PCP e apenas para dizer ao Deputado André Bradford...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires,...

O Orador: ... para ler o Programa do PCP...

Presidente: ... não pode usar a figura...

O Orador: ... onde se propõe...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, não pode usar a figura da interpelação a não ser para interpelar a Mesa, para entregar algum documento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Entrega o Programa do PCP!

Presidente: Não serve para continuar o debate, Sr. Deputado, não serve. E, portanto, não havendo outra figura regimental ao seu dispor, lamento, mas não lhe posso dar a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Oh, Aníbal, não insistas. Senta-te!

Deputado Francisco César (PS): Sabes perfeitamente que não dá! Tens de arranjar mais alguma coisa!

O Orador: Qual é que é o vosso problema?

Deputado Francisco César (PS): Não dá!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Mas qual é o vosso problema?)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, sinceramente, não estou a perceber por que é que o Partido Socialista está tão nervoso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Deputado André Bradford (PS): Não está nada nervoso!

O Orador: ... que lhe façam perguntas sobre uma iniciativa que é deles! É uma coisa absolutamente... Ainda por cima quando eu já tinha dito que votaria a favor. Ou seja, eu disse, “Eu vou votar a favor desta iniciativa”,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É por isso!

O Orador: ... e depois faço uma pergunta que aqui não está referenciada: Tal missão deve ser assegurada através da constituição de um grupo de trabalho para o efeito e, portanto, pergunto se o proponente tem intenção de incluir todos os grupos e representações parlamentares que estão na comissão permanente.

Deputado André Bradford (PS): E a resposta foi sim!

O Orador: Parece-me uma pergunta legítima.

Deputado André Bradford (PS): E é!

O Orador: Parece-me uma pergunta legítima e não é para criar dificuldades nenhuma. Então, se eu já disse que ia votar a favor, qual é a dificuldade que eu estou a criar a V. Ex.^a?

Portanto, a questão parece-me da maior simplicidade. Eu fiz a pergunta, já me respondeu e considero que a questão por aqui está resolvida.

A outra dúvida. Eu não posso deixar de fazer esta referência.

Não sei se o Sr. Deputado Aníbal Pires ainda tem tempo ou não para poder responder.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho, não!

O Orador: Já não tem?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho.

O Orador: Já não tem tempo. Pronto.

Mas, de qualquer das formas, quero deixar-lhe o seguinte, tenho que dizer-lhe o seguinte. A questão aqui é que o senhor não concorda com a liberalização do transporte aéreo.

Deputado André Bradford (PS): Esse é que é o problema!

(Aceno afirmativo por parte do Sr. Deputado Aníbal Pires)

O Orador: E, portanto, esse é que é o seu problema, mas esse é o seu problema. Depois, está aqui a criar dificuldades, sim, absolutamente inexplicáveis e outras coisas, mas outras coisas que eu não lhe vou dizer exatamente porque o Sr. Deputado não tem tempo. Mas vamos ter este debate noutras circunstâncias em igualdade e quando o senhor tiver tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PSD entende e tem a perfeita convicção de que o facto de os açorianos que agora pagam 300 euros para chegar a Lisboa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jorge Macedo, encaminhamento!

O Orador: ... e que, no futuro, vão pagar, no máximo, depois do reembolso, 134 euros, terá um enorme impacto na mobilidade dos açorianos. Para além do mais, acredita que o facto de existirem companhias *low cost* a voar nesta primeira fase e, segundo anunciado por elas próprias, para a *Gateway* de Ponta Delgada e, hipoteticamente, no futuro,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que eu faço?

O Orador: ... para a *Gateway* da Terceira, poderá originar, e temos a perfeita convicção de que isso irá acontecer, uma maior acessibilidade por parte dos turistas que nos queiram visitar para todas as *Gateways*, e eu digo para todas as *Gateways* porque, como sabem, este modelo permite que qualquer passageiro, à entrada da região ou à saída da região, possa escolher o aeroporto de saída.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: E, portanto, quando nós dizemos que concordamos com o estudo do impacto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... do novo modelo de transporte aéreo que o Partido Socialista na sua proposta, no seu projeto de resolução, refere...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor explique como!

Deputado Francisco César (PS): Acabei de ler há bocadinho!

O Orador: ... novas Obrigações de Serviço Público, mas acreditamos que o novo modelo de transporte aéreo vai ter realmente o impacto no turismo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como?

O Orador: ... dizemos até que vai haver um turismo antes da liberalização e depois da liberalização,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É! É antes de Cristo e depois de Cristo! Antes do Macedo, depois do Macedo!

O Orador: ... é natural que queiramos estudar o impacto que essas modificações vão originar no turismo açoriano.

Relativamente aos encaminhamentos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor explique!

O Orador: ... Sr. Deputado Artur Lima, a sua dúvida é a minha dúvida...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor anda a enganar as pessoas!

O Orador: ... e se prova fosse necessário, eu, hoje, publiquei no *Açoriano Oriental*, um artigo em que questiono rigorosamente, ou melhor, coloquei a mesma questão que o Sr. Deputado colocou: como é que vai ser feita a compra do bilhete do reencaminhamento ou do encaminhamento para que o passageiro possa chegar, neste caso, a Ponta Delgada para apanhar uma *low cost* ou outra companhia qualquer? Esta é a minha dúvida. Tenho a certeza que já vamos tarde para esclarecê-la,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: ... mas que deverá ser esclarecida brevemente, porque, senão, quando chegar à altura, vamos todos andar à cabeçada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Vou recordar-lhe o que o senhor me disse!

O Orador: Mas voltando ao objeto do projeto de resolução.

Deputado Francisco César (PS): Percebeu!

O Orador: O projeto de resolução...

Com alguma latitude, estamos a falar de transportes aéreos e de aviões. Ok.

Mas, dizia eu, o projeto de resolução, na sua redação, não é feliz. Todos nós percebemos que não é feliz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, “não é feliz”! Está errado!

O Orador: Nós, PSD, atiramos uma boia de salvação para o Partido Socialista poder agarrar. O Sr. Deputado Francisco César disse que a boia de salvação era do PSD e que ainda ia para o fundo com ela e não quis agarrar. O Sr. Deputado André Bradford foi um pouco mais corajoso e agarrou-se à boia de salvação e, de facto, a interpretação possível dessa redação menos feliz do projeto de

resolução é de que havendo obrigações numa *Gateways*, por exclusão de partes, não há nas outras, e, portanto, estudar as implicações e os impactos dessas Obrigações de Serviço Público significa um pouco estudar tudo.

Naturalmente que a redação podia ter sido muito mais feliz, mas, por parte do PSD, não vamos eternizar essa discussão. O PSD estará na Comissão de Economia com todo o empenho, com toda a boa vontade, com todo o conhecimento que sabe e pode dar para que nós possamos encontrar e escrever um relatório profundo sobre esses impactos, esperando mesmo que os impactos sejam fortemente positivos no turismo, numa região que tanto necessita de estímulos para o seu desenvolvimento.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Agradeço a simpatia da explicação que me deu sobre a ausência do Sr. Secretário, que aceito, o Sr. Secretário Vítor Fraga, que quase me esqueci do nome.

Sr. Deputado Jorge Macedo, não vale andar a fazer floreios por fora e sessões de esclarecimento promovidas pelo seu partido quando há certezas, e este modelo não é do Partido Socialista, é do Partido Social Democrata, este que está em vigor,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: ... eu quero é saber como é que eu faço,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Também quero!

O Orador: ... porque o senhor, num debate que teve comigo, e presumo que com o Deputado Miguel, na televisão, o senhor sabia muito bem como é que se

fazia o reencaminhamento, e até explicou nesse debate, dizendo que era um modelo inteligente, ou eu estou esquecido?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador: Então, agora o senhor vai explicar como é que se faz, porque o senhor, há dois meses, sabia como é que se fazia, agora não sabe? Oh, Sr. Deputado, há qualquer coisa aqui que lhe está a falhar. Pronto!

Portanto, eu quero saber como é o reencaminhamento de residentes. E mais! E quero saber como é que os turistas podem vir às outras ilhas. Vindo de *low cost* para São Miguel, quem é que paga o reencaminhamento dos turistas para as outras ilhas? Quero saber isso também, porque o senhor também sabia, que era um modelo inteligente que (vou tentar ser rigoroso) beneficiava mais uma ilha, mas também ia beneficiar as outras, porque ia haver um derrame de turistas para as outras ilhas devido aos reencaminhamentos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não, não! Essa parte não é da minha autoria!

O Orador: Disse! Disse!

E, portanto, vamos lá esclarecer.

Agora, quanto à questão...

E, portanto, este modelo não é, infelizmente, o modelo do Partido Socialista que foi proposto pela Sra. ex-Secretária Regional da Economia e que foi apresentado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem toda a razão, Sr. Deputado!

O Orador: É completamente diferente, Sr. Deputado Francisco César.

Que o senhor quer ir apanhar as canas dos outros, está muito certo, agora, o modelo é do Partido Social Democrata e do Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro. Ponto! Acabou-se!

Sr. Deputado Francisco César, Sr. Deputado André Bradford, o senhor contradiz-se a si próprio.

Ora bem! Vamos, então, ler aqui, no documento que o Sr. Deputado Francisco César lia, página 6, diz assim: “ b) Acesso ao mercado [E diz já no ponto 1, atrás]. A liberalização do acesso ao mercado dos serviços aéreos regulares entre o continente português...

Deputado Francisco César (PS): Eu li!

O Orador: ... e as *Gateways* de Ponta Delgada e da Terceira no que se refere ao transporte de passageiros. 2. A revisão das Obrigações modificadas de Serviço Público relativas aos serviços aéreos regulares nas rotas de Lisboa/Horta/ Lisboa”.

Deputado Francisco César (PS): Como é que se chama esse documento?

O Orador: Está a perceber? E, portanto, estas é que são as Obrigações modificadas de Serviço Público, que se aplicam apenas a essas rotas.

Oh, Sr. Deputado, quer ouvir-me?

Deputado Miguel Costa (PS): Leia tudo!

O Orador: Vou ler. Quer ouvir-me? Quer ouvir-me? Quer ter a bondade de me ouvir 5 minutos?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a sonegar informação!

O Orador: Não estou, Sr. Deputado.

É porque isto tem de ser, para nos entendermos, eu tenho que ler isto.

Deputado Francisco César (PS): Então leia, mas leia tudo!

O Orador: E, portanto, “a revisão das Obrigações de Serviço Público relativas aos serviços aéreos Lisboa/ Horta/ Lisboa, Lisboa/ Santa Maria/ Lisboa, Lisboa/ Pico/ Lisboa e Funchal/ Ponta Delgada/ Funchal”, essas é que são.

Mais à frente, como citava o Sr. Deputado Bradford, diz assim: “Nas rotas liberalizadas da Terceira e Ponta Delgada, caso não se verifique interesse por parte de operadores que assegurem a exploração deste mercado de acordo com elevados padrões de qualidade, ou seja, continuidade, pontualidade, fiabilidade, preços acessíveis e outros requisitos, o Governo dos Açores propõe que fique

acautelada a possibilidade de imposição de novas Obrigações de Serviço Público para as rotas em questão...”.

Ora, se propõem que se aplique Obrigações de Serviço Público às rotas em questão, é porque elas não estão no serviço público. Branco é galinha o põe.

Se os senhores não compreendem isso, eu não sei fazer desenhos, nunca foi o meu forte e, portanto, não sei fazer desenhos.

“... de acordo com a proposta do Governo Regional dos Açores, de maio de 2012”.

Portanto, é claríssimo como água. A rota é liberalizada, Sr. Deputado Bradford. Eu não sei fazer desenhos, mas sei ler.

E, portanto, eu posso pedir a alguém que lhe faça um desenho...

Deputado André Bradford (PS): É ali ao Sr. Deputado Pedroso!

O Orador: ... para o senhor perceber o que aqui está escrito.

Sr. Deputado António Pedroso, quer fazer um desenho ao Sr. Deputado André Bradford...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... para ele perceber isto?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Muito obrigado.

É uma brincadeira, naturalmente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Muito rapidamente para fazer apenas uma pergunta ao Sr. Deputado, já que sabe ler tão bem.

Como é que se chama o título do documento que acabou de ler?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Responda, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Este que aqui está.

Deputado Francisco César (PS): Estou a pedir para ler!

O Orador: Eu nunca disse que não era.

“Proposta de revisão do modelo de Obrigações modificadas de Serviço Público entre o continente português e a Região Autónoma dos Açores.”

É, Sr. Deputado!

Agora, oh, Sr. Deputado, na página 7, o senhor leia o que diz, que eu lhe acabei de dizer. Leia, se faz favor. Agora leia o senhor. Leia lá o senhor, agora.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, penso que estamos esclarecidos.

O Orador: Então, eu tenho toda a razão.

Deputado Francisco César (PS): Como é que tem toda razão?

O Orador: Oh, senhor, “... caso não se verifique interesse por parte dos operadores nas rotas liberalizadas de acordo com elevados... o Governo dos Açores [ouça com atenção, ouça]...”

Deputado Francisco César (PS): Eu estou a tentar!

O Orador: ... propõe que fique acautelada a possibilidade de imposição de novas Obrigações modificadas de Serviço Público para as rotas em questão, de acordo com a proposta do Governo Regional dos Açores, de maio de 2012”, Sr. Deputado Francisco César.

Eu acho que isto é claro, os senhores estão a teimar, não querem alterar. Ou seja, na rota liberalizada, se não houver interessados, se não houver qualidade de serviço, impõe-se nas Obrigações modificadas de Serviço Público. É o que aqui está escrito. É claro como água.

E, portanto, os senhores não querem fazer isso e é isso que tem de ser feito, porque, senão, não há legitimidade desta comissão de ir avaliar o impacto do turismo nas rotas liberalizadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Nós não fazemos questão absoluta de que o Sr. Deputado Artur Lima concorde com a nossa iniciativa, mas também não queremos acabar este debate sem fazer todo o tipo de tentativas para que o senhor perceba o que nós estamos a dizer. E há aqui uma coisa muito simples.

Fica o Sr. Deputado satisfeito se onde estiver, na nossa iniciativa, “Obrigações de Serviço Público” passar a estar “Modelo de Obrigações de Serviço Público”? Acha que isso esclarece toda a matéria e faz toda a diferença?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É diferente!

O Orador: Se passar a dizer “Modelo de Obrigações de Serviço Público”, estamos esclarecidos? Não, é porque aquele documento tem no título “modelo” e dentro desse modelo existem dois tipos de rotas,...

Deputado Francisco César (PS): Claro!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O André já começou a perceber!

O Orador: ... dentro do modelo de Obrigações de Serviço Público existem dois tipos de rotas. E, portanto, há as rotas que estão sobre as regras daquele modelo e há as rotas que, estando naquele modelo, não estão sobre as regras de Obrigação de Serviço Público.

Portanto, isto é um preciosismo, quase académico, isto é coisa de quem percebe muito do assunto, e isso às vezes atrapalha, porque quando se percebe menos ajuda e a gente já tinha despachado o assunto. Mas como o senhor se tornou um grande especialista nesta matéria, a gente nunca mais sai daqui.

E, portanto, se prefere onde diz “Obrigações de Serviço Público”, que sempre que diga isto passe a dizer “Modelo”, a gente faz uma nova redação rápida que

diga “Modelo” e o senhor fica satisfeito, presumo eu, e já podemos avançar com a aprovação ou não aprovação, com a votação desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra, mas tem cerca de 1 minuto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Deputado André Bradford, para mim, página 6, “Acesso ao mercado”, o senhor põe estes dois parágrafos e o assunto está resolvido. Exatamente a cópia do que está nas Obrigações de Serviço Público. O senhor põe estas duas, a liberalização do acesso ao mercado entre o continente português e as rotas Ponta Delgada e Terceira...

Deputado André Bradford (PS): Onde é que ponho isso? Nos considerandos?

O Orador: ... no que se refere ao transporte de passageiros e...

Não! Põe na parte resolutiva.

... a outra e está resolvido. Ponto!

Senão o senhor não quer, está a brincar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Penso então que podemos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 17 do PSD; 1 do BE; 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP; e 1 do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente:

Poderíamos, como já fizemos tantas vezes, facilmente ter votado a favor disto e desta resolução do Partido Socialista.

Infelizmente, o Partido Socialista não quis, e não se percebe porquê, por que é que não quer introduzir ali o modelo na sua plenitude, ou seja, com as rotas liberalizadas e com as novas Obrigações de Serviço Público modificadas. E o que aqui está, e chamo a atenção da Sra. Presidente, é a missão desta, não podemos ter aqui alargamentos, ou boa vontade perante as coisas. As coisas são o que são e é apenas a missão, com esta resolução, são nas Obrigações de Serviço Público modificadas nas rotas referidas.

Não votamos a favor porque falta a rota Lisboa/ Ponta Delgada e rotas liberalizadas para a Terceira e Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Esta proposta de projeto de resolução do Partido Socialista mereceu a abstenção da Representação Parlamentar do PCP porque consideramos que ela é uma proposta anódina, ou seja, ela não seria necessária, ou melhor, não havia necessidade do Plenário mandar a Comissão de Economia para que a comissão acompanhasse...

Deputado Berto Messias (PS): Era o que mais faltava o senhor vir decidir o que vai fazer o PS!

O Orador: ... as obrigações, para acompanhar o impacto das novas Obrigações de Serviço Público modificadas no setor do turismo. Não era necessário.

Mas não é só isso, é que a proposta em si mesmo acaba por ser muito vaga porque não define os parâmetros dessa avaliação e não define também a constituição do grupo de trabalho.

Mas não é só.

Importa dizer aqui...

Deputado Francisco César (PS): Agora está a dizer o que não disse!

O Orador: ... o seguinte.

Deputado Francisco César (PS): Sabe-se que não se tem tempo e depois aproveita-se e faz-se a declaração de voto!

O Orador: É evidente!

Importa dizer aqui o seguinte. E relativamente ao novo modelo de transporte aéreo para os Açores e que foi referido aqui que, associado às Obrigações de Serviço Público modificadas está a liberalização das rotas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é declaração de voto?

O Orador: E a questão é a seguinte. O problema não é um problema (Eu vou já terminar, Sra. Presidente) da liberalização das rotas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto não é uma declaração de voto, Sra. Presidente!

O Orador: ... o problema tem a ver com outra questão.

Deputado Francisco César (PS): Ele está a terminar a intervenção!

O Orador: O problema tem a ver que estas Obrigações de Serviço Público modificadas introduzem mecanismos para aliciar algumas companhias...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, isso não é uma declaração...

O Orador: Eu acabo já.

Presidente: Não lhe estou a pedir para acabar, estou só a pedir-lhe que se centre na declaração de voto.

O Orador: Ah, sim.

(Risos da Câmara)

Mas é importante contextualizar. Sra. Presidente, é importante contextualizar esta questão, até porque, devido...

(Burburinho das bancadas)

O Orador: Se V. Ex.^{as} me derem espaço...

Deputado Berto Messias (PS): Tem todo o espaço!

O Orador: ... para eu dizer aquilo que quero, acabaremos certamente e rapidamente este assunto.

A verdade é esta. Não há nem havia nenhum impedimento de que outras companhias voassem para os Açores, para qualquer *Gateway* dos Açores.

Em Ponta Delgada, veem-se lá todas as semanas aviões da *Primera Air* e da *Air Berlin* que, parece-me, servem o setor do turismo nos Açores.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Afinal de contas, sempre tem alguma importância.

Mas eu vou terminar, Sra. Presidente, referindo apenas, e repetindo, mais uma vez, nesta Câmara, porque me parece que há alguns deputados que têm problemas não de compreensão, certamente, mas de audição, que o modelo de economia que o PCP propõe é um modelo misto.

Presidente: Oh, Sr. Deputado...

O Orador: É um modelo misto.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires,...

O Orador: Diga.

Presidente: ... isso não tem nada a ver com aquilo que foi discutido.

O Orador: Tem, tem, Sra. Presidente.

Presidente: Não tem!

O Orador: Tem!

Presidente: Não foi isso que discutimos e, portanto, o Sr. Deputado só tem que dizer por que é que se absteve, porque não concorda relativamente à questão da Comissão de Economia estudar o modelo. Não é sobre o modelo.

O Orador: Sra. Presidente,...

Presidente: Vá lá, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faça um esforço!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As declarações de voto não têm tempo!

O Orador: Parece-me que...

Presidente: O Sr. Deputado sabe que eu tenho razão.

O Orador: Não! É que o modelo de economia que o...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente,...

(Burburinho das bancadas)

O Orador: Sra. Presidente, eu vou terminar por aqui, mas sob protesto (sob protesto!).

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, para uma declaração de voto, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para transmitir a satisfação do Partido Socialista por esta iniciativa ter sido aprovada e ser, apesar dos detalhes, relativamente consensual e dizer que a nossa grande preocupação é podermos corresponder aos anseios,

expetativas, necessidades e preocupações dos empresários açorianos do setor turístico, os setores associados, que precisam necessariamente de transmitir a quem tem responsabilidade política a sua realidade, as suas necessidades e é para isso que nós estamos cá e era esse o debate que nós gostaríamos de ter visto feito.

Já que não foi possível, agora queremos é trabalhar e é para isso que vamos caminhar já de seguida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Eram 19 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Sónia Isabel Maciel Nunes